

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

JAQUELINE MARIA DA SILVEIRA E SILVA

**HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO QUE EDUCA PARA O COMÉRCIO:
DE LYCEU MINEIRO (1927) A COLÉGIO PADRE CURVELO (1957)**

BELO HORIZONTE – MG
2020

JAQUELINE MARIA DA SILVEIRA E SILVA

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO QUE EDUCA PARA O COMÉRCIO:
De Lyceu Mineiro (1927) a Colégio Padre Curvelo (1957)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

BELO HORIZONTE
2020

Silva, Jaqueline Maria da Silveira e

S586h História da instituição que educa para o comércio: de Lyceu mineiro (1927) a Colégio Padre Curvelo (1957). / Jaqueline Maria da Silveira e Silva. – Belo Horizonte, 2020.
123 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

Bibliografia

1. Ensino Profissional. 2. Educação – História. 3. Ensino Comercial. I. Gonçalves, Irlen Antônio. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 378.009



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Jaqueline Maria da Silveira e Silva

**“HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO QUE EDUCA PARA O COMERCIO: DE
LYCEU MINEIRO (1927) A COLÉGIO PADRE CURVELO (1957)”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 27 de agosto de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves – Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Nogueira
Universidade do Estado de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação depende sempre de um conjunto alargado de múltiplos contributos, sem os quais, o resultado final nunca seria o mesmo. É por isso que as dissertações são sempre antecedidas dos agradecimentos. Também eu os faço, não por uma questão de “praxe”, mas por um dever de justiça que me exige reconhecer e agradecer os apoios e os estímulos recebidos ao longo do processo de investigação e durante o indispensável tempo de solidão e de isolamento do ato de escrita.

O primeiro agradecimento dirijo ao Professor Doutor Irlen Antônio Gonçalves, orientador e professor/coordenador do Mestrado em Educação Tecnológica (MET), do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e responsável pelo primeiro sim que recebi nesse percurso. O sim foi a acolhida de uma bióloga no campo da História da Educação que, apesar de não ter evidenciado antes, já havia me conquistado. Obrigada, Prof. Irlen, por me apresentar a possibilidade dessa ousadia e percorrer o caminho comigo nesse objetivo. Minhas desculpas pela “operária em construção” que, por muitas vezes fui, e pelas lacunas que encontramos ao longo do percurso.

Ao CEFETMG, essa instituição Centenária, que se desvela um pouco mais a cada dia. E ao MET, a minha gratidão por estarem presentes na junção: pioneirismo e ousadia de fazer pessoas pensantes e, por isso, melhores.

Aos professores, minhas considerações. Vocês conquistaram não somente a minha atenção, mas a distinção entre aqueles que fazem muito pela Educação deste país. Indispensável se faz nomear pelo menos os que fizeram frente ao meu percurso, porque sei que o grupo se encontra diluído e agregado a eles nessa honrosa missão. Professores, Adriana Tonini, Geraldo Pedrosa, Irlen Antônio, Raquel Quirino, Sabina Maura, do MET; Giani David do curso de Mestrado em Estudo de Linguagens, Luciano Faria Filho (UFMG), Rosana Areal (UFOP) e Vera Nogueira (UEMG) da matéria interinstitucional, muito obrigada!

Ao campo de pesquisa: “História da Educação” e seu resumo: renúncia e altruísmo. Retirar da história guardada em arquivos e papéis velhos, para a maioria das pessoas, diários, atas e possibilidades de uma história de construção social. Ou ainda, das histórias de uma aula, da visita do inspetor escolar, das pequenas escolas ou escolas rurais, dos grupos escolares, dos prédios que falam de república e dos jovens da EJA, estudantes noturnos, um prenúncio de educação para todos, torna vocês um exemplo a seguir e faz com que ao término do trabalho, não sejamos mais quem éramos, mas defensores árdios da história da educação, que torna o ato de educar possível e audível pelas gerações. São as Veras (NOGUEIRA), as Rosanas (AREAL), Anas Cristinas (LAGE), Irlens (GONÇALVES), Lucianos (FARIA FILHO), Décios (GATTI), Justinos (MAGALHÃES), Geraldos (PEDROSA e ÁLVARES) que há pouco trataria como referências, e hoje os tenho como um seleto grupo de pescadores de pérolas e colecionadores de tesouros.

Aos colegas de turma, aos particularmente amigos, agradeço pela colaboração, pelos trabalhos em grupo, pela preocupação com as minhas viagens de ida e volta e pela imensa troca. São administradores, historiadores, bibliotecários, assistentes sociais, pedagogos, engenheiros e matemáticos que, por hora, serão apenas, “Mestres em Educação”. Com certeza se beneficiarão do título, mas a Educação ganhou por trocar experiências com vocês e fazer-se presente no meio de tão ricas pessoas. Aos colegas do campo, minha distinção e alegria por tê-los conhecido: Marcela, Natália, Nívea, Helbert e Poliana, obrigada pelo apoio e companheirismo.

Ao apoio pontual de Narlisson, Miliane e Fábio da Secretaria do Mestrado e ao Sr. João da Portaria que sempre me receberam com as “Boas-Vindas” de sempre. Minha homenagem por serem servidores públicos envolvidos e que ocupam seus espaços com desvelo.

Ao arquivo e aos que por ele passaram ou produziram, deixando suas marcas e pistas a minha reverência. Especialmente, ao diretor Padre Lindomar da Rocha Mota e à Profa. Fernanda da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo, agradeço pelo segundo sim, que permitiu a continuidade e os novos rumos da pesquisa.

Aos colegas do trabalho, que supriram as minhas ausências, o meu reconhecimento, afinal coexistir vale a pena porque existem pessoas empáticas, e por isso são capazes de destacar-se: Arnaldo, Aniel, Fernanda, Maria das Graças e Simone, vocês são dez!

A toda minha FAMÍLIA: Maria Adeide e Manoel (pais amados), irmãs e irmão (Aparecida, Janete, Eliane e Fábio), o meu carinho e distinção pelo respeito com que trataram esse percurso; à Dona Terezinha, Adriana e Guido, obrigada por estarem em orações e dispostos a acolherem minha falta; à Erika e Daniel, família que o mundo me concedeu, obrigada pela torcida. E a você, Adriano, meu amado esposo, obrigada por ser apoio, leitor e coalimentador de sonhos.

Especialmente aos meus sobrinhos: Albert, Agno, Ítalo, Marco Túllio, Victor, Luiz Gustavo, Lara, Maria Júlia e Yasmin, agradeço a convivência pacífica, já que a “Tia Jac” não pode viajar, passear e nem mesmo ajudar nas tarefas do cotidiano. Quero dedicar-lhes essa vitória. Quero que entendam que vocês também poderão conquistar o que desejarem, e de que o NUNCA não é um lugar para quem se dedica e sonha!

Ao meu Deus Pai, Criador e que se faz presente em minha vida, o meu reconhecimento, por fazer-me pessoa e por sempre realizar meus sonhos.

*“Fiz a escalada da montanha da vida removendo
pedras e plantando flores”
“Caminhando e semeando, no fim terás o que
colher”*

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta dissertação traz uma pesquisa histórica que se encontra inserida no âmbito da História da Educação Profissional, que é um subcampo da História da Educação. Trata-se de um relatório de pesquisa sobre o ensino comercial, entendido como uma expressão da modernidade, cujo foco é a história de uma instituição educativa denominada, em 1927, de Lyceu Mineiro, tendo seu nome modificado em 1957 para Colégio Padre Curvelo. O objetivo geral da pesquisa foi produzir a história da instituição que educa para o comércio - Lyceu Mineiro, no período entre os anos 1927 e 1957, destacando permanências e mudanças ocorridas ao longo de seu ciclo de vida, que caracterizaram seu desenvolvimento e sua identidade histórica, a partir da pergunta: “por que uma escola de comércio para Curvelo, e como se constituiu naquela localidade?” A partir dos pressupostos do conhecimento historiográfico segundo o historiador Justino de Magalhães, buscou-se a institucionalização e reinstitucionalização que caracterizaram o ciclo de vida e desenvolvimento da instituição, produzindo sua identidade histórica. A pesquisa é bibliográfica e documental, e ocorre nas fontes públicas do arquivo da escola, no museu da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo - FAC e nos jornais que circulavam na época e que estão no Centro de Referência do Museu da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo – FACIC, além de fontes iconográficas encontradas nesses ambientes, tendo por contorno a legislação do Ensino Comercial. O conhecimento historiográfico da instituição educativa revelou que a associação do ato de educar encontra-se “profundamente marcado pela sua inscrição na conjuntura histórica local”, atrelando-se ao desenvolvimento da cidade e da formação pedagógica e política dos sujeitos que permeiam a atividade educativa, construindo a memória e a unicidade da cultura escolar. Afinal, cada instituição escolar ou educativa integra um todo mais amplo que é o sistema educativo, mas constitui-se um todo em si mesma a partir da construção de uma cultura escolar única e determinante do fazer escolar.

Palavras-chave: Ensino Comercial. Educação Profissional. Instituições Educativas.

ABSTRACT

This dissertation brings a historical research that is inserted in the context of the History of Professional Education, which is a subfield of the History of Education. This is a research report on commercial education, understood as an expression of modernity, whose focus is the history of an educational institution named, in 1927, Lyceu Mineiro, having its name changed in 1957 to Colégio Padre Curvelo. The general objective of the research was to produce the history of the institution that educates for commerce - Lyceu Mineiro, in the period between 1927 and 1957, highlighting permanences and changes that occurred throughout its life cycle, which characterized its development and its historical identity. , from the question: “why a school of commerce for Curvelo, and how was it constituted in that locality?” From the assumptions of historiographical knowledge according to historian Justino de Magalhães, we sought the institutionalization and reinstitutionalization that characterized the cycle of life and development of the institution, producing its historical identity.

The research is bibliographic and documentary, and takes place in the public sources of the school archive, in the museum of the Archdiocesan College of Curvelo - FAC and in the newspapers circulating at the time and which are in the Reference Center of the Museum of the School of Humanities of Curvelo - FACIC, as well as iconographic sources found in the environments, having as contour the legislation of the Commercial Education. The historiographical knowledge of the educational institution revealed that the association of the act of educating is “deeply marked by its inscription in the local historical conjuncture”, being linked to the development of the city and the pedagogical and political formation of the subjects that permeate the educational activity. building the memory and uniqueness of the school culture. After all, each school or educational institution is part of a broader whole which is the educational system, but it is constituted as a whole in its own right through the construction of a unique and determinant school culture.

Keywords: Commercial Education. Vocational Education. Institution that educates.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Marco Teórico.....	50
FIGURA 2 – Propaganda do Lyceu Mineiro.....	56
FIGURA 3 – Localização de Curvelo.....	58
FIGURA 4 – Prédio onde funcionava o Lyceu Mineiro, em 1926.....	63
FIGURA 5 – Planta baixa do Novo Prédio à Rua João Pessoa, 1931.....	64
FIGURA 6 – Fachada do Novo Prédio à Rua João Pessoa, 1931.....	66
FIGURA 7 – Vista panorâmica do Novo Prédio à Rua João Pessoa, 1931	67
FIGURA 8 – Fotografia dos alunos da Instituição Escolar.....	68
FIGURA 9 – Tablado com indicação de formandos ano de 1932 do Curso Secundário: Professores acima e 11 alunos abaixo.....	69
FIGURA 10 – Tablado com indicação de formandos do ano de 1934 do Curso Secundário: Paraninfo e professores acima e alunos abaixo.....	70
FIGURA 11 – Grupo de Professores.....	74
FIGURA 12 – Apólice referente à compra de cotas.....	82
FIGURA 13 – Certificado de aprovação no Exame de Admissão.....	88
FIGURA 14 – Resultado de Exame de Admissão de 1928.....	89
FIGURA 15 – Pontos da Prova Parcial de Canto Orfeônico para a 4ª série.....	94
FIGURA 16 – Síntese de Vida: Profa. Cleide Mourthé.....	100
FIGURA 17 – Normas de Proceder.....	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Alunos por naturalidade (Amostragem)	71
TABELA 2 – Matrícula por profissão dos pais.....	72
TABELA 3 – Profissão dos Cotistas da Sociedade Lyceu Mineiro Sociedade Ltda.....	81

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Rede Escolar do Ensino Comercial no território Brasileiro.....	34
QUADRO 2 – Estabelecimentos Comerciais existentes em Curvelo no início século XX.	61
QUADRO 3 – Relação de Professores do Ano de 1929 (Janeiro).....	76
QUADRO 4 – Relação de Professores do Ano de 1929 (Abril).....	76
QUADRO 5 – De Lyceu Mineiro a Colégio Padre Curvelo.....	86
QUADRO 6 – Quadro de Horários da 1ª turma do Curso Técnico em Contabilidade.....	90
QUADRO 7 – Disciplinas do Curso Comercial Básico.....	90
QUADRO 8 – Disciplinas do Curso Técnico em Contabilidade.....	91
QUADRO 9 – Número de turmas a partir de 1945: evolução das matrículas.....	96
QUADRO 10 – Comparativo entre matrículas e concluintes do Curso Comercial Básico por ano a partir de 1945.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

CPC – Cooperativa de Professores de Curvelo Ltda.

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

FAC – Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

FACIC – Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

ETC – Escola Técnica de Comércio

UFSC – Universidade Federal Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA.....	22
1.1.– História da Educação Profissional e História das Instituições Educacionais: interfaces.....	23
1.2. – Educação para o Comércio – Evolução Histórica.....	28
1.2.1 – Decreto 20.158 de 30/06/1931 – “Reforma Francisco Campos”.....	38
1.2.2 – Um Decreto que tem força de Lei – Decreto Lei 6.141 de 28/12/1943 Lei Orgânica do Ensino Industrial.....	43
1.3 – Instituição Educativa - conceito e organização.....	46
1.3.1–Marco Teórico segundo Justino Magalhães.....	49
CAPÍTULO II – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA POR MEIO DA MATERIALIDADE E DOS SUJEITOS.....	54
2.1 – A materialidade/O instituído - O Lyceu Mineiro e sua trajetória em Curvelo.....	54
2.1.1 – Por que o Lyceu Mineiro veio para Curvelo?.....	57
2.2 – Prédio Escolar, dimensão social e documental.....	62
2.3 – Alunos, Corpo Docente e as mantenedoras do Lyceu Mineiro.....	67
2.3.1 – Origem dos alunos.....	67
2.3.2 – Corpo Docente.....	73
2.3.3– Mantenedoras do Lyceu Mineiro.....	80
CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÃO/APROPRIAÇÃO – DE LYCEU MINEIRO A COLÉGIO PADRE CURVELO	84
Curvelo.....	
3.1 - Estrutura didático-pedagógica do Curso de Comércio	85
3.1.1 – Admissão e critérios de matrícula.....	86
3.1.2 – Conteúdo e objetivo das disciplinas.....	90
3.2 – Estrutura do processo avaliativo – provas escritas e provas orais.....	92
3.3– Números referentes à matrícula, evasão e promoção no Curso Comercial da “Escola Técnica de Comércio Padre Curvelo”.....	95
3.4 – Síntese de Vida: alunos, professores e contadores; um pouco da escola em cada um e a apropriação da cultura escolar na cidade e em Minas Gerais.....	97
3.4.1 – Síntese de Vida: o aluno, o professor e o contador municipal José Gregório Sousa Filho.....	98
3.4.2 – Síntese de Vida: o aluno e o escritor, André de Carvalho.....	99
3.4.3 – Síntese de Vida: a aluna bolsista, a professora e a diretora Cleide Mourthé.....	99
3.4.4 – Síntese de Vida: o aluno, o escritor e o historiador Sílvio Gabriel Diniz.....	101
3.4.5 – Síntese de Vida: o aluno, o desportista, o prefeito Paulo Dayrell de Oliveira.....	102
3.5 – O Grêmio “Euclides da Cunha”	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109

REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, ora apresentada ao Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETMG), vincula-se à Linha I de Pesquisa - Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas. É uma pesquisa histórica que se encontra inserida no âmbito da História da Educação Profissional, que é um subcampo da História da Educação. Trata-se de um relatório de pesquisa sobre o ensino comercial¹, entendido como uma expressão da modernidade², cujo foco é a história de uma instituição educativa denominada, em 1927, de Lyceu Mineiro, tendo seu nome modificado, em 1957, para Colégio Padre Curvelo.

O objetivo geral da pesquisa foi produzir a história da instituição que educa para o comércio - Lyceu Mineiro, no período entre os anos 1927 e 1957, destacando permanências e mudanças ocorridas ao longo de seu ciclo de vida, que caracterizam seu desenvolvimento e sua identidade histórica, a partir da pergunta: “por que uma escola de comércio para Curvelo, e como se constituiu naquela localidade?”.

No esforço para se chegar à resposta da questão, considerou-se importante ressaltar que a citada instituição escolar permeia a cidade e constrói-se a partir da concepção coletiva do imaginário educacional de diversas épocas e arranjos, durante todo o século XX e, logicamente, durante os vindouros anos; que os ideais educacionais do professor “Érico de Bacellar e Souza”³

¹Ensino voltado a “formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e, bem assim, de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados”, Decreto Lei n. 6141 de 28 de dezembro de 1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial. O ensino teve marco histórico no Brasil com a assinatura do Alvará de 1809, pelo príncipe regente Dom João VI, em 15 de julho de 1809, proporcionando a abertura da comercialização junto a países aliados de Portugal.

²Modernidade como “à época da história”, em que predominam as categorias da “novidade”, da “superação” e do “progresso” sob égide do marco da Revolução Francesa. (Faria Filho, organizador, 2012, p.19).

³Professor, gaúcho de nascimento, que depois de ter fundado diversos estabelecimentos de ensino em várias localidades do país, chegou a Curvelo e transferiu para a cidade, o Lyceu Mineiro, que mantinha em Belo Horizonte. (SOARES, 1988). Apesar das inúmeras tentativas de identificar a existência da outra escola e de remanescentes familiares do Sr. Érico de Bacellar, não foi possível obter mais informações sobre esse sujeito. Tentamos identificar sua existência junto à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE no setor de Arquivos de Escolas Extintas ou Existentes, através de contato com a Metropolitana A e Metropolitana B, que são responsáveis pela guarda dos arquivos. Tentamos em vão na cidade de Batatais, São Paulo, já que a escritura de venda dos imóveis que possuía em Curvelo, tem como endereço a cidade da Grande São Paulo, fato também elencado nos jornais. Para a imprensa curvelana, esse seria o destino após a saída de Curvelo e, ainda, ousou-se localizar a origem da família no Rio Grande do Sul, que dizem ser o estado originário. Pesquisou-se também junto ao arquivo de ex-alunos ou professores da Escola de Comércio de Juiz de Fora, tendo em vista que o professor dava aulas de contabilidade. Buscamos também pela sua esposa Sra. Santa de Bacellar e Souza, que atuou como professora do Lyceu Mineiro.

– sujeito forasteiro que embala o desejo dos filhos de curvelanos de se formarem no secundário ou no Ensino Comercial, que até então não existia na cidade de Curvelo.

Importa afirmar que, controversamente ao progresso alavancado em poucos anos de funcionamento, o sujeito idealizador, num dado momento, abre mão da escola e muda-se para outra cidade. No entanto, a comunidade, segundo os relatos em jornais, não aceitou o fechamento da instituição e se organizou em uma sociedade civil para dar continuidade à escola, por meio da Sociedade Lyceu Mineiro Ltda., fundada por comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais e alguns professores da escola.

A motivação para tal intento foi porque a comunidade tinha a clareza de que a instituição acolhia os filhos de curvelanos e de pessoas da região em regime de internato, semi-internato e externato e, então, favorecia a formação próxima das casas, já que na redondeza não havia curso semelhante, a não ser na Capital Belo Horizonte ou Sete Lagoas, sendo esta onde funcionou uma escola pública, que ofertava o curso comercial, no período de 1926 a 1943.

Nesse sentido, historiar o Lyceu Mineiro, localizado na cidade de Curvelo, Minas Gerais, é produzir uma “(re) construção das representações simbólicas das práticas educativas e da problematização da relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente” (MAGALHÃES, 1996, p.7), atrelados à História do Ensino Comercial, dentro da perspectiva do conhecimento historiográfico renovado da História da Educação que confere identidade às instituições educativas, destacando-se permanências e mudanças ocorridas ao longo de seu ciclo de vida, que caracterizam o próprio desenvolvimento e a respectiva identidade histórica.

O recorte temporal e espacial que orientou o trabalho se deu a partir da trajetória da instituição, que foi inaugurada em 16 de outubro de 1927. Ainda na primeira década de existência teve a manutenção alterada, devido ao retorno do primeiro proprietário para São Paulo e, como já dito, a criação da Sociedade Lyceu Mineiro Ltda., que passou a ser a mantenedora.

Depois de 17 anos, deu-se entrada ao processo de autorização junto aos órgãos de fiscalização, isso no ano de 1944. Já em 1957, a sociedade mantenedora e gestora resolveu doar as ações da instituição para a Mitra Arquidiocesana de Diamantina, que assumiu a escola e as cotas da sociedade civil. Foi nesse momento de mudança que o recorte final da pesquisa foi estabelecido. Ficou constado na leitura das Atas da Sociedade, ocorrida numa reunião da Congregação, naquele ano de 1957, o registro da doação das cotas para a Mitra Arquidiocesana, começando assim um novo ciclo de funcionamento para a instituição.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação bibliográfica e documental. O acesso inicial aos documentos se deu no arquivo da instituição, que fica sob a

guarda da Cooperativa de Professores de Curvelo - CPC, e que detém o controle da documentação dos alunos. Entretanto, a pesquisa empírica, nos arquivos da Cooperativa de Professores de Curvelo – CPC, não logrou resultados conclusivos, devido à negativa da direção da escola e à determinação de não acesso aos arquivos, impedindo, assim, a construção dos relatórios a partir dos documentos do Lyceu Mineiro.

A negativa por parte da diretora ao acesso da documentação, que continha as pastas dos alunos⁴, foi justificada com o argumento baseado na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 que, segundo ela, era um impedimento ao acesso aos dados. Ainda assim, apresentamos recurso junto à Superintendência Regional de Ensino de Curvelo, mas também não obtivemos respaldo.

Mesmo com o impedimento, que ocorreu durante a fase em que documentos eram acessados, ainda foi possível catalogar as pastas de 120 alunos e organizar alguns documentos de forma dispersa, como o processo formal enviado para legalização do curso, livro de Atas da Mantenedora e normativas, ofícios e instruções dos órgãos gestores e fiscalizadores da atividade educativa, além de dois livros de Termos de Visita do Inspetor Escolar.

Diante dessas circunstâncias, buscaram-se novas alternativas que viabilizassem a continuidade da pesquisa. Assim, procurou-se, junto à Arquidiocese de Diamantina, autorização para acesso a algumas fontes da Escola que estavam em sua guarda. O motivo pelo qual a Arquidiocese ficou com parte da guarda documental foi o fato de ter sido ela quem deu continuidade aos trabalhos do educandário, logo após ter recebido as cotas do patrimônio da Sociedade Lyceu Mineiro Ltda, em 1957. A Arquidiocese deu continuidade à instituição apenas com o Curso Superior, da Faculdade de Ciências Administrativas de Curvelo, hoje, Faculdade Arquidiocesana de Curvelo- FAC e, mesmo assim, manteve em seus registros históricos parte da saga institucional do Lyceu Mineiro, acervo que não havia sido repassado à Cooperativa de Professores de Curvelo.

A Mitra Arquidiocesana gerenciou a Educação Básica até 1999, quando o colégio e a faculdade foram separados, iniciativa dada pela fundação da Cooperativa. Esse acervo encontra-se no Centro de Referência Histórica da instituição, e faz alusão ao Lyceu Mineiro na construção da história da faculdade e dos cursos que são direcionados à área de administração, ciências contábeis e direito. Buscou-se nos documentos do Lyceu Mineiro, informações sobre: profissão e formação do corpo docente, histórico profissional e disciplinas lecionadas; corpo

⁴ A escola organizava os arquivos de forma administrativa – por ordem alfabética, e para separar as enturmações, por ano, houve a necessidade de manusear as pastas e registrar separadamente todos os alunos, tendo em vista a composição por turmas.

discente e suas origens sociais e de procedência; registros de eventos como formaturas, conclusão de cursos, inaugurações e eventos culturais; diários e históricos; livros de registros escolares, atas e inventário; regulamentos, relatórios e notícias diversas que faziam referência à cultura escolar.

Complementarmente, intensificou-se a busca de informações da instituição em jornais que circularam na época, sob a guarda do Centro de Referência “Antônia Cleuza Guimarães”, pertencente ao Museu de História Viva da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo- FACIC, rastreando-se eventos e notícias que aproximavam o Lyceu Mineiro da comunidade, além de fontes iconográficas, concebidas não como ilustração, mas como “portadoras de significados e de estrutura” (PEDROSA, 2018). Para além das fontes documentais, tornou-se significativo o conhecimento das normas e legislações empregadas na orientação e organização do Ensino Comercial.

A partir de um apanhado criterioso das legislações que se incumbiram de organizar e fazer acontecer o ensino comercial, percebe-se a renovação dos cursos e conceitos aplicados no início dos mesmos, que se originam em instituições particulares, e tinham dificuldades em se afirmar, devido, principalmente, à baixa matrícula de alunos, pois o curso não chamava tanta atenção como Medicina e Direito. O ensino comercial tinha como público alvo, alunos com melhores níveis sociais, uma vez que atuava na tentativa de formar os empregados públicos e responsáveis pelas rotinas administrativas, que se organizaram a partir da transferência do príncipe regente para o Rio de Janeiro e em seguida à proclamação da república.

Além da busca da documentação para a garantia das fontes, buscou-se também conhecer a produção de pesquisa sobre Escola do Comércio, com vistas a averiguar a relevância para a realização da pesquisa e respaldar a escrita da dissertação. Para isso, efetuou-se um estado da arte, acessando os bancos de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Como resultado, constatou-se que são poucos os trabalhos sobre instituições que formavam para o comércio. Essa ausência indicou, por sua vez, uma lacuna na produção do conhecimento historiográfico sobre o ensino comercial, tanto em Minas Gerais quanto no restante do país, o que contribuiu decisivamente para a produção do objeto de estudo da presente dissertação. A partir da revisão bibliográfica, foi evidenciado que não havia pesquisas que tomassem para si a formação comercial dentro de uma instituição educativa privada e que refletisse, mais especificamente, sobre a cultura escolar comercial, em Minas Gerais.

Dentre os trabalhos encontrados sobre a temática, há a dissertação de Fábio Vasconcelos Lima Pereira, defendida no Mestrado em Educação Tecnológica, do Centro Federal de

Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, em 2014, intitulada, “A criação da Escola Complementar do Comércio de Sete Lagoas: uma instituição educativa criada para a formação do trabalhador do comércio”. Essa dissertação trata da trajetória e do itinerário de uma instituição pública criada para a formação do trabalhador do comércio, que funcionou no período de 1926 a 1943, em Sete Lagoas. Segundo o seu autor, era uma escola que primava pela formação complementar, atendendo alunos oriundos da escola primária.

Outro trabalho com a mesma temática é a dissertação de mestrado, defendida na Fundação Getúlio Vargas, “Texto e contexto das leis orgânicas dos ensinos industrial, comercial e agrícola: 1942-1946”, escrita por Solange Carneiro Molinaro Ferreira (1980), que caracteriza e delinea o conteúdo expresso no texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, respectivamente, Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, e a sua vinculação com o contexto político-socioeconômico-administrativo-educacional. Ferreira trata com afinco das três leis orgânicas, demonstrando os distanciamentos e as permanências, comparando-as e tecendo uma reflexão formativa que leva a conhecer um pouco mais da proximidade dos atos legais e das realidades por eles impostas, ou que as determinam.

Sobre a Escola de Comércio de Juiz de Fora – pioneira nesse ramo de ensino, em Minas Gerais, temos a tese de doutorado de Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, sob o título “Do ensino superior confessional ao laico: as origens da Universidade de Juiz de Fora, 1997”. A tese trata do desenvolvimento econômico de Juiz de Fora e da Educação Superior, partindo da estrutura confessional ao laico. Nesse viés, é importante destacar que sobre essa mesma escola, no percurso da pesquisa, adquiriu-se o livro de Wilson Silva Bastos, intitulado: “Subsídios para a História e a Historiografia da Academia de Comércio de Juiz de Fora”, que retrata a Constituição da Sociedade Anônima Academia de Comércio e inauguração da escola em 24/06/1894 e também os ideais de Francisco Baptista de Oliveira, o idealizador da escola e grande entusiasta do Ensino Comercial.

Essa Sociedade pode ser considerada a primeira a investir na formação escolarizada dos trabalhadores do comércio em Minas Gerais. O trabalho de Yasbeck (1997) é distante da pesquisa, mas, de certa forma, comunga com a ideia de surgimento dos cursos de comércio para posterior vinculação com cursos superiores, demonstrando o distanciamento dos cursos de profissionalização para o comércio da realidade de formação apenas para o trabalho.

Para além disso, é interessante apontar que a cidade de Juiz de Fora justificou-se no desenvolvimento econômico para iniciar o ensino de comércio com a constituição da sociedade anônima e da própria dinâmica de idealização da escola. No decorrer da pesquisa foi possível

perceber que Juiz de Fora tinha alguma ligação com a cidade de Curvelo, a criação da instituição pode ter inspiração daquela instituição de Juiz de Fora.

Destaca-se também o trabalho de dissertação de Renata Cristiane Romanini de Oliveira, que está intitulada de “Rádio e Educação Profissional à distância: a experiência da universidade do ar (1947 – 1961)”, do CEFET-MG, orientação do Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa. Ela trata da experiência de educação à distância para os comerciários do estado de São Paulo, por meio de seu único curso, denominado Curso Comercial Radiofônico, que é também estudada pelo seu viés de Educação à Distância, sendo uma das pioneiras nesse aspecto no país.

A dissertação traz à tona uma estrutura educacional bem próxima ao ineditismo, e é rica em criatividade e praticidade. O trabalho é uma “abordagem situada na interseção da história do rádio, da educação à distância e da educação profissional” (ROMANINI, 2013, p. 202), aproximando-se do referencial teórico-metodológico da História das Instituições Educativas. Além de descrever os aspectos da experiência de escolarização radiofônica, a autora afirmou que há uma “simbiose entre escola e rádio”, no contexto de uma sociedade em processo de industrialização, urbanização e massificação, com expansão do comércio e consequente demanda pela (re)formação profissional de comerciários.

Outro trabalho de mestrado que pode ser destacado é o estudo intitulado: “A fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)”, de Maurício Fonseca Polato, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Esse estudo apresenta como objetivo, em um primeiro momento, descrever as transformações urbanas que ocorreram na capital paulista que justificaram a criação da escola em 1902. Posteriormente, buscou-se analisar o envolvimento das pessoas na fundação, sua rede de relacionamentos e expectativas que tinham em relação ao ensino comercial, relacionando os discursos desse novo grupo social com a história da escola até o advento do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 – norma federal que prescreveu a organização do ensino comercial e regulamentou a profissão de contador no país.

Portanto, é importante estudar essa instituição privada no período em que praticamente é ausente a regulamentação estatal. Por fim, demonstrou como ocorreu o desenvolvimento do ensino comercial na cidade de São Paulo, evidenciando a FECAP como modelo. O que entendiam como curso comercial e quais foram os cursos oferecidos no decorrer dos seus primeiros 29 anos de existência. A pesquisa baseou-se na documentação administrativa da FECAP, artigos e anúncios publicados em jornais e revistas especializadas da época, na legislação federal, livros comemorativos da instituição e bibliografia acerca da história do ensino contábil no Brasil.

Outro estudo paulista sobre o tema é a tese de doutorado de Fernando Antônio Peres, defendida na Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo (USP), em 2010, com o título “Revisitando a trajetória de João Penteado: O discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940”, que retrata a trajetória de João de Camargo Penteado (1877-1965). Penteado, nascido em Jau (SP), ficou conhecido na historiografia como o diretor da Escola Moderna nº 1, iniciativa educacional escolar dos anarquistas e seus aliados em São Paulo. Ele criou a escola de comércio no bairro paulistano do Belenzinho, a Academia de Comércio “Saldanha Marinho”. Neste estudo, o autor desvela outras faces desta figura da história da educação, utilizando-se dos conceitos de sociedade de ideias e de ambiência, a partir de fontes primárias inéditas, como os escritos de João Penteado, documentos institucionais das escolas que ele criou e dirigiu e jornais.

Há, por fim, uma pesquisa que foi desenvolvida no sul do país, especificamente na Pontifícia Universidade Católica/RS, por Eduardo Cristiano Hass da Silva, que dissertou sobre “A gênese de um espaço profissional: a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)”. O seu objetivo foi investigar o processo de formação dos técnicos contabilistas do Rio Grande do Sul, a partir do estudo da Escola Técnica de Comércio (ETC) do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983). Atentando-se especificamente para a biografia coletiva dos professores que formaram as primeiras turmas de técnicos em contabilidade da escola, bem como para os laços sociais e as carreiras destes docentes.

Dentro do cenário de formação para o Comércio, tendo por objeto a história das instituições escolares, o estudo delineado por POLLATO (2008) é o que mais se aproxima do Lyceu Mineiro, tanto do ponto de vista do ensino para o comércio quanto daquele que compreende o período de instalação da instituição até as demandas impostas pela legislação que organizou o Ensino Comercial no país. Entretanto, na periodicidade, há um distanciamento, já que o estudo compreende apenas o período de 1902 a 1931 e, portanto, tem alvo final no Decreto 20.158/1931, Decreto de Francisco Campos que trouxe a organização da profissão de contador e organizou o ensino Comercial.

Outrossim, o estudo de Ferreira (1980) que trata das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola, a evolução do ensino comercial até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial pode ser dividida em duas fases características. A primeira fase se inicia com a chegada do Príncipe Regente D. João ao Brasil e se prolonga até a promulgação do primeiro texto legal de âmbito nacional sobre o ensino comercial – Decreto Legislativo de 1905. Essa fase dura aproximadamente um século podendo ser chamada de "fase embrionária".

A segunda fase tem início como Decreto Legislativo de 1905 e se estende até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial. A fase se subdivide em três momentos – 1905, 1926 e 1931, que correspondem à promulgação de atos legislativos diferentes que são resultados da crescente conscientização, por parte do Governo Federal, da necessidade de crescimento do ensino comercial na conjuntura do país. Essa fase pode ser rotulada de "fase de oficialização".

Nesse cenário, o descortinamento histórico do Ensino Comercial e das escolas que se ocuparam em formar profissionais do comércio encontra-se a ser produzido dentro do âmbito da História da Educação Profissional, já que a maioria das pesquisas encontradas foi sobre o campo de ensino na área contábil ou econômica. As dissertações e teses acima delineadas são aquelas que mais se aproximaram da constituição do campo de pesquisa da História das Instituições Educacionais. Especificamente, sobre as instituições que educam para as atividades do comércio, constatou-se que ainda muito precisa ser feito. Por isso, o investimento desta pesquisa, presente nesta dissertação.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, que se propõem a conhecer um pouco da dinâmica de estudo da instituição que educa para o comércio. São eles:

Capítulo I – “Abordagem teórico-metodológica – história da educação e a renovação epistemológica” que, percorrendo os caminhos da pesquisa, trata da estruturação do estudo dentro do Campo da História da Educação, História da Educação Profissional e da História das Instituições Escolares no contexto da Escola de *Annales*, para trazer à tona a questão dos documentos e da rotina escolar, suas falas ou seus silêncios. Explicita a referência teórico-metodológica utilizada, a partir de Justino Pereira de Magalhães e de Décio Gatti.

Capítulo II – “A institucionalização da escola por meio da materialidade e dos sujeitos” apresenta a organização e institucionalização da escola com a enumeração das fontes em tabelas e dados que constroem e alimentam a cultura da instituição escolar, demandando conexões e descontinuidades, com o objetivo de compreender as razões e motivos que levaram à sua criação, a constituição da unicidade escolar na cidade e identificar as expectativas e resultados obtidos, a partir dos sujeitos envolvidos no processo de criação e consolidação do ato de educar e educar-se que permeia a relação pedagógica e formativa, perpassando pela organização didática, administrativa e social da rotina escola.

Capítulo III - Da vinculação entre materialidade e a representação, tem-se a apropriação (identidade institucional). Tomando o sentido dado por Magalhães à apropriação como as particularidades das práticas e do que foi apropriado a partir do ato educativo transforma-se em cultura da escola e não mais se prende ao ambiente escolar, mas soma as práticas já consolidadas

e promove autonomia nos sujeitos e espaços por onde exercem sua práxis diante do trabalho, convivência social, ações concretas na família e no processo formativo e social de reconstrução diante das necessidades, objetivos e conveniências.

Portanto, como visto é preciso desvelar a formação dos profissionais que compõem a estrutura urbana e se ocuparam de negócios, lojas, vendas e mercados, inclusive para a venda da produção agrícola, manufaturas, maquinários e meios para a subsistência dos moradores que ocuparam as cidades, a presente dissertação vem de encontro aos estudos das instituições escolares e dentre elas as instituições que formaram para o comércio. Então, no próximo capítulo trataremos da abordagem teórica metodológica de renovação dos estudos em História da Educação, do histórico e desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil e do ensino de comércio e finaliza-se com a conceituação das instituições escolares a partir do pensamento do pesquisador Justino Pereira de Magalhães.

CAPÍTULO I – ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Investigar o histórico a partir de uma pergunta que o tempo presente faz a ele indica que a história é uma construção e não um dado do passado (VERSIEUX, 2014).

Em uma primeira análise, vale destacar que essa dissertação procura produzir uma história dentro do campo da História da Educação, particularmente da História da Educação Profissional. Para isso, são mobilizados referenciais que vão ao encontro da história das instituições escolares no contexto da Escola de *Annales*⁵, e utilizando-se como referencial o pesquisador Justino Pereira de Magalhães⁶. Busca-se o relacionamento entre o aspecto material e humano e as diversas representações e papéis desempenhados pelos sujeitos, tendo em vista o aspecto social e cultural de uma instituição educativa.

Este trabalho pretende desvelar o envolvimento e preocupação com os processos de criação e desenvolvimento da instituição escolar, destacando-se as permanências e mudanças ocorridas ao longo de seu ciclo de vida, verificando sua integração na sociedade em que atuou o processo formativo a partir das fontes arquivistas e da imprensa local. Nesse sentido, é importante ressaltar, ainda, a redefinição do conceito de documentos, entendidos aqui como fontes da análise historiográfica.

Dessa forma, ao se deslocar o olhar da superfície dos acontecimentos em busca da realidade, a trajetória de líderes e instituições será deixada de lado, para se debruçar sobre as relações sociais dos diversos sujeitos que compõem o espaço da construção social. Assim, as práticas cotidianas devem ser compreendidas “não somente nos seus aspectos marcados pela estrutura social que uniformiza, padroniza, mas também, e, sobretudo, nos aspectos relacionados às ações dos atores que produzem lance a lance, com conflito, mas também com criatividade esse lugar particular” (GONÇALVES, 2004, p. 152).

⁵A “escola dos Annales”, segundo Justino Magalhães, é uma lenta construção científica e social, uma historicização total, que se desenvolveu conferindo coerência a abordagens complexas e multifacetadas: visando ao contraponto e à superação do positivismo e da segmentação teórico-metodológica, desenvolvendo metodologias articuladas e integrativas; justapondo uma síntese analítico-estrutural à síntese integrativa e valorativa que marca a historiografia anglo-saxônica. (JUSTINO, 2004)

⁶ Historiador da Educação e Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Os seus interesses atuais de investigação são nas áreas de História da Educação, Cultura Escrita e Educação, História do Livro e da Leitura em Portugal (particularmente o livro escolar) e Metodologias de Investigação em Educação. E coordena o projeto "Atlas-Reportório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)".

1.1 História da Educação Profissional e História das Instituições Educacionais : Interfaces

A sociedade contemporânea vive um grande dilema relacionado à perda do referencial histórico, como consequência disso, a história tende a cair no esquecimento. E na tentativa de buscar soluções para esse dilema, nos últimos anos, a temática história da educação ganhou ênfase na academia brasileira, principalmente a partir da criação de grupos de pesquisa, eventos e periódicos científicos dedicados, especificamente, à temática (FARIA FILHO, 2001; FARIA FILHO, 2002; GATTI JÚNIOR, 2004). Nessa perspectiva, para melhor compreensão do objeto desta pesquisa, faz-se necessário discorrer sobre a História da Educação Profissional que também se dedica aos estudos das instituições escolares.

De acordo com Manfredi (2002, p.66), a história da educação profissional é remota há tempos em que o homem primitivo que aqui vivia tinha sua educação baseada nos costumes e nos hábitos, e essas práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante à “observação e participação direta nas atividades de caça, pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecção de objetos”.

Para essa autora, a educação profissional no Brasil já percorreu um longo caminho, permeado por atrasos e conquistas, discriminação e aceitação. Esse caminho principia no Brasil Colônia, tempos em que do ciclo do ouro e a Casas de Fundição e de Moeda fizeram emergir a necessidade de um ensino mais especializado, voltado a filhos de homens brancos. A aprendizagem na Casa da Moeda era diferente daquela do engenho, principalmente pelo fato de que “estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos” (MEC, 2009, p. 1).

Diante dos apontamentos de Manfredi (2002) que revelam a vasta historiografia acerca da história da Educação Profissional no Brasil, será feito um recorte histórico, além de discorrer sobre a educação profissional a partir da instituição da República no Brasil.

No início do século XX, por consequência do novo regime Federativo da República, alguns estados brasileiros iniciaram ações voltadas para o fortalecimento do ensino profissional. De acordo com Manfredi (2002, p.85), “alguns governos estaduais redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de ensino profissional”.

Nilo Peçanha, frente ao governo do Rio de Janeiro, por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, criou três escolas de ofício nas cidades de Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Para alguns estudiosos, a instituição dessas escolas foi um marco histórico no processo de instituição do ensino técnico-industrial no Brasil:

[...] realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

No ano de 1909, já presidente da República, Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566, criando as Escolas de Aprendizes e Artífices. Passados alguns anos, o Presidente Getúlio Vargas promulgou a Constituição Federal de 1937. Essa constituição tratou da educação profissional e industrial ao passo que ressaltou o dever de Estado na oferta dessa educação. O art. 29 dessa Constituição definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam patrocinar a criação de escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. Esse artigo constitucional foi regulamentado pela Lei Federal nº 378, de 13 de janeiro de 1937. A partir dessa lei, as escolas de aprendizes e artífices que eram financiadas pela União seriam transformadas em liceus industriais. Essa lei também legislou sobre a criação de novos liceus e a expansão do ensino profissional no território brasileiro.

As escolas pré-vocacionais e profissionais, destinadas às classes menos favorecidas, constituíam dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados (Brasil, 1937, s.p.).

É importante destacar que a Constituição de 1937 foi a primeira, de todas as constituições brasileiras, que abordou e legislou sobre o ensino profissional, técnico e industrial. Contudo, houve uma grande crítica sobre os preceitos estabelecidos na constituição de 1937 para o ensino profissional, técnico e industrial. Para alguns críticos e pesquisadores educacionais, as normativas constitucionais para o ensino profissional, regulamentadas por meio da Lei Federal nº 378, apresentaram uma séria limitação ao ensino profissional, pois o estudante formado no curso técnico era proibido de ingressar no ensino superior.

Esse impeditivo solidificava a dualidade existente na educação brasileira que, por sua vez, alicerçada nos princípios da desigualdade social, assegurava a formação profissional aos estudantes provenientes das classes menos favorecidas financeiramente. Por outro lado, o ensino secundário, com objetivo de preparar o estudante para ingresso no ensino superior, era

ofertado para os estudantes oriundos das classes mais abastadas. Manfredi (2002) corrobora com essa informativa:

A política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas. Outra característica desse período é o papel central do Estado como agente de desenvolvimento econômico (MANFREDI, 2002, p. 95).

No ano de 1942 foi editado o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, titulado como a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Essa norma estabeleceu que o ensino industrial fosse ministrado em dois ciclos: o primeiro seria o ensino industrial básico, voltado para o ensino de mestría, o ensino artesanal e a aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e também o ensino pedagógico.

Ainda no ano de 1942, por meio do Decreto-lei n.º 4.422, foi instituída a Reforma Capanema que propôs uma remodelação no ensino do país. De acordo Escott & Moraes (2012), essa remodelação no ensino brasileiro assegurou a criação dos cursos médios de 2.º ciclo, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior. A partir disso, a educação profissionalizante, última etapa do ensino secundário, passou a ser constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, com o mesmo nível e duração do colegial e que, no entanto, não habilitavam para o ingresso no ensino superior.

Ainda no ano de 1942, foram estabelecidas as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Essa rede era composta por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Essa norma extinguiu os liceus industriais e os transformou em escolas industriais e técnicas para ofertar formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial.

Ressalta-se que no ano de 1942 foi instituído o Sistema S4, que possibilitou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). De acordo com Souza (2011), o SENAI foi criado com o objetivo de apoiar a indústria na formação de recursos humanos, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria, sendo este o objetivo até nos dias de hoje.

Um ano depois, foi aprovada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Todos esses serviços tinham por objetivo fortalecer o sistema de atendimento em educação profissional.

Ainda no ano de 1946 foi promulgada a nova Constituição Federal que definiu que as empresas industriais e comerciais deveriam ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, respeitados os direitos dos professores.

No ano de 1959, foram criadas, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, as escolas técnicas federais. Após dois anos, foi aprovada a Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A partir dos efeitos dessa lei, foi permitido aos concluintes de cursos de educação profissional acesso ao ensino superior.

No final da década de 1960, as fazendas-modelo voltadas para a formação profissional, que eram de responsabilidade do Ministério da Agricultura, foram incorporadas no organograma do MEC. Com essa transferência, essas fazendas-modelos passaram a ser denominadas escolas agrícolas. Também no final da década de 1960, foi sancionada a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa lei permitiu a oferta de cursos superiores destinados à formação de tecnólogos.

No início da década de 1970, foi instituída a Lei nº 5.692/71 que impeliu que o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria assegurar ao estudante, uma habilitação profissional técnica, mesmo que fosse uma habilitação profissional básica, por meio da conclusão do curso de auxiliar técnico. Ainda na década de 1970, foi aprovada a Lei Federal nº 6.297, de 11 de dezembro de 1975, com propósito de assegurar formação profissional aos trabalhadores. Essa lei definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para as empresas que mediassem treinamentos profissionais para os seus empregados.

No ano de 1978, foram criadas as primeiras Escolas Técnicas Federais do Brasil: Escola Técnica Federal do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Neste mesmo ano, essas escolas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), pela Lei nº 6.545, de 30 de junho.

No segundo ano da década de 1980, foi sancionada a Lei Federal nº 7.044/82 que deu nova redação à Lei Federal nº 5.692/71. Uma das implicações da Lei nº 7.044/82 foi a retirada da obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau. Na última década do século XX, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), por meio da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Esse serviço foi criado em formato institucional semelhante ao do SENAI e do SENAC.

No ano de 1994, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, formado pela Rede Federal e também pelas escolas de ensino técnico, geridos por estados e municípios. A partir da criação dessa Rede Federal, as escolas técnicas federais e as escolas agrícolas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Doravante ao advento da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, a formação profissional perdeu o caráter assistencialista, de favorecimento e inclusão. Essa nova lei orgânica da educação dedicou o Capítulo III do seu Título VI para legislar sobre a educação profissional no Brasil.

Com os efeitos dos dispositivos elencados pela nova LDB, entre os anos de 1998-2002, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Essa modalidade de ensino foi regulamentada por meio da Resolução CNE/CEB nº 04/99 e também do Parecer CNE/CEB nº 16/99.

A partir do ano de 2005, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil avançou nas políticas de garantia de acesso à educação profissional. Esse avanço foi consolidado com a sanção da Lei Federal n.º 11.195 que normatizou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esse plano permitiu que os diversos territórios brasileiros, marcados pelas diversidades sociais, culturais e econômicas, tivessem uma escola federal de educação profissional e tecnológica.

De acordo com Silva (2011), nesse momento histórico, a concepção de educação profissional perpassa a formação para o trabalho, sendo concebida como mola propulsora nas políticas públicas de redução das desigualdades sociais e regionais.

[...] assim a Educação Profissional e Tecnológica é levada ao estatuto de Políticas Públicas, e, como tal, é considerado direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais (SOUZA, 2011, p. 43).

A partir desse recorte histórico, buscou-se compreender como se deu o processo de construção das políticas de formação profissional no território brasileiro. E ainda ressalta-se a importância dessa cronologia histórica para melhor compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa, o Lyceu de Curvelo, uma instituição de formação profissional criada no século XX. Assim, de forma a auxiliar nas discussões propostas nos objetivos dessa investigação, o texto seguinte discorre sobre as escolas de comércio e seu funcionamento dentro da história e, por conseguinte, como se deu a criação de instituições escolares para essa modalidade de ensino.

1.2 Educação para o Comércio: evolução histórica

Dentro da perspectiva educacional, na Capital do Império - Rio de Janeiro, foi criada, em 1808, a cadeira e a Aula Pública de Ciências Econômicas a cargo do Visconde de Cairu⁷ e, no ano seguinte, as aulas de Comércio, tornando a capital do Império a primeira a receber aulas de comércio (CARVALHO, 1965; RODRIGUES, 1984; SAES, 2001). No entanto, as aulas de Comércio não chegaram a ser verificadas na prática. Somente a partir de 1830 é que o Governo Imperial passa a identificar de modo mais claro o que seriam as Aulas de Comércio na capital, pela edição de diversos atos normativos, especificamente entre 1835 e 1880, para regulamentar as aulas de comércio da corte que, posteriormente, se transformou no Instituto Comercial do Rio de Janeiro (PELEIAS, 2007, p. 32 e RODRIGUES, 1986, p. 27).

No Instituto Comercial do Rio de Janeiro, o curso era diurno e pago, então o funcionamento se deu com número reduzido de alunos, até sua extinção em razão da fundação do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1882, que oferecia o curso gratuito e em período noturno (no primeiro ano de funcionamento, recebeu 478 candidatos à matrícula) (BIELLINSKI, 2000, p. 05-06). A mesma autora transcreve o Relatório do Ministro de Estado que confirma a causa da extinção do Instituto em 1882: “O Instituto Comercial há muito não funciona por falta de alunos. Tendo o Liceu de Artes e Ofícios aberto as aulas para o curso Comercial, o governo resolveu extinguir o Instituto”.

Quase todo o investimento inicial se verifica na capital. Fora dela, destaque para as aulas de comércio no Maranhão (1831), Bahia (1846), Juiz de Fora (1891) e Pará (1899). A aula de Comércio no Maranhão, após tentativa fracassada, em 1811, foi restabelecida por Decreto de 02 de agosto de 1831, publicado em 04 de janeiro de 1832. O novo “lente”⁸, Estevão Raphael de Carvalho, lançou uns dos primeiros livros sobre contabilidade de que se tem notícia, escrito e editado no Brasil (ACM-MA, 2007 e Ricardino, 2008); na Bahia, foi criado em 1846 um “Curso de contabilidade por partidas dobradas⁹ e geografia”, dirigido especificamente aos comerciantes, seus filhos e empregados, suprimindo uma falta aguda de guarda-livros e elementos treinados em administração comercial (ACB, 2007).

⁷ José Antônio Lisboa foi quem recebeu a atribuição da cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro. Em sua obra, publicada em 1804, intitulada *Princípios da Economia Política*, iniciou os estudos do comércio e em 1809 tornou-se o primeiro a apresentar um sistema de direito comercial e a realizar os primeiros estudos de economia política no Brasil.

⁸ Como eram chamados, à época, os docentes da Aula de Comércio.

⁹ O marco da contabilidade ocorreu quando o frade franciscano e famoso matemático Luca Paccioli escreveu o livro intitulado “*Summa de Arithmética, Geometrica, Proportioniet Proportionalita*”, que foi publicado em 1494, na Itália. “Para cada crédito corresponde um débito de igual valor.”

Em função das irregularidades na nomeação e escolha dos “lentes”, foi elaborado um Decreto de nº 121 de 31/01/1842, para dirimir a preocupação que ocupou o monarca quanto à lisura do processo. No decreto eram indicados os critérios para seleção dos docentes e determinava que os mesmos fossem avaliados pelo Governo Imperial.

Outro Decreto nº 456 de 06/07/1846 foi criado para regulamentar as aulas de Comércio no Rio de Janeiro. Ele previa a duração de 02 anos para os cursos, e com exames finais abordando disciplinas como direito comercial, prática das principais operações e atos comerciais, e a arte de arrumação de livros. O regulamento definiu para o segundo ano, a oferta de disciplinas: história geral do comércio e arrumação e prática de livros. Para cursar as aulas de comércio, os alunos teriam que apresentar mais de quatorze anos, obter aprovação no exame da gramática de língua nacional, aritmética e língua inglesa ou francesa. Nesta legislação o diploma legal a denominação foi alterada de “aulas práticas” para “aulas de comércio” (PELEIAS E BACCI, 2004). Os bacharéis de letras do Colégio Pedro II estavam dispensados do exame admissional.

Na década de 50, do século XIX, ocorreram eventos importantes para o Ensino Comercial e contábil brasileiro. Outra reforma da Aula de Comércio da capital imperial com o Decreto nº 769 de 09/08/1854, materializado pelo Decreto 1763 de 14/05/1856 deu origem ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Houve mudanças na grade curricular, mantendo a duração do curso de 02 anos e o conteúdo foi distribuído em 04 cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. Bielinski (2000), Saes e Cytrynowics (2001, p. 40) e Leite (2005) concordam que apesar da existência há cerca de meio século, as aulas de comércio não atraíam grande número de alunos. Outros cursos como Direito, Medicina e Engenharia atraíam número maior de interessados.

Neste período também, com a progressiva substituição do trabalho escravo, o centro econômico do país começou a migrar para a região sudeste. A produção de café expandiu-se decisivamente, tornando-o o principal produto da pauta de exportações em torno da década de 40 do século XIX. Furtado (1995) observa que a gestação da economia cafeeira deu origem a uma nova classe empresária que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país. Atrelado à cultura cafeeira, o surgimento do Código Comercial, em 1850, a expansão das estradas de ferro, das empresas de serviços urbanos e dos investimentos estrangeiros foram indicadores de crescimento da economia. Outro evento importante foi a promulgação da Lei nº 1083 de 22/08/1860- Lei das Sociedades Anônimas do Brasil.

O Decreto 2741, de 09/02/1861 definiu que o Instituto Comercial do Rio de Janeiro teria a formação dividida em um curso preparatório e outro profissional. No Artigo 1º, salienta que

o curso profissional possuía 04 cadeiras, sendo a segunda de Escrita Mercantil e Legislação da Fazenda. No artigo 10º consta que para todas as aulas oferecidas no curso profissional não seria exigida habilitação anterior, exceto escrituração mercantil, cuja matrícula dependia de aprovação na cadeira de Aritmética Completa. SAES e CYTRYNOWICZ (2001, p. 41) mencionam que o governo imperial intensificou a necessidade de maior atenção à gestão dos negócios. Isso se traduziu na promulgação de outro Decreto nº 3058, de 11/03/1863, que reorganizou mais uma vez o ensino comercial e definiu novos Estatutos para o Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

Dentre as mudanças estavam: a duração do curso passou de dois para quatro anos; a idade admissão passa a ser a partir de 13 anos, desde que tivessem aprovação em exames de Gramática Nacional e Caligrafia. As disciplinas do Curso foram distribuídas nos quatro anos e a Escrituração mercantil passou a ser oferecida no 3º e 4º anos. Na grade curricular constavam 03 disciplinas de línguas estrangeiras – inglês, francês e alemão e quatro disciplinas da área de exatas – aritmética, álgebra, geometria e estatística comercial. Posteriormente, ainda ocorrem dois novos decretos em 1870 e no início de 1880 do século XIX, extinguindo as cadeiras de Francês, Inglês, Alemão, Caligrafia e Matemática e os cargos de Diretor e Porteiro, no Decreto 7538 de 15/11/1879 e no Decreto 7679 de 28/02/1880, a duração do Curso volta a ser de dois anos, e as disciplinas extintas no decreto anterior entrariam como pré-requisitos para ingresso.

A extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1882 ampara-se na pouca atratividade do curso em relação ao outros, além do alto nível de exigência aos alunos para o ingresso e a dificuldade do curso em atender as necessidades que o comércio da então Capital Federal exigia (BIELINSKI, 2000). Destarte, já se registrava o surgimento dos primeiros profissionais e em 1870, o Decreto Imperial nº 4475 reconheceu oficialmente a Associação dos Guarda-Livros da Corte, tornando o guarda-livros umas das primeiras profissões liberais regulamentares no Brasil, talvez até como incentivo ao desenvolvimento da profissão.

Em Minas Gerais a Escola de Comércio Juiz de Fora foi pioneira no ensino comercial com a sociedade Anônima Academia de Comércio, fundada no dia 30 de março de 1891, e com funcionamento demarcado em dia 26 de junho de 1894. Wilson de Lima Bastos (1982), em seu livro intitulado Academia de Comércio de Juiz de Fora – O primeiro instituto superior de Comércio no Brasil, retrata a saga da Academia de Comércio de Juiz de Fora, idealizada por Francisco Baptista de Oliveira¹⁰ (BASTOS, 1982, p. 20-29.).

¹⁰ Francisco Baptista de Oliveira nasceu em Entre Rios, Minas Gerais, e era um homem de grande visão, rara capacidade de trabalho e dotado de caráter puríssimo. Foi um dos maiores benfeitores de Juiz de Fora, sendo um dos criadores dos dois estabelecimentos de crédito da cidade e também membro da Companhia Mineira de Eletricidade. Além disso, sua casa de comércio – “A Barateza” era a principal da cidade. Investia na indústria

De acordo com o relato de Bastos (1982) Francisco Baptista fez visitas à Europa e entusiasmou-se pelo ensino comercial. Com o intuito de organizar um Curso comercial entrou em contato com diversos estabelecimentos entre os quais a “Escola dos Altos Estudos Comerciais de Paris” e passou a “desejar ardentemente fundar um estabelecimento do gênero em Juiz de Fora” (BASTOS, 1982, p. 21). Fez tentativas junto ao governo do Estado de Minas Gerais – Presidente Cesário Alvim, de quem não obteve apoio e, logo depois, com Affonso Pena¹¹ que, em carta na Revista Industrial de Minas Gerais (1894), assim escreveu:

O iniciador da ideia e que por ela tem-se dedicado, sem medir sacrifícios, é o Sr. Francisco Baptista de Oliveira. Se não fora a sua tenacidade e inquebrantável energia não desanimando perante dificuldades, que pareciam invencíveis, não teríamos a fortuna de possuir brevemente um estabelecimento de ensino comercial, moldado pelo que há de melhor no assunto (Revista Industrial de MG, Volume I, nº 7).

Francisco Baptista já havia percebido o pioneirismo europeu em matéria do Ensino Comercial que, nos últimos trinta anos do século XIX, mostrava-se em evolução com a criação e diversos estabelecimentos como “Instituto Público de Comércio de Leipzig”, na Alemanha, “Escola Superior de Comércio de Veneza”, na Itália, “Instituto Superior de Comércio de Anvers” e “Academia de Comércio de Praga”, na Áustria e Portugal, respectivamente (BASTOS, 1982). Em uma de suas viagens, ele contratou um professor da “Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris”, o Dr. Georges Quesnel para alavancar seu sonho e pioneirismo no Ensino comercial no Brasil, particularmente na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

Inicialmente, fundou a sociedade Anônima Academia de Comércio, no dia 30 de março de 1891, com empenho na busca de sócios e, finalmente, em 1894, no dia 26 de junho, com a presença do ilustre Dr. Affonso Augusto Moreira Pena, Presidente do Estado de Minas Gerais, foi solenemente inaugurada a Academia de Comércio e iniciaram-se as aulas. Em 1912, foi criado o primeiro Curso Comercial Superior no Brasil – Sociedade Anônima: Academia de Comércio de Juiz de Fora. Percebe-se, assim, a semelhança da organização da Academia de Comércio de Juiz de Fora com a Sociedade Lyceu Mineiro Ltda., que se organizou em Curvelo.

mineradora e obras assistenciais junto aos Vicentinos, com os quais fundou a Associação de Caridade “Pão de Santo Antônio”. Na área de imprensa foi fundador/proprietário do jornal “Diário de Minas”, fundou o Jornal “O Pobre”, que tinha cunho religioso e era correspondente telegráfico com o “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. Mascarenhas (1934)

¹¹Afonso Augusto Moreira Pena Júnior nasceu em Santa Bárbara (MG), no dia 25 de dezembro de 1879, filho de Afonso Augusto Moreira Pena e de Maria Guilhermina de Oliveira Pena. Seu pai foi deputado geral por Minas Gerais (1878-1884), ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883-1884) e do Interior (1885), novamente deputado geral (1886-1889), presidente de Minas Gerais (1892-1894), vice-presidente (1902-1906) e presidente da República (1906-1909). Tendo feito os estudos secundários no Colégio Caraça, em Minas, ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, pela qual se bacharelou em 1902. Deputado estadual em 1902, foi reeleito para a legislatura 1907-1910, mas renunciou ao mandato antes do fim do período.

As cotas também foram oferecidas através de uma reunião a cidadãos bem distintos da sociedade da época, com anúncio em jornal local e convites aos cidadãos que compunham as lideranças locais. Prova disso, é que havia representantes de todas as esferas formativas, assim como no Lyceu com alguns cotistas em comum, como era o caso dos irmãos Mascarenhas.

Todas as iniciativas nesse período ficaram a cargo de instituições particulares, que ofereciam “aulas de comércio” para atender a essa demanda de profissionais, como as do Colégio Atheneu Paulista, o Mackenzie College e a Escola Politécnica de São Paulo. O curso Superior do Mackenzie foi criado em 1886, sucedendo a “classe do comércio” que existia desde 1880, por Horácio Lane e “visava preparar profissionais adestrados para altos cargos do Comércio Cafeeiro de Santos e São Paulo, notadamente nas casas comissárias” (GARCEZ, 1970, p.138). Já a Escola Politécnica de São Paulo dava o título de contador pra os alunos que concluíssem o curso geral de um ano. Entre 1894 e 1918 formaram-se 282 contadores (MOTOYAMA, 2004, p. 62). Tratava-se de cursos, e não de uma escola regular dedicada ao ensino comercial propriamente dita.

Desde 1897, Horácio Berlinck¹², representando o comércio, e João Pedro da Veiga Filho, então vereador municipal, tentavam sem êxito, a criação e manutenção por parte do governo paulista de uma instituição de ensino de natureza comercial. Somente em 1902, por meio do apoio da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de São Paulo foi criada a “Escola Prática do Comércio de São Paulo – FECAP”, referência no ensino comercial paulista.

No início do século XX, porém, as ofertas existentes de classes comerciais pareciam não atender a tal demanda e “crescia a agitação em torno da ideia de organizar as atividades comerciais paulistas” (CARVALHO, 2005, p. 80), especificamente da necessidade da criação de uma escola de comércio, como demonstra Veiga Filho, em seu artigo de 1901:

Por estarmos plenamente convencidos dos inestimáveis proveitos que, para o Estado de S. Paulo, podem advir da fundação de uma Escola de Comércio, nesta capital, desde 1890, em que nos confiaram a redação do Diário do Comércio, até hoje, sempre temos propugnado pela realização de tão momentoso empreendimento (Veiga Filho, 1907, p. 26).

Depois de pouco mais de quatro meses, em 25 de abril de 1902, foram aprovados os estatutos da primeira escola especializada no ensino comercial do Estado de São Paulo, em reunião ocorrida na Sociedade Humanitária de Empregados do Comércio, em São Paulo. Finalmente em 1º de junho de 1902 ocorreu a sessão solene de inauguração da “Escola Prática

¹² Horácio Berlinck, um dos fundadores da Escola Prática de Comércio de São Paulo, era de origem humilde, filho de imigrantes que aprendera as noções de contabilidade ao trabalhar nos escritórios das indústrias de Álvares Pentead.

de Comércio de São Paulo”, em um imóvel oferecido por Eduardo Prates, para ser a primeira sede da escola.

Vale apontar o relacionamento existente entre essas figuras – Eduardo Prates foi o primeiro secretário da Associação Comercial e Agrícola de São Paulo, a qual teve como primeiro presidente Antônio da Silva Prado. Este, por sua vez, era vizinho de fazenda de Álvares Penteado, que viria a se tornar o quarto presidente da Associação Comercial de São Paulo (sucessora da Associação Comercial e Agrícola). O início das aulas se deu em 15 de julho de 1902, com um grupo de 216 alunos e um corpo docente formado por aproximadamente trinta pessoas (FAZOLI FILHO, 1992, p. 26).

Durante o período republicano, iniciou-se uma nova fase para o ensino, com grandes mudanças e expansão do ensino comercial, entre 1889 e 1931. Para o estudo de Ferreira (1980), que trata das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola, a evolução do ensino comercial até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial pode ser dividida em duas fases características. A primeira fase se inicia com a chegada do Príncipe Regente D. João ao Brasil e se prolonga até a promulgação do primeiro texto legal de âmbito nacional sobre o ensino comercial – Decreto Legislativo de 1905. Essa fase dura aproximadamente um século, podendo ser chamada de "fase embrionária".

A segunda fase tem início como Decreto Legislativo de 1905 e se estende até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial. A fase se subdivide em três momentos – 1905, 1926 e 1931, que correspondem à promulgação de atos legislativos diferentes que são resultados da crescente conscientização, por parte do Governo Federal, da necessidade de crescimento do ensino comercial na conjuntura do País. Essa fase pode ser rotulada de "fase de oficialização".

Essas mudanças foram motivadas por uma combinação de fatores: crescimento econômico causado pelo aumento na produção e crescimento e urbanização, principalmente na cidade de São Paulo. O Brasil com o formato agrário exportador ainda dominava a pauta das exportações e a economia nacional e as flutuações no preço do café e os períodos de grave crise no setor cafeeiro, ao final do século XIX e início do século XX, causados pela superprodução e pela queda da demanda entre as grandes guerras levaram os produtores de café a investir em outras áreas. Para Furtado (1995, p.71) nesse período cresceram os serviços públicos por meio de órgãos administrativos e aumento burocrático, o que exigiu maior qualificação dos funcionários para executar suas funções. Para Furtado:

As necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e da saúde, da formação profissional, da organização bancária, etc. no sul do país são

cada vez maiores. [...] A proclamação da república em 1889 toma, em consequência, a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional. Aos novos governos estaduais coubera, nos dois primeiros decênios da vida republicana, um papel fundamental no campo da política econômico-financeira [...].

Complementarmente, Furtado (1995, p.172) delinea o surgimento de novos grupos de pressão política: a classe média urbana – empregados do governo, civis e militares e do comércio, os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos, das quais nem todas têm garantias de juros.

Comparativamente ao restante do país, São Paulo realmente era pioneira na prática do Ensino Comercial e na época em que a FECAP foi criada o número de estabelecimentos de Ensino Comercial era inexpressivo, se comparado ao crescimento da população Brasileira. Veja quadro abaixo:

Quadro 1 – Rede Escolar¹³ do Ensino Comercial no território Brasileiro

Data	Estabelecimentos de Ensino Comercial	Nº de alunos	População Geral do Brasil
1905	2	343	19.998.000
1915	2	500	
1920	06	773	30.835.605
1925	20	1000	
1930	145	15.500	38.381.000
1935	236	24.439	
1940	280	49.843	41.236.315
1945	436	79.370	
1950	591	75.420	51.944.937

Fonte: Carvalho, 1965, p.89

Baseando-se na regulamentação de 1905, o Quadro 01 mostra que, ainda em 1915, continuam a existir apenas as duas academias de Comércio – do Rio de Janeiro e de São Paulo – fundadas em 1902. Por essa informação percebe-se que a Academia de Comércio de Juiz de Fora, apesar de já se encontrar em funcionamento desde 1894, não consta nos dados oficiais.

Registra-se, nessas duas academias, um aumento de 45% dos “alunos matriculados” entre 1905 e 1915. Em 1920, a “matrícula” cresce na mesma proporção do número de estabelecimentos, porém esses triplicam em relação a 1905, enquanto as “matrículas” apenas dobram. Somente em 1925 é que efetivamente o número de estabelecimentos de ensino comercial chega a duas dezenas. Mesmo tendo representado um aumento de 900% em relação a 1905, aparentemente o número de estabelecimentos não atende às necessidades do contexto,

¹³A expressão Rede Escolar foi utilizada por Carvalho e reproduzida aqui, apesar de não ser empregado nesta época.

principalmente por causa da imensidão do país. Registra-se fenômeno semelhante em relação ao número de matrículas, atingindo apenas a 1000 alunos.

O Ministro da Educação e Saúde Pública no período de 16/09/1932 a 23/07/1934, Washington Pereira Pires, alega que o Governo Federal passou a direcionar maiores esforços em prol do aperfeiçoamento da educação comercial desde 1905, considerando um marco oficial de referência o Decreto 1.339, de 09 de janeiro de 1905, que declarou de utilidade pública a “Academia de Comércio do Rio de Janeiro” e a “Escola Prática de Comércio de São Paulo”, ambas fundadas em 1902, além de reconhecer como oficiais os diplomas expedidos por essas instituições (BRASIL, 1932). Aos portadores destes diplomas eram dispensados os exames e aprovação para o pleno exercício da profissão.

A realidade do Ensino Comercial apresenta mudanças a partir da década de 1930 o que pode ser verificado no Quadro acima, fato que justifica a mensagem do presidente Getúlio Vargas¹⁴, encaminhada ao Poder legislativo em 1936, em que verifica-se que o número de escolas comerciais em 1925/1926 compreendia vinte e seis instituições com 911 alunos. Em 1936, o número de escolas comerciais elevou-se para 236, com 24.349 alunos. Esse crescimento demonstra como o ensino comercial “[...] tornou-se popular e vem interessando vivamente às classes médias, desejosas de obter melhor preparação técnica [...]” (BRASIL, 1936. p.99).

O segundo fundamento legal, posterior ao Decreto 1339/1905, é o Decreto nº 4.724-A, de 23 de agosto de 1923, de iniciativa do poder executivo, no governo de Artur da Silva Bernardes (mandato 1922/1926), que implantou o regulamento do ensino comercial. Este documento reconhece oficialmente todas as escolas de comércio e seus diplomas expedidos, bem como, a fiscalização no cumprimento integral do regulamento em vigor (VIEIRA, 1957). Infere-se que talvez isso tivesse ligação com o Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1924 (SÁ, 2008). O congresso a nível nacional é uma justificativa da existência de

¹⁴ Getúlio Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Em 1907, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Dessa data até 1930, elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense, deputado Estadual, deputado Federal, tendo sido líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1929. De 1926 a 1927, foi Ministro da Fazenda de Washington Luis e presidente do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930. No ano de 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930 que depôs o presidente Washington Luis. Em consequência disso, em novembro deste mesmo ano, assume o Governo Provisório (1930-1934). A Assembleia Nacional Constituinte ao promulgar a nova Constituição em julho de 1934, elege Getúlio Vargas presidente da República para o período 1934-1938. Em 1937, alegando a existência de um plano comunista, conhecido como Plano Cohen, com apoio militar o Congresso Nacional foi fechado e instalou-se o Estado Novo, e em 10 de novembro de 1937, Vargas outorga uma nova Constituição Federal. Nos termos dessa Constituição redigida por Francisco Campos e que ficou conhecida como Polaca, por ter se inspirado na Constituição fascista da Polônia, Getúlio passa a controlar os poderes Legislativo e Judiciário. Durante os 15 anos que governou o Brasil (1930-1945), criou o moderno Estado Nacional, orientando-se para uma intervenção do Estado na Economia.

profissionais do ramo e já começavam a ser organizar enquanto grupo socialmente representado e talvez já reivindicassem novas atitudes sobre o Ensino Comercial por parte do governo.

Dando continuidade a esse processo de reconhecimento/oficialização, em 1926, o Governo Federal pelo Decreto nº 17.329 de 28 de maio, aprovou o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico-comercial, reconhecidos oficialmente pelo Governo, donde se verifica que havia o funcionamento de estabelecimentos que ainda não eram reconhecidos pelo governo, e, portanto, dependiam de inspeção para continuarem funcionando. É o primeiro texto legal que determina o nível técnico para os estabelecimentos de ensino comercial, dividindo-o em cursos: geral, superior e de especialização.

É uma regulamentação centralizadora, criando fiscais de caráter rotativo, ligados ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, correndo à conta do depósito previamente feito pelos estabelecimentos e buscando uma organização uniforme para o ensino comercial. Esse decreto é o primeiro dispositivo legal que estabelece para essa modalidade de ensino: o número de anos de cada curso e a distribuição das matérias por séries; o número de minutos e de aulas semanais por matéria; a uniformidade do ensino através do currículo, desdobrando disciplinas já determinadas e outras; além de relacionar normas precisas para o funcionamento, organização, validade e fiscalização dos estabelecimentos de ensino técnico-comercial reconhecidos (BRASIL, 1926).

Em certos tópicos, o regulamento de 1926 apresenta excesso de minúcias, cuidado que até então o ensino comercial não tinha recebido. As principais críticas recaíram sobre a estruturação dada ao curso geral, mormente em relação ao curso de quatro anos de duração, com cerca de trinta e cinco matérias e na dificuldade de se encontrarem no Brasil professores especializados para certas matérias. Na exposição de motivos do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 há críticas sobre a grande quantidade de matérias estabelecidas pelo decreto de 1926, o que não permitia que os alunos tivessem uma formação mais precisa, por não ser possível o aprofundamento em todas as disciplinas e então é sugerida a reformulação do ensino comercial.

O Artigo 11, do Decreto 17.329 de 28 de maio de 1926 traz as diretrizes para serem reconhecidos oficialmente. Observa-se nelas o teor de reconhecimento do ensino praticado e da sua apuração mediante avaliações e atividades formalizadas e registradas pela instituição e do levantamento do corpo docente:

Art. 11. Os estabelecimentos de ensino technico commercial, a fim de serem reconhecidos oficialmente e para validade o registro dos respectivos diplomas, ficam obrigados: a) a prover os cargos do professores mediante concurso ou estagio, pelo menos, de dous annos; b) a effectuar os exames finaes de cada disciplina, tomando

em conta a média de anno, obtida por meio de provas, no minimo, trimensaes; c) a organizar as bancas examinadoras com os professores ou substitutos regulares, lavrando-se a acta logo em seguida ás provas oraes; d) a lavrar termo de conclusão dos cursos, do qual constem as approvações alcançadas, com indicação das respectivas datas; e) a conceder diplomas sómente aos alumnos que concluirem os cursos regulares, sendo o de contador após o curso geral, e o de graduado em sciencias economicas e commercia es após o curso superior; f) a exigir diploma do curso geral, conferido por estabelecimento no gozo das regalias legaes, para matricula no curso superior; g) a inscrever os alumnos em livros proprios, por ordem chronologica dos despachos exarados nas respectivas petições, as quaes deverão ser instruidas, não só com a prova de idade minima de doze annos para o curso geral e de dezeseis para o superior, como tambem com attestado de saude e vaccina; h) a ter os livros de actas da congregação e das comissões creadas no regimento interno visados pelo fiscal e, bem assim, os termos da conclusão de curso, abertura e encerramento de matriculas e de exames; i) a observar integralmente as disposições deste regulamento. (BRASIL, 1926)

Além dos critérios pedagógicos e de registro, é considerada também pelo Decreto 17329, a obrigatoriedade pelo Artigo 13, da apresentação pelo diretor de cada estabelecimento de ensino de um minucioso relatório do funcionamento da instituição no ano anterior. No Artigo é bem taxativa a apresentação de dados quanto ao número de aulas, mapa de frequência às aulas, resultados de exames e relação de diplomados e quadro de corpo docente.

Em termos didáticos no decreto, em seu Artigo 2º, há previsão da duração do curso geral, separando-o em propedêutico e técnico, além do Curso Superior com duração de 03 anos após o Curso Técnico. Esclarece o Decreto que o ensino deveria ser essencialmente prático, com período letivo de pelo menos 09 meses por ano, fixado em regimento interno em cada estabelecimento.

A fiscalização dos estabelecimentos do ensino comercial seria com fiscais rotativos nomeados pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante depósito prévio feito pelos estabelecimentos, para pagamento de despesas com transporte e diárias. Nos relatórios circunstanciados, apresentados pelo fiscal, segundo Artigo 16, deveria constar sobre:

a prática rigorosa dos preceitos do regulamento e quanto ao regular funcionamento das aulas, fiel execução dos programas, moralidade dos exames e provas parciais, suficiência do aparelhamento escolar, especialmente dos gabinetes e laboratórios, provimento das vagas do corpo docente e aptidão deste, a legalidade dos diplomas conferidos.

E, se no relatório fosse denunciada qualquer irregularidade, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio mandaria saná-la, e só depois seria restituído ao estabelecimento o gozo de suas regalias. O Curso Geral, que habilitava para as funções de guarda-livros, perito judicial e empregos públicos nas áreas de Fazenda, compreendia o ensino de português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, ciências naturais (inclusive o conhecimento

de drogas, tecidos e outras mercadorias, noções de direito civil e comercial e legislação de Fazenda e aduaneira), prática jurídico-comercial, caligrafia, estenografia, desenho e escrituração mercantil.

1.2.1 – Decreto 20.158 de 30 de junho de 1931- “Reforma Francisco Campos”

O Ensino Comercial na Reforma Francisco Campos, Decreto 20.158, de 1931 é destacado no estudo de Eduardo Cristiano Hass da Silva (2004) que traz à tona que o Projeto que dá origem ao Decreto 20.158, de 30/06/1931, decorre praticamente na íntegra de um projeto encaminhado a Francisco Campos por uma equipe paulista liderada por Horácio Berlinck, representante do comércio de São Paulo, juntamente com colaboradores e fundadores da FECAP.

É importante notar que, de todos os cursos técnicos, o único que recebeu atenção foi o Ensino Comercial que, por meio do dito decreto, foi organizado e regulamentou a profissão contábil. “Ficariam reconhecidos por contadores todos os portadores de diplomas – conferidos por Instituições de Ensino Comercial que, oficialmente reconhecidas” (BRASIL, 1931). Esses diplomas e certificados teriam validade em todo o território nacional e os diplomados logariam preferência nos cargos de fiscais de banco (perito contador) e de fiscais da companhia de seguros (contadores e atuários). Acrescenta-se a esse período a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, tendo como titular o jurista Francisco Campos. Segundo Moraes (1992), as reformas de Francisco Campos configuravam-se com duas formas distintas de educação: uma para pensar e outra para fazer (MORAES, 1992)

No Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, fica em destaque, já no Artigo 1º, que o ensino comercial constará de: a) um curso propedêutico, b) cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador, c) curso superior de finanças, d) curso auxiliar de comércio, compreendendo as seguintes disciplinas:

A) Curso propedêutico:

1) Português; 2) Francês; 3) Inglês; 4) Matemática; 5) Geografia; 6) Corografia do Brasil; 7) História da Civilização; 8) História do Brasil; 9) Noções de Física, Química e História Natural; 10) Caligrafia.

B) Cursos técnicos:

1) Datilografia; 2) Mecanografia; 3) Estenografia; 4) Desenho; 5) Francês comercial; 6) Inglês Comercial; 7) Correspondência portuguesa, francesa e inglesa; 8) Geografia econômica; 9) Matemática comercial; 10) Matemática financeira; 11) Cálculo atuarial; 12) Estatística; 13) Economia Política e Finanças; 14) Seminário econômico; 15) Direito Constitucional e civil; 16) Direito comercial; 17) Prática do processo civil

e comercial; 18) Legislação fiscal; 19) Legislação de Seguros; 20) Contabilidade (noções preliminares); 21) Contabilidade mercantil; 22) Contabilidade industrial e agrícola; 23) Contabilidade bancária; 24) Merceologia e tecnologia merceológica; 25) Técnica comercial e processos de propaganda; 26) História do comércio, indústria e agricultura; 27) Organização de escritórios. [...]

D) Curso Auxiliar de Comércio:

1) Caligrafia; 2) Datilografia; 3) Português; 4) Inglês; 5) Aritmética; 6) Contabilidade (noções preliminares); 7) Contabilidade mercantil. (BRASIL, 1931) *grifo nosso*.

O curso auxiliar de comércio era o que o Lyceu Mineiro oferecia, tendo em vista os documentos analisados na pesquisa e professores existentes na escola. Além disso, o Decreto regulamenta os laboratórios e gabinetes específicos que deveriam portar os estabelecimentos de ensino Comercial, citação do artigo 30, conforme os cursos que mantiverem e requererem:

gabinete de Física, laboratório de química, museu de merceologia e história natural, de acordo com a respectiva região econômica; biblioteca apropriada; instalações de escritório modelo para execução dos respectivos exercícios, observações, experiências e escrituras, de acordo com finalidade de cada curso. *Parágrafo único*. Todo o material deverá ser subordinado à finalidade dos cursos e não precisará exceder ao estritamente necessário, cabendo ao Conselho Consultivo organizar a lista do mínimo permitido, dentro de variantes e sem uniformidade de aparelhos, atendendo às condições locais e à oportunidade dos mercados.

Acrescenta-se, ainda, no Artigo 31, que os estabelecimentos de ensino técnico-comercial, a fim de serem reconhecidos oficialmente e para validade e registro dos respectivos diplomas, ficam obrigados;

- a) a prover os cargos de professor mediante concurso ou estágio no magistério pelo menos de dois anos;
- b) a observar, de acordo com os respectivos cursos, a seriação e a organização didática e o regime escolar instituídos neste decreto;
- c) a organizar as bancas examinadoras com três professores destacados do seu corpo docente e os substitutos regulares, lavrando-se ata em seguida às provas orais;
- d) a lavrar termo da conclusão dos cursos, do qual constem as aprovações alcançadas, com indicação das respectivas datas;
- e) a conceder diploma somente aos alunos que concluírem os cursos regulares;
- f) a inscrever os alunos em livros próprios, por ordem cronológica dos despachos exarados nas respectivas petições;
- g) a ter os livros de atas da congregação e das comissões criadas no regimento interno visados pelo fiscal, e, bem assim, os termos de conclusão do curso, de abertura e encerramento de matrículas e de exames.
- h) a cumprir todos os outros preceitos deste decreto.

No Título II, foi criada a Superintendência do Ensino Comercial que ocupa o lugar da antiga Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial- Artigo 34

do Decreto, subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Saúde Pública, e terá ao seu cargo a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, reconhecidos ou em período de fiscalização prévia. Então, conclui-se que com a reforma Francisco Campos, o ensino comercial deixa o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e incorpora-se, em definitivo, ao quadro da educação brasileira passando a pertencer ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Paralelamente às medidas tomadas por Getúlio Vargas, com relação à educação, particularmente o Ensino Comercial que aqui foi destacado, vê-se que tais mudanças vinham ao encontro de valores defendidos pelo grupo que dominava o cenário político e de acordos que antecederam até mesmo o início das negociações partidárias, conforme se percebe na autorização e dinamização da Escola de Comércio de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

A origem da Reforma Francisco Campos, Decreto 19.890 de 18/04/1931 e do Decreto 20.158, segundo Paulino de Oliveira, em seu livro sobre a História de Juiz de Fora (1950), citado por Wilson de Lima Bastos (1982), concede mérito ao dirigente mineiro e ex-professor e benfeitor da Academia de Comércio de Juiz de Fora, Sr. Antônio Carlos¹⁵, então Presidente de Minas Gerais (forma como eram chamados na época os governadores de estado), em uma visita à cidade de Juiz de Fora em 1929, criou o Partido Aliança Liberal de cuja campanha resultou a Revolução de 1930.

Com a Revolução e apoio do partido, o Dr. Getúlio Vargas sobe ao Poder e inicia uma série de Reformas em diversos setores de atividade nacional de onde provém a Reforma Francisco Campos - Decreto 19.890 de 18/04/1931 que concedeu, após um ano a inspeção permanente, ao Ginásio anexo à Academia de Comércio de Juiz de Fora, as prerrogativas de estabelecimento livre de ensino secundário, amparada pelo Decreto 21.477, de 06 de junho de

¹⁵ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena (MG) em 1870. Foi aluno da Faculdade de Direito de São Paulo onde participou do movimento republicano antes de se formar em 1891. Iniciou a carreira política ainda no final do século XIX, como vereador em Juiz de Fora, 1902- secretário de Finanças de Minas Gerais, 1906- prefeito de Belo Horizonte, 1907- senador estadual e novamente vereador em Juiz de Fora e presidente da Câmara Municipal, acumulando as funções de prefeito da cidade, 1911- deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Permaneceu por reeleições na Câmara dos Deputados até setembro de 1917, quando a convite do presidente Venceslau Brás, assumiu o Ministério da Fazenda. Deixou o ministério em novembro de 1918, voltou à Câmara em maio do ano seguinte e em 1925 foi eleito senador da República. Eleito presidente de Minas em março de 1926, tomou posse em setembro, portanto era o candidato natural à presidência da República na sucessão de Washington Luís em 1930. No entanto, o acordo tácito que vinha garantindo a alternância de São Paulo e Minas, no governo federal foi rompido quando Washington Luís, representante de São Paulo, preferiu indicar outro paulista para sucessor. Preterido, Antônio Carlos passou a articular a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência. Tal projeto se concretizou com a formação da Aliança Liberal, coligação que reunia os situacionismos de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, e era ainda apoiada pela maioria dos "tenentes" que haviam lutado contra o governo federal nos anos anteriores. (disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antonio_carlos_ribeiro_de_andrada, acesso em 25/08/2018).

1932. Vinte e quatro dias depois, em 30 de junho de 1932, Vargas assinaria um novo Decreto sob o nº 20.158, organizando o ensino comercial e regulamentando a profissão de contador (BASTOS, 1950, p. 176-178).

Pode-se afirmar que a preocupação com esta modalidade de ensino parte das modificações sofridas pelo país como o processo de industrialização e de urbanização, mas também como uma nova condição de exploração do capital por parte daqueles que viviam na exportação de café e que, ao vivenciar a Crise de 1929, perderam domínio e precisavam de uma nova estratégia de exploração mercantil.

O comércio serviu como outra fonte de renda e de exploração; uma nova opção, diferente dos latifúndios e que precisava ser apreendida. Atrelada à visão de crescimento das indústrias e do país, Vargas viu no cenário do Comércio uma forma de construção de novos trabalhadores nacionais e de um novo cenário de crescimento para a República. Portanto, investir e criar melhores meios para o ensino comercial vem ao encontro ao seu projeto republicano e reformador da sociedade brasileira.

O Lyceu Mineiro inicia suas atividades nesse período de transição entre o Decreto nº 16.782A, de 15 de abril de 1925, para o Ensino Secundário e do Decreto nº 17.329 de 28 de maio de 1926, para o Ensino Comercial e reestrutura-se a partir das reformas do período varguista: Reforma Francisco Campos - Decreto 20.158, de 1931 e o Decreto Lei nº 6.141 de 1943, de Gustavo Capanema ou Lei Orgânica do Ensino Comercial.

É importante salientar que segundo os jornais, que divulgaram a chegada do professor “Erico de Bacellar” trazendo uma nova escola para a Cidade de Curvelo, tratava-se de uma transferência de uma escola que o mesmo detinha na Capital do Estado para Curvelo. Infere-se, então, que o fundador já possuía experiência com as normas legais e com uma instituição dedicada ao ensino comercial e, portanto, não desconhecia a dinâmica escolar, além de acompanhar de perto as demandas decorrentes dessas mudanças que representaram inovações importantes para esse tipo de ensino.

Além disso, o gestor escolar trazia consigo uma capacidade para a divulgação e conquistas de apoios diversos no tocante ao funcionamento da instituição escolar. Além de notícias nos jornais da época que não eram poucos, mas em torno de 05 jornais diferentes: *Voz do Povo*, *O Curvellano*, *Centro de Minas*, *A Mocidade*, *Jornal do Comércio* ainda dispunha de uma Revista Semanal chamada, *Nossa Terra*, que seria de organização do diretor e proprietário do Lyceu Mineiro e da qual ele mesmo, o Sr. Bacellar, era o redator. Para além de propagandas e sobra de elogios sobre o perfil do gestor escolar, da instituição e dos méritos para a cidade das novas oportunidades oferecidas, no trabalho de pesquisa foram encontrados indícios de

acordos e garantias da administração municipal para a escola. Como por exemplo, a Lei Publicada em 01 de outubro de 1927, que garantiria a situação financeira para a transferência e permanência da instituição. Foi publicada em meio a outras legislações no Jornal “O Curvello, de Outubro de 1927, a Lei de nº 329 de 01 de outubro, onde se lê:

Art. 1 - O agente do executivo, auxiliará com 500\$000 (quinhentos mil reis) mensaes ao Prof. E. de Bacellar e Souza, que se propõe a organizar nesta cidade um estabelecimento de ensino secundário moldado no regulmento dos gymnasios officiaes.

Art. II – Esse auxilio começará a ser pago após a instalação do Gymnasio. Art. III – O mesmo professor E. de Bacellar e Souza terá o auxilio de 4000\$000 (quatro contos de reis)¹⁶ pagos de uma só vez para a mudança de seu estabelecimento de ensino de Bello Horizonte para esta cidade.

Art. IV – Recorrer-se-á a verba Instrucção Pública.

Art. V – Revogam-se as disposições em contrario. Assinada pelo Sr. Agente do Executivo Municipal - o Sr. Cel. José Soares dos Santos, ” (O CURVELLO, 1927).

Denota-se que em relação às outras publicações legislativas do mesmo dia, há uma Lei promulgando e liberando o Agente do Executivo a contrair um empréstimo de R\$ 80:000\$000 (oitenta contos de reis) nas melhores condições encontradas (JORNAL O CURVELLO, 1927, p.1). Ou seja, não havia disponibilidade financeira no município, mas ainda assim fechava-se o acordo com a instituição.

Apesar de frustradas as tentativas de uma melhor identidade desse sujeito para a construção da sua biografia, percebe-se que mesmo antes da decisão de investir na cidade com a construção de uma instituição escolar o Sr. Érico de Bacellar já fazia parte da rotina de “amizades” ou “políticas locais”, até pelo apoio do comandante do Executivo local à época- o Coronel José Soares dos Santos, que era segundo Antônio Gabriel Diniz (1975, p. 127): “comerciante e político de muito prestígio, presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal”. Foi um dos Chefes da Aliança Liberal em nosso município.

Após a revolução de 30, foi nomeado prefeito municipal, cargo que ocupou até o seu falecimento. Há, na cidade, uma avenida que o homenageia – a Avenida Soares dos Santos” (DINIZ, 1975). Posteriormente, no ano seguinte à implantação da escola, em 19 de setembro de 1928, foi publicada uma nova Lei de nº 368, que no Art. 1º escreve: “fica autorizado o Sr. Agente Executivo Municipal a promover os meios de oficializar o Lyceu Mineiro, transformando-o em Gymnasio Municipal” (Jornal A MOCIDADE, 1928).

¹⁶Um conto de réis era uma quantia de grande valor intrínseco: em 1833, 2\$500 era representado por uma oitava (equivalente a aproximadamente 3,59 gramas de ouro de vinte e dois quilates), sendo que um conto de réis corresponderia a 1,4 quilogramas do mesmo material. Quatro contos seria o equivalente a 5,6 quilogramas de ouro.

1.2.2 Um Decreto que tem força de Lei: Decreto Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 – “Lei Orgânica do Ensino Comercial”

A partir do Estado Novo, que é implantado a partir de novembro de 1937, com apoio militar, toma posse um novo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que inicia sua reforma com a publicação de inúmeros decretos-leis. Nesse período, é votada a Lei Orgânica¹⁷ do ensino Comercial sob o Decreto nº 6.141, de dezembro de 1943. Na exposição de motivos para a defesa da Reforma ele declara que o ensino comercial não teve organização geral em nosso país, retaliando inclusive o decreto anterior que fez parte da Reforma Francisco Campos. Ele destaca que o Decreto 19.890 tornou o currículo mais exequível, mas como pendurava há 11 anos já havia necessidade da reforma:

“EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

20 de dezembro de 1943.

Sr. Presidente:

[...]“**até os últimos tempos da primeira República, o ensino comercial não teve organização geral em nosso país**”.

[...]“As regulamentações expedidas, omissas e raras, não buscaram estabelecer as linhas e os processos de um sistema desse ensino, mas se limitaram a dispor sobre determinados estabelecimentos de ensino existentes.

Somente em 1923, o Congresso Nacional tomou iniciativa de determinar que se instituisse a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial e de recomendar a adoção de um padrão legal para os seus cursos. O decreto n. 17.329, de 29 de maio de 1926, deu execução ao preceito, e foi a partir de então que o ensino comercial teve entre nós organização uniforme.

O sistema não podia, entretanto, perdurar. Os currículos fixados não tinham atualidade, eram os mesmos que o decreto n. 1.339, de 9 de janeiro de 1905, estabelecera para a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, com a circunstância de terem sido agravados pelo aumento de disciplinas.

A reforma, decretada em 1931 pelo Governo Provisório, deu um novo e importante passo. Comunicou ao sistema existente o sentido das exigências modernas, discriminando várias modalidades de cursos que pudessem atender ao desenvolvimento do comércio e dos negócios administrativos de ordem pública e privada em nosso país. Essa discriminação, possibilitando uma orientação profissional mais precisa, permitiu a constituição de currículos menos pesados e, portanto mais exequíveis.

Doze anos de experiência aconselham agora uma revisão da matéria.

Antes do mais observemos que foi acentuado o progresso que nesse período se verificou no nosso ensino comercial. Poucos dados estatísticos bastarão para indicar

¹⁷ O primeiro resultado desse esforço saiu em 1942, com a promulgação de dois decretos-leis (autodenominados leis, embora não tivessem sido promulgados pelo Congresso Nacional), tratando da organização do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril). As “leis” orgânicas do ensino industrial e do ensino médio serviram de matriz para a elaboração de outras referentes ao ensino comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943), ao ensino normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de junho de 1946), ao ensino agrícola (Decreto-Lei nº 9.613, de 22 de agosto de 1946) e ao ensino primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946). disponível em <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/leis-organicas-do-ensino>

o progresso indicativo. Em 1931, eram 83 os estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos; esse número subiu a 304 no ano de 1943. A matrícula em 1931 era apenas de cerca de doze mil e quinhentos alunos; no corrente ano, atingiu a cerca de setenta mil. Por outro lado, elevou-se de um modo geral a regularidade e a eficiência da organização e da vida escolar. Esse progresso qualitativo teve início com a **regulamentação centralizadora** de 1926, mas, sobretudo, se verificou a partir de 1931, em virtude do novo e minudente sistema legal e das providências executivas cada vez mais amplas e eficientes que vierem a ser tomadas pelo Ministério da Educação; [...]” (adaptação do Discurso de Capanema publicado como prefácio da Lei Orgânica do Ensino Comercial, conforme: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-133673-pe.html>> *grifo nosso*)

Em seu Artigo 1º, a Lei conceitua o Ensino Comercial “entendido como um ramo de ensino de segundo grau destinado a formar profissionais para lidarem com as atividades específicas do comércio e de funções de caráter administrativo em negócios tanto públicos quanto privados.” (BRASIL, 1931).

A Lei Orgânica do Ensino Comercial estabeleceu dois ciclos para o ensino comercial: primeiro ciclo, de formação com o curso comercial básico, com duração de 04 anos e segundo ciclo com cinco cursos de duração, denominados curso comercial técnico: “curso de comércio e propaganda, curso de administração, curso de contabilidade, curso de estatística e curso de secretariado”. Além disto, determina a partir dos tipos de cursos existentes como serão os estabelecimentos de ensino comercial: Escolas comerciais – aquelas que ministravam o curso comercial básico e Escolas Técnicas de Comércio – as que tinham um ou mais cursos técnicos. O Lyceu Mineiro a partir de então passa a chamar-se “Escola Comercial Padre Curvelo” e a partir de 1949, com a 1ª turma do Técnico em Contabilidade, muda a denominação para “Escola Técnica de Comércio Padre Curvelo”.

Nessa reforma, foram atentamente discriminadas como seriam as formas de avaliação do ensino Comercial deliberando-se no seu Artigo 15 como seriam compostos os trabalhos escolares, além de se preocupar, também, (Artigo 53) com a formação dos professores e orientadores que atuariam no Ensino Comercial.

Nos documentos do Lyceu Mineiro, anteriores ao ano de 1949, a Portaria de Autorização do Ensino Comercial não consta e, inicialmente, alimentou-se a dúvida se realmente o Ensino Comercial iniciou desde a fundação da instituição. Entretanto, um registro de Atas de Visita do Inspetor Federal, no dia 06 de maio de 1929 (Livro de Termos de Visita do Inspetor Escolar, em 06/05/1929), citação feita na página 73 adiante, discrimina por números os alunos do Curso Comercial. Paira a dúvida de como era a dinâmica do curso nesse período e se realmente tratava-se do Curso Comercial, ou apenas aulas práticas de comércio, como por exemplo datilografia, já que aparecia nos folhetos de propaganda nos jornais nas chamadas para a matrícula. Certo

que após o Decreto 20.158/1931, principalmente no determina o seu artigo Art. 55, que trata dos guarda-livros práticos, a fiscalização e necessidade da regulamentação dos cursos vem à tona:

Os guarda-livros práticos, que já exerçam ou tenham exercido a profissão, para gozarem das prerrogativas deste decreto, deverão requerer ao superintendente do Ensino Comercial, dentro do prazo de um ano a contar da data da publicação deste decreto, sejam submetidos a exames de habilitação (BRASIL, 1931).

Também porque se havia chamada nos jornais, mas não acontecia a fiscalização federal o próprio decreto colocava em evidência a necessidade de formatação legal a partir da proibição da veiculação de propaganda dos cursos sem a devida legalidade. Isso traz à tona que tal situação era uma prática que acontecia, já que a legislação toma a explicação e proibição. Veja o artigo 81 que determina inclusive o valor da multa, para tal prática:

Art. 81. Os estabelecimentos de ensino comercial que não sejam fiscalizados pelo Governo Federal, não poderão inculcar em seus documentos, folhetos, prospectos, anúncios, certificados ou diplomas a declaração de estabelecimentos de ensino fiscalizados ou oficializados, sob pena de multa de cinco contos de réis (5:000\$0), que será imposta pela Superintendência do Ensino Comercial, ficando de sua cobrança encarregado o representante da justiça federal.

Quanto ao processo legal para Verificação Prévia da Escola Técnica de Comércio Padre Curvelo, foi encontrada uma correspondência da Diretoria do Ensino Comercial, data de 06/01/1949, designando o Inspetor Federal Messias Pereira Donato, em substituição ao inspetor anterior, Sr. Mauro Ferreira da Silva, para proceder a verificação prévia já iniciada em 1944, conforme citado no próprio ofício.

A história do Lyceu Mineiro e do ensino comercial perpassam essas mudanças, que proporcionaram uma reinstitucionalização, devido às diversas vertentes políticas e sociais que envolveram a trajetória da escola - a Era Vargas, o Estado Novo; as mudanças regimentais e sociais, inclusive com a criação do aparato legal para os cursos comerciais e para o Curso secundário, que também fazia parte do universo de atendimento da escola. Acrescendo a isso ainda há a alteração da mantenedora com a mudança do primeiro proprietário para São Paulo – Prof. Érico de Bacellar e Souza, e a organização do Liceu Mineiro Sociedade Ltda. para assumir a escola.

Com o desenvolvimento da pesquisa documental percebe-se a falta de documentos correspondentes à primeira década de existência da instituição - 1927 a 1937, e no museu da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo encontramos as plantas das edificações, as certidões de cartório, doações de terreno e legislações municipais de amparo à escola, além de algumas fotos que faziam parte do patrimônio histórico e escolar, donde faz-se constar alunos e suas atividades

escolares corroborando com a existência de turmas e crescente número de matrículas, apesar da inconsistência dos registros.

1.3 Instituição Educativa – Conceito e Organização

Estudos acerca da História das Instituições Escolares foram fortalecidos a partir da década de 1990, sendo a criação de inúmeros cursos de pós-graduação em educação, um fator determinante para consolidação desses estudos. De acordo com Gatti Junior (2002), a pesquisa histórica sobre as escolas procura investigar o que ocorre nelas, buscando a compreensão dos fatores que constroem um sentido próprio à instituição dentro do contexto de que ela faz parte, mesmo com as mudanças ocorridas no passar do tempo. Ainda de acordo com esse autor, a história das instituições educativas tem melhorado no contexto dos estudos de história da educação no Brasil, renovando o campo da história da educação e organizando-se como um novo campo temático da historiografia da educação brasileira (GATTI JUNIOR, 2002, p.19).

Ressalta-se que o estudo das representações e das práticas produzidas a partir das fontes das instituições educativas passou a ser valorizado para a compreensão dos mais diversos contextos históricos e sociais. Isso foi determinante na revisão do próprio conceito de Educação, extrapolando o sentido de simples escolarização para ser compreendido como prática social, que nos ocorre mais diversos espaços, apresentando formas e finalidades, atendendo a interesses de grupos antagônicos. Fazer história dessa prática é compreendê-la em suas especificidades, revelar diferentes pensamentos e ações que fazem parte de sua trajetória.

Contudo, apesar de uma maior organização do campo de discussão sobre a História da Educação no Brasil, propiciando uma articulação e promovendo um maior intercâmbio de pesquisas, metodologias, fontes e temas, observamos que há algumas lacunas, nos estudos sobre as instituições educacionais, dentre elas, as escolas profissionais relacionadas ao Ensino Comercial.

Nesse sentido, essa dissertação relata a pesquisa que objetivou desvelar a história de uma instituição escolar criada no século XX: o Lyceu Mineiro de Curvelo. Para melhor compreensão das discussões e análises apresentadas nesta investigação, nos apropriamos do conceito de instituição educativa construído pelo pesquisador Justino Pereira de Magalhães que se dedica a compreender a relação entre o aspecto material e humano e as diversas representações e papéis desempenhados pelos sujeitos tendo em vista o aspecto social e cultural de uma instituição educativa.

o plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro(s), pessoa(s), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. As instituições educativas são projectos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62).

Para Magalhães (2004), antes de elucidar os vários aspectos que envolvem as instituições educativas, é primordial entender as dimensões física, administrativa e sociocultural, nas quais essas instituições se situam historicamente. Ainda de acordo com Magalhães:

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que se estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

Com o fito de apreender o que faz a unicidade da instituição educacional, diante da diversidade, torna-se essencial conhecer os vários aspectos que envolveram essa instituição educativa, permitindo um aprofundamento em sua história e a compreensão de sua dimensão espacial e educativa.

Dessa forma, para realização de leitura e análise das fontes elencadas em uma pesquisa, a História das Instituições Educativas precisa compor a base do referencial teórico. De acordo com Gatti Junior (2007), a análise de uma instituição educativa envolve a preocupação com os processos de criação e seu desenvolvimento.

A pesquisa histórica de uma instituição educativa permite identificar não somente sua identidade e as características da educação praticada, mas também seus interesses, percebendo tais instituições como instrumentos de disseminação de valores (LIMA 2015). Sendo assim, busca-se problematizar sua trajetória, no sentido de compreender a organização escolar, tais como: estruturação arquitetônica e ocupação do espaço, seleção e origem dos alunos, qualificação dos professores e servidores, estruturação curricular, dentre outros.

Segundo Antônio Nóvoa (1992), a investigação histórica continua a denotar três características principais, ela é sobretudo uma história institucional, pois não aborda novas problemáticas, é cronológica e descritiva, centrada nos fatos, e é unidimensional, pois não mobiliza outras disciplinas científicas para o estudo das questões educativas. Nóvoa (1992) parte do pressuposto de que história parte do presente, que o passado não é o objeto, mas que

buscamos no passado vestígios deixados que nos ajudem a responder as questões sugeridas pelo mundo em que vivemos.

A história das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 145).

Tanto autores estrangeiros quanto brasileiros têm seguido um roteiro de pesquisa bastante similar, em que se destacam preocupações com os processos de criação e de desenvolvimento das instituições educativas, a configuração e as mudanças ocorridas no prédio escolar, o processo de conservação e mudança do perfil dos docentes e dos alunos, as formas de configuração e transformação do saber veiculado nestas instituições de ensino, entre outros. Buscam-se, assim, os elementos que conferem identidade a instituição educacional.

O primeiro passo do pesquisador em seu trabalho é a revisão bibliográfica do tema, quando acontece o encontro de diversas obras, cabendo ao pesquisador filtrá-las, operando por negações e associações, buscando entender o que se diz entre as palavras, pois, segundo Nunes (1992) ler é praticar uma problemática. Ao pesquisar uma instituição educacional, deve-se fazer um resgate da problemática da cidade, onde ela está instalada, para saber certas representações cristalizadas da escola, da sociedade, dos educadores e da própria história da educação. Isso decorre do próprio quadro institucional que diz respeito a cultura material e simbólica e refere-se à representação, à apropriação das aprendizagens e à qualificação e reconhecimento da mais valia educacional pelos grupos, indivíduos e organizações (MAGALHÃES, 2004, p. 112).

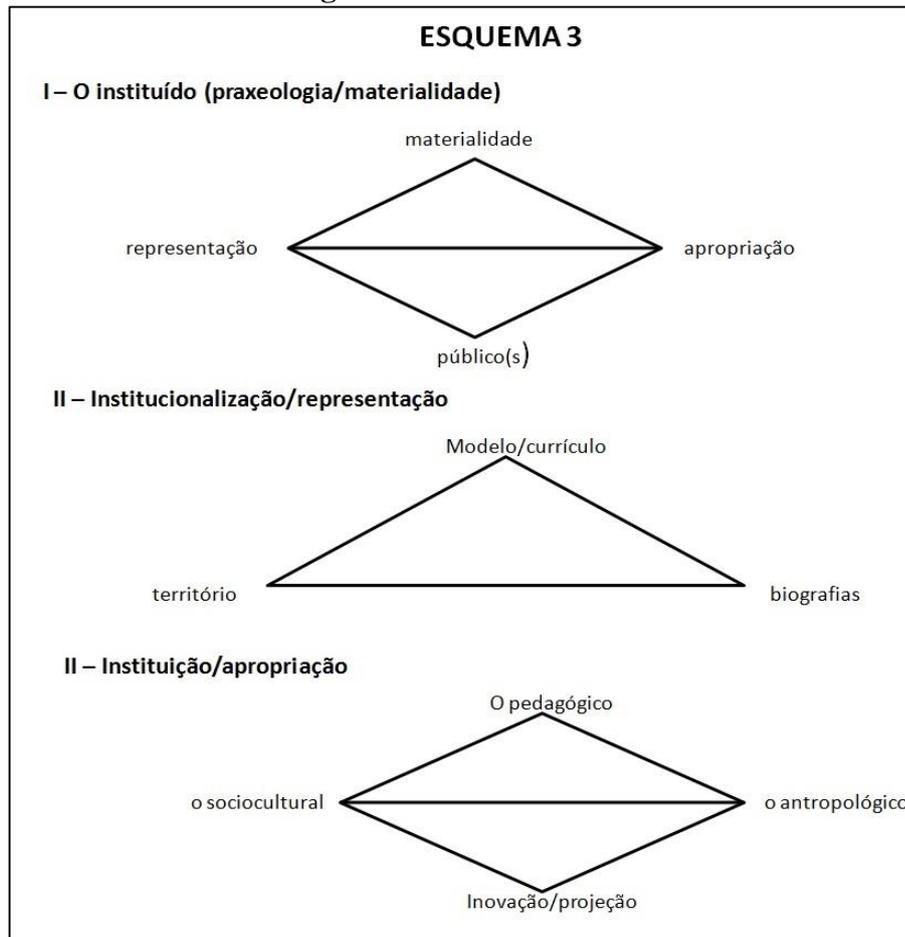
Por seu turno em cada instituição escolar, em cada tempo as interpretações serão particulares e próximas ao ineditismo. Embora haja respeito e enquadramento na legalidade e normatividade, as interpretações do cotidiano são próprias em consonância com as necessidades, objetivos e conveniências. Haverá sempre resistências, emancipação e novas configurações diante do estabelecido e socialmente imposto. E, para além dos acontecimentos particulares e institucionais, haverá a ressignificação da influência da instituição educativa. Porque a mesma ultrapassa seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos. Magalhães (2004, p. 118) afirma que a construção da identidade história da instituição educativa: “é um desafio de complexificação e de integração multidimensional e multifatorial, documentado e avaliado por meio de variáveis e categorias de análise interdisciplinares”.

A construção na totalidade depende de um marco teórico interdisciplinar e de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos museus. A evolução histórica opera-se primeiramente pela institucionalização que é resultado do poder instituinte e dos diversos participantes. Correspondendo às necessidades e aos interesses do público a que se destina, constituída em território educativo e projetando-se através de biografias e destinos de vida dos sujeitos, a instituição evolui e transforma-se (MAGALHÃES, 2004, 139). Essa construção (institucionalização) manifesta-se nas aprendizagens, na subjetivação/autonomização e nos destinos de vida dos sujeitos sob a forma de apropriação, relacionando-se com a realidade sociocultural e geográfica envolvente.

1.3.1 Marco Teórico segundo Justino Magalhães

Como embasamento para análise e estudo do Lyceu Mineiro de Curvelo, apropriaremos do marco teórico proposto por Justino de Magalhães que compreende as fontes e procedimentos de investigação a partir do exercício contínuo de análise e interpretação documental/visual e o seu uso nos estudos históricos. Esse marco teórico vale-se das informações colhidas na análise institucional e permite combinar uma descrição e uma representação da instituição e da realidade que cerceia essa instituição a partir de um complexo histórico-geográfico definido, operacionalizando um quadro de reflexão/ação multidimensional e multifatorial (MAGALHÃES, 2004, p. 138).

A constelação epistêmica de natureza objetual será constituída por materialidade, representação, apropriação, com uma natureza teórico-instrumental, composta por instituído, instituinte/institucionalização, instituição. Veja a representação, conforme Magalhães, 2004, p.138:

Figura 1 – Marco Teórico

Fonte: Magalhães (2004, p. 138)

De acordo com Magalhães (2004, p.139), a materialidade inclui condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas e estruturas (organizacional, de poder e de comunicação), instâncias objetivas e de funcionamento. Já a representação engloba aspectos relativos às memórias, à bibliografia, aos arquivos e ao grau de mobilização e aplicação como os currículos, estatutos, agentes. A apropriação refere-se às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, a identidades dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida.

O esquema 3 (Figura 1) proposto pelo teórico, e que será aplicado a partir do esforço da análise das fontes, levará em consideração:

1ª constelação – O instituído (praxeologia/materialidade)

2ª constelação – Institucionalização/representação

3ª constelação – Instituição/apropriação

Logicamente não haverá fontes para delimitar todas as categorias elencadas pela explicação da educação na sua complexidade epistemológica, como conceitua Magalhães (2004), nem pelo menos esgotá-las, mas a própria análise propõe a discussão a partir de uma investigação indiciária. Ginzburg (2004) compreende e explica o processo de construção e reconstrução que precisa também ser valorizado e conhecido: “a investigação baseada em indícios deve levar em consideração todo o universo em que está inserido seu objeto de estudo, sendo as fontes históricas uma composição da narrativa, compondo um método que permite apenas uma parte de processo de investigação”.

[...] a postura, hoje difundida, em relação às narrativas historiográficas me parecer simplista por que examina, normalmente, só produto literário final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas etc.) que tornaram possível. Deveríamos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, no interior dos processos de pesquisa, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. Há muitos anos, LucienFebvre observou que as fontes históricas não falam sozinhas mas só se interrogadas de maneira apropriada. Hoje isto nos parece óbvio. Menos óbvia é a observação de que as perguntas do historiador são coladas sempre direta ou indiretamente, em formas narrativas. Essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, frequentemente, são modificadas ou até descartadas no curso do processo de pesquisa. Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e por fim, naturalmente narrados (GINZBURG, 2004, p.114).

Tal método suplementa a interpretação de indícios como uma orientação de pesquisa baseada na investigação dos detalhes, que se encara como memórias, pistas, sinais e sintomas. Juntamente com as fontes estabelecem-se parcerias com pesquisadores e suas pesquisas que possibilitam um alicerce teórico, com argumentos, conceitos próprios e vinculados às áreas temáticas da história da Educação.

Em consulta ao acervo da escola, não foram encontrados livros sobre a primeira década da escola e do curso comercial antes da legislação de 1943 e material de registro ou livros relativos a inventários e situação financeira. Entretanto nos jornais há sempre as chamadas para a matrícula, cursos e disponibilização de datas e do valor da escola no processo formativo, além de imagens e descrições de funcionamento, época da matrícula e corpo pedagógico, corroborando com a existência e funcionamento da instituição.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a instituição, foram analisadas algumas fontes escritas como as fichas individuais, matrícula, históricos, livros de resultado final, livros de termo de inspeção escolar, encontradas no acervo da Faculdade de Administração – FAC, além de parte do acervo da escola que guarda os documentos do Lyceu

Mineiro. Ainda buscando identificar os sujeitos que faziam parte do cenário institucional, quais as suas origens e lugares de fala, como eram as suas práticas pedagógicas e disciplinares e como as regulamentações oficiais eram praticadas.

Nos registros dos livros de Atas de Resultado final¹⁸ onde constam as notas por conteúdo e de onde é possível inferir as demandas de provas de 2ª chamada, provas especiais e repetência. A partir da década de 1940, consta nos livros a cidade de origem dos alunos e a profissão do pai, e na consulta realizada em 120 pastas de alunos, tais dados foram registrados, o que fornecerá uma ideia do universo de origem dos alunos.

Com relação aos docentes, a partir do livro de pontos de professores, buscar-se-á subsídios para elencar os responsáveis pelos conteúdos ano após ano e sua formação, além dos referenciais pedagógicos para as aulas, por meio dos registros de livros utilizados e laboratórios existentes na instituição. Acrescenta-se a esses dados os relatórios diversos das bancas de avaliação, as publicações nos jornais dos participantes de provas e seu desempenho, além das notícias divulgando os novos professores e adequações nos prédios. Do ponto de vista de representatividade social, há divulgação na imprensa local desde a demanda de matrículas para provas de admissão e exames finais, até notícias de eventos cívicos, comemorativos, culturais e formaturas.

Além das fontes documentais do arquivo escolar e da legislação e publicações em anais e revistas relacionadas ao Ensino Comercial e Secundário utilizou-se também jornais que circulavam na cidade naquele período os quais foram pesquisados no Centro de Referência “Antônia Cleuza Guimarães” do Museu de História Viva de Curvelo, que funciona na Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo-FACIC. A imprensa dialogava constantemente com a instituição escolar, seja na publicidade de propagandas para a matrícula, seja na atuação social ou nos convites para formaturas ou eventos escolares, como por exemplo resultados de exames de admissão. Areladas a elas utilizou-se fontes iconográficas dos jornais porque são públicas e outras disponibilizadas pela FAC, sob o ponto de vista do “significado que portam”, e não somente como ilustração.

Nessa direção de raciocínio, é interessante o que o sociólogo Walter Benjamin (1985) complementa: “A fotografia é o primeiro meio de reprodução verdadeiramente revolucionário”. Ela compõe o processo de revolução documental, alargando o conceito de documento e alterando o panorama acadêmico a partir da década de 1990, face ao interesse que este tipo de

¹⁸ Foram encontrados 05 livros de Atas de Resultado Final, donde foram feitas as listagens de alunos e a partir disso pode-se inferir número de aprovados, reprovados e abandonos que serão utilizados para construção de tabelas no próximo capítulo.

documentação desperta, o que vem suscitando o debate e reflexão acerca do alcance, do valor e dos limites das fontes fotográficas.

Ainda sob essa ótica, é importante relatar que as fontes iconográficas têm significado na ampliação dos conceitos de escolha documental e Paiva (2002) fornece-nos indicações que as mais novas gerações de historiadores brasileiros “vêm usando como fonte privilegiada a iconografia e têm feito isso com muita destreza. (...) não tomam como simples ilustrações, figuras, gravuras e desenhos que servem para deixar o texto mais colorido, menos pesado”, mas “devem estabelecer um diálogo contínuo”. (PAIVA, 2002 p. 17). Além disso, tornam o relato mais leve e interessante para leitores e pesquisadores.

Dessa forma, ficaram claros os objetivos de nossas indagações e que deveríamos adotar procedimentos de investigação que não se circunscrevessem apenas ao levantamento e à organização do material documental, que se tornou raro e não disponível, e iconográfico, mas a um exercício contínuo de análise e interpretação que procurasse entender essa forma de representação documental/visual e o seu uso nos estudos históricos, em especial, no caso, na história da educação, que se refere à realidade do Lyceu Mineiro, localizado em Curvelo.

Concluimos aqui nossas discussões relacionadas às concepções históricas do Ensino Profissional e Comercial com as quais iremos dialogar nesta pesquisa. Evidenciamos também as principais facetas para a criação de uma instituição escolar para retomarmos estas questões adiante no Capítulo que segue que compõe-se dos dados para sua materialização. Magalhães (2004, p. 139) traz a compreensão de que “a materialidade compõe-se de instâncias objetivas de funcionamento”. Portanto, trataremos da construção da instituição escolar, trazendo todos os elementos necessários para melhor compreendermos a localização espacial e geográfica, a origem dos seus alunos e professores e como seu deu a sua manutenção para funcionamento e construção de identidade histórica, ou seja sua institucionalização.

CAPÍTULO 2 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA POR MEIO DA MATERIALIDADE E DOS SUJEITOS

Nesse Capítulo serão descritos os elementos materiais que constituíram o Lyceu Mineiro e os sujeitos que nele atuaram, para formar o trabalhador do comércio, com vistas a atender a população da cidade de Curvelo e das regiões circunvizinhas. Ainda, levantar as razões e os motivos que levaram à sua criação da instituição.

Na visão de Justino Magalhães, a instituição escolar caracteriza-se como epistemologia de uma totalidade. Por isso, é preponderante que seja considerada numa dimensão mais ampla. Nesse sentido, Magalhães afirmou que a instituição escolar deve estar integrada “de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência” (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

2.1 A materialidade/O instituído - O Lyceu Mineiro e sua trajetória em Curvelo

A escola foi instalada em 16 de outubro de 1927, em um casarão de dois pavimentos¹⁹, à Avenida Dom Pedro II, antiga residência do Dr. Pacífico Mascarenhas²⁰, sob a denominação de Lyceu Mineiro. Tratava-se do sonho do Sr. Érico de Bacellar e Souza. A escola adotou um lema para o processo formativo: “Educar com liberdade, amor e gratidão” (MEMORIAL DE TOMAMENTO, 2015). Inicialmente matricularam-se 74 alunos, dos quais 72 concluíram a 4ª

¹⁹Ver Faria Filho (2000, p. 42) [...] “o fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os melhores prédios, mas também aqueles mais centrais, denota a importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deverá representar no interior da cidade” [...]

²⁰Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas, médico e político. Estudou no Colégio do Caraça, e depois se formou em medicina. Iniciou-se na política por volta de 1870, ao ser eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Curvelo. Em 1886 foi eleito deputado geral pela província de Minas Gerais. Reeleito para as legislaturas seguintes, exerceu o mandato até a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. No novo regime, foi eleito deputado constituinte em 15 de setembro de 1890. Assumindo em 15 de novembro sua cadeira no Congresso Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil e foi um dos signatários da Emenda Lauro Müller, que propunha a demarcação de uma zona no Planalto Central destinada à construção da futura capital federal. Depois da promulgação da nova Carta em 24 de fevereiro de 1891 e da eleição do marechal Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente da República, participou da legislatura ordinária que se seguiu, entre junho de 1891 e dezembro de 1893. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MASCARENHAS,%20Pac%C3%ADfico%20Gon%C3%A7alves%20da%20Silva.pdf>

Acesso em 15/10/17.

série do Curso Ginásial em 1931. Neste mesmo ano o Sr. Érico de Bacellar de Souza, transfere-se de Curvelo e uma Sociedade foi organizada – Lyceu Mineiro Sociedade Ltda.

Conforme registrado no Livro de Atas do Conselho Gestor da Escola nº 05 de 1931, a instituição foi transferida para novas dependências, construídas à Rua João Pessoa. A construção do novo prédio é uma afirmação da importância do Lyceu Mineiro para a Educação Republicana. Mesmo sendo uma instituição privada, os ideais urbanísticos e arquitetônicos coadunavam com a realidade dos grupos escolares da rede estadual, destacada nos estudos de Faria Filho (2000, p. 42), quando ele relatou a realidade dos grupos escolares de Belo Horizonte, que no seu início ocuparam os melhores prédios, “aqueles mais centrais”, “num esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade”.

A Rua João Pessoa era o centro comercial da cidade e, na época, chamava-se Rua Aurora e era movimentada pelas firmas atacadistas que ali funcionavam, sendo uma delas a Atacadista Pereira Avelar. Também se avizinhava a outros estabelecimentos comerciais e de serviços, como o açougue de Sr. Elias Pinto e de profissionais liberais, como o médico Geraldo Valadares e o gabinete do Sr. Vicente Boaventura e Miguel Véio, dentistas cujo consultório fazia divisa com os muros da escola; além dos prédios do Cinema e do Fórum, que ficavam na Pça da Bandeira, local central da cidade e utilizado para pronunciamentos e reuniões com a população.

No mesmo prédio eram oferecidos os cursos primário, secundário e comercial, no sistema de internato para homens e externato para ambos os sexos, até o ano de 1928, precisamente dia 06 de maio, quando começou a atender o sexo feminino em regime de internato, que ocorreu em decorrência da reforma no prédio (Jornal Voz do Povo, Anno I, nº 46). Acrescenta-se a esses cursos as aulas preparatórias para o exame de admissão e os cursos livres de datilografia e mecanografia e Cursos Especiais de Música (piano e violino), conforme se pode ver na figura abaixo a propaganda do Jornal “Voz do Povo”, de 26 de junho de 1928.

Figura 2 – Propaganda do Lyceu Mineiro



Fonte: Jornal A Voz do Povo, 1928

O dispositivo legal que orientava a organização e o funcionamento dos cursos que seriam oferecidos pelo Lyceu Mineiro, inicialmente, foi o Decreto 16782-A, de 1925, que estabeleceu ações da União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino, reformou o ensino secundário e o superior, além do profissional. Especificamente sobre o ensino comercial, a orientação foi dada pelo Decreto 17.329 de 28/05/1926, que aprovou o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico-comercial, reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

Por conseguinte, com a promulgação do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931 - conhecida como Reforma Francisco Campos -, a instituição escolar teve novos rumos e equiparou-se ao Colégio Pedro II, sendo determinada a fiscalização por inspeção federal²¹, apesar de constar nas propagandas da instituição escolar, desde o início a fiscalização pelo Departamento Nacional de Ensino. O Decreto nº 20.158, que organizou o Ensino Comercial e regulamentou a profissão de contador, foi promulgado logo após, em 30 de junho de 1931. Finalmente, por força da Lei Orgânica do Ensino Comercial²², Decreto Lei nº 6.141 de 28/12/1943, o Lyceu Mineiro passou a denominar-se Ginásio Comercial Padre Curvelo, sendo

²¹“O inspetor faz referência ao profissional remunerado que, como previsto na reforma de 1899, era um agente de confiança do governo, encarregado da fiscalização das escolas [...]” (GONÇALVES)

²² Lei Orgânica do Ensino Comercial- Decreto-Lei n. 6.141 – de 28 de dezembro de 1943.

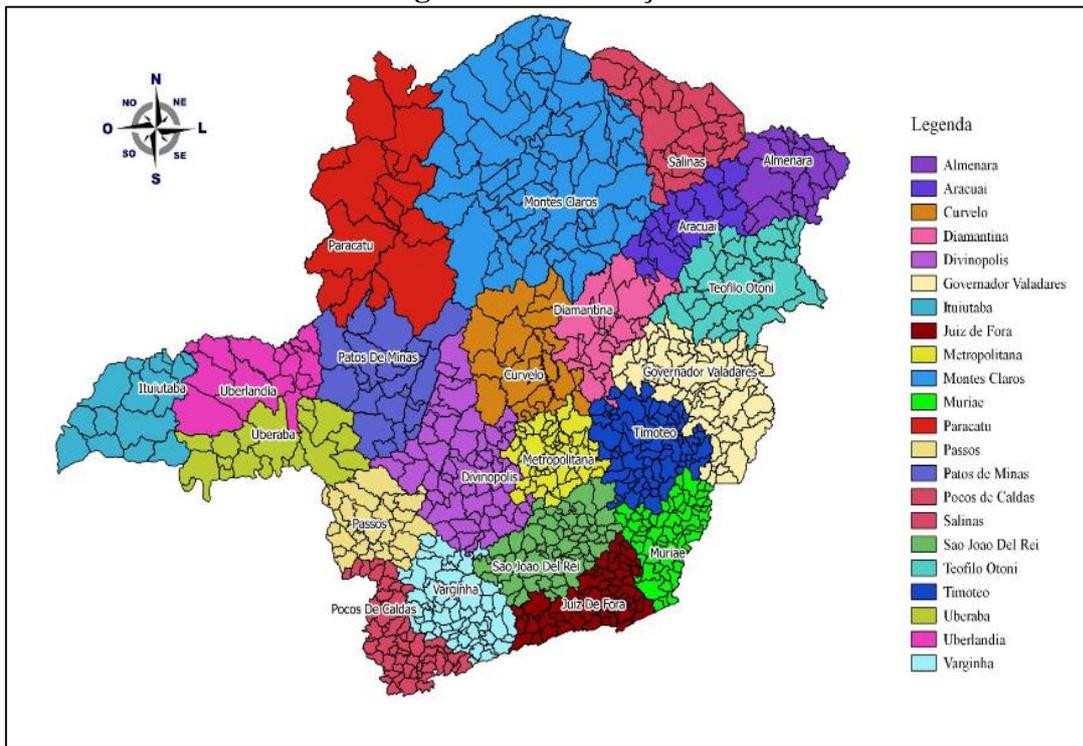
que o Ginásio Comercial foi determinação do Decreto e o nome “Padre Curvelo”, sugestão em homenagem ao fundador da cidade - o Padre Antônio Corvello de Ávila.

Somente em 1945, foi que se criou formalmente o Curso Comercial Básico, por força do Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que habilitava o Auxiliar de escritório e, em 1949, o curso Técnico em Contabilidade. A formalidade se deve ao fato de que nessa data houve a entrega do Relatório de Verificação Prévia para o Ministério da Educação e Saúde – Diretoria de Ensino Comercial. Percebe-se que há um anseio da própria comunidade para a legalização dos atos escolares, o que culminaria com a permanência e afirmação da educação praticada desde o início da instituição.

2.1.1 Por que o Lyceu Mineiro veio para Curvelo?

O município de Curvelo é integrante da microrregião do Alto do Médio São Francisco. Localiza-se entre as bacias do Rio São Francisco, Rio das Velhas, Paraopeba, Cipó e Bicudo e ainda apresenta os ribeirões Maquiné, Picão, Almas, Meleiros e Santo Antônio como os mais importantes (IBGE, 1920). Curvelo possui uma posição geográfica privilegiada, que liga a região central de Minas aos Três Estados da região Sudeste e a Brasília. Tem uma área de 3.306,1 Km² e fica distante 160 km da capital do Estado.

A história do município inicia-se no final do século XVII, com desbravadores como os baianos, que subiam os rios São Francisco e Guaicuí; e os paulistas que desciam, uns povoando às margens dos rios e outros à procura de ouro e pedras preciosas. Os viajantes tinham como um dos pontos de parada as margens do Ribeirão Santo Antônio da Estrada e, por isso, o lugarejo chamava-se Santo Antônio da Capela, depois Santo Antônio da Estrada, Santo Antônio dos Corvelos e finalmente Curvelo. O nome faz referência ao Padre Antônio Corvelo de Ávila, que resolveu fixar residência no pequeno povoado (DINIZ, 1975, p.309).

Figura 3 - Localização de Curvelo

Fonte: Mapa de abrangência regional da SEDESE-MG –2019.

Cabe ressaltar que em 11 de setembro de 1816, o Príncipe Regente Dom João, concedeu a Curvelo o foro de Vila. O município foi criado por decreto da Regência Trina em 13 de outubro de 1831. A primeira Câmara tomou posse e começou a funcionar em 30 de julho de 1832, sob a presidência do Tenente Coronel João Marciano de Lima. Em 15 de novembro de 1875, pela Lei 2.153, Curvelo é elevado à categoria de cidade e, em 13 de novembro de 1891, a denominação da Comarca de Curvelo.

Uma resposta para a pergunta: Por que o Lyceu Mineiro veio para Curvelo? - título desta sessão, toma a origem geográfica da cidade como resposta – devido à sua localização central, interligando várias regiões do Estado, e outros estados. Para, além disso, e em consequência, Curvelo era importante centro de desembarque do comércio vindo do Norte de Minas e do sertão da Bahia. Os contatos entre áreas de mineração do centro de Minas Gerais e as fazendas de criação do sertão de São Francisco e Bahia se faziam pelas terras de Curvelo, que funcionava como importante “pouso de tropas” na estrada da Bahia.

Durante os séculos XVIII e XIX teve como principais atividades econômicas a criação de gado bovino e o comércio fortalecido pelos tropeiros²³. No início do século XX iniciou-se a

²³ Principal grupo de agentes comerciais do mercado mineiro colonial. Ver: CHAVES, Cláudia Maria das Graças, 1999, Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas.

fase da cultura algodoeira e mais tarde a industrialização. A região de Curvelo foi pioneira da indústria têxtil mineira, com a instalação de duas fábricas: a primeira fábrica de tecidos de Minas foi a Cedro, instalada em 1865, em Taboleiro Grande, onde hoje é Caetanópolis, distrito de Curvelo até 1872, quando se emancipou compondo o município de Paraopeba, na região de Sete Lagoas (VAZ, 1990).

Em 1875, instalou-se a segunda, a Fábrica de Tecidos Cachoeira, no distrito de Ipiranga, hoje Inimutaba, que na época também era distrito de Curvelo. Posteriormente foram fundidas em Cedro e Cachoeira instalando-se em 1883 como a primeira sociedade anônima do Estado. Também se destacou na indústria de óleos, da Companhia Agropecuária de Curvelo, com fábricas de óleo de caroço de algodão e mamona.

Assim, como consequência da localização e do interposto de comércio das Minas Setecentistas ou época da mineração, houve a instalação da linha férrea Central do Brasil até Curvelo, em 04/08/1904 (DINIZ, 1975 p. 309), “causando admiração dos sertanejos e população das redondezas”, o que dotou a cidade de condições para ampliar a comercialização com grandes centros como Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo. Antônio Gabriel Diniz (1975, p. 310) afirma que de “toda parte vinham pessoas que pernoitavam na cidade e movimentavam o comércio local, aumentando a população urbana”. Segundo a observação oral feita pelo professor e ex-aluno da instituição escolar, Prof. Fausto Ferreira dos Santos, que foi diretor no período de 1998 a 2004.

“a transferência do Sr. Érico de Bacellar e Souza para Curvelo tem forte relação com o grande desenvolvimento que a cidade tinha nessa época, devido à movimentação ferroviária já que Curvelo era a última estação de trem para o Norte, porque a linha do trem não chegava a Montes Claros e nem a Pirapora, e não havia ligação nem mesmo para Salvador.”

Dentro da rara literatura existente sobre a história de Curvelo, não foi possível encontrar explicitamente a resposta para a indagação da escolha de Curvelo para a transferência da escola, mas diante da situação econômica atrelada ao respaldo político da época é realmente interessante o comentário do ex-diretor, em conformidade, logicamente, com a localização e a organização e desenvolvimento urbano. Isso porque a afirmação da república se deu pela educação e o desenvolvimento urbano exigia novas rotas de transporte até mesmo pelo abastecimento interno, porque Minas Gerais tem uma significativa amplitude territorial e desde épocas colônias os governantes sofriam com a dinamização do comércio até mesmo para a subsistência. No Jornal do Comércio de 04 de abril de 1937 há a explicação do grande desempenho comercial de Curvelo, em números:

...e o 1908 o município exportou mais de 10.000 bois gordos, consumiu uma parte e exportou o restante de 15.000 fardos de algodão; exportou tecidos de algodão, cereais, madeira, borracha, massa alimentícia, couros crus e preparados e muitos outros produtos. Possuía mais de 100 casas de 1ª classe e outras tantas de 2ª classe (Jornal do Comércio, 04/04/1937, p. 1).

Nesse cenário, importa afirmar que na época em que se instalou o Lyceu Mineiro, Curvelo possuía um comércio alvissareiro, servindo de entreposto para as regiões circunvizinhas e contava ainda com o serviço do transporte férreo da rede ferroviária que facilitava o intercuro de recebimento e movimentação de matéria prima e gêneros diversos para abastecimento do comércio local e dos arredores. Em texto publicado pelo historiador curvelano e ex-aluno do Lyceu Mineiro, Sr. Silvio Gabriel Diniz, cujo título é “Dados para a História de Curvelo”, o autor descreve a cidade no início do século XX:

Já em 1915 a cidade possuía iluminação elétrica, água canalizada, rede telefônica e telegráfica, posto meteorológico, banda de música, o semanário “Centro de Minas”, dois cinemas, linha do Tiro de Guerra, e “Tiradentes Foot-Ball Club” e as sociedades União Beneficente Operária, Conferência de São Vicente de Paula, Damas da Caridade e Servas dos Pobres. [...] havia na cidade 6 médicos, 12 farmacêuticos e 6 farmácias, 7 advogados, 4 dentistas e 1 agrimensor. Além de Juiz de Direito, Juiz Municipal e Promotor Público. (DINIZ, 1975, p.103).

Abaixo será apresentado o Quadro 1, em que observa-se o grande número de estabelecimentos comerciais para venda de fazendas, ferragens e armarinhos. Além de artigos de subsistência como arroz, milho e cereais. É interessante destacar a existência de uma agência de automóveis e um antiquário de móveis, além do comércio de máquinas de escrever. Artigos de luxo, como roupas de casimira, que eram importadas à época, e da existência de casas comerciais com a indicação de cômodos para pernoite “para bruaqueiros, carreiros e tropeiros e tinha curral para bois”. Richard Burton, apud CHAVES (1990), descrevendo as vendas mineiras relata:

as vendas pertenciam a um estágio intermediário entre o rancho e a estalagem na escala de hospitalidade mineira. Na terra onde um de cada dois cavalheiros montam uma casa de comercio” (Burton, 1976, p. 101). Segundo o autor, nas vendas se encontrava de tudo “desde alho e livro de missa, até cachaça, doces e velas, e, além disso, encontrava-se, também, um quarto para acomodar viajantes.

Quadro 2 – Estabelecimentos Comerciais existentes em Curvelo no início século XX

ESTABELECIDAMENTOS	ARTIGOS ENCONTRADOS	ANO FUNDAÇÃO
Ganha Pouco De Orozimbo Gonçalves de Souza e Francisco Jose de Meneses	Fazendas, ferragens, armarinho, calçados, chapéus, louças, secos e molhados[1]	1893
Casa Joaquim Eugênio Pereira	Fazendas, armarinho, calçados, chapéus, couros, cobre, louça, molhados etc	1895
Dumont J. & Mascarenhas (Atacado e Varejo) depois Pedro Domunt Junior em 1903	Fazendas, ferragens, molhados, chapéus de sol e de cabeça, cobre em tachos e em chapas, farinha de trigo, depósito de sal	1897
Casa Antônio Otaviano de Alvarenga	Ferragens finas e grossas, fazendas, armarinho, chapéus, calçados, brinquedos	1900
Casa Diniz Junior depois 1º Barateiro de José Soares Diniz e depois Alves & Cia.	Fazendas, ferragens, armarinho, sal, querosene, aguardente, farinha de trigo, açúcar, cimento. Dava "cômodos" para bruaqueiros, carreiros e tropeiros e tinha curral para bois	1901
Associação Comercial de Curvelo	Pleiteada desde 1903, fundada realmente 31 anos depois em 1934	
Machado, Garrido & Viana	Atacado em molhados, mantimentos e ferragens grossas, sal, querosene, farinha de trigo, cerveja, fosforo, velas, cimentos e outros	1906
Casa Amaral	Fazendas finas, modas, artefatos e armarinhos, perfumarias, ferragens, chapéus de sol e de cabeça, calçados	1907
Casa Elias Pinto & Cia Ltda.	Fazendas. Ferragens, chapéus, louças e gêneros dos pais por atacado e varejo	1909
J. Teixeira Guimaraes & Cia.	Depositária de manteiga	1909
Casa Abrão Bruck	Máquinas de escrever, mobílias, tapetes, colchas, quadros, espelhos, relógios de parede, gramofones e roupas brancas	1913
Casa Haveneza de Manoel Augusto Saraiva	Sapatos, artigos para homens, perfumaria, louças e ferragens	1915
Cristiano Bena & Companhia	Fazendas, armarinhos, ferragens finas e grossas, calçados, gêneros, etc.	1917
Casa Pacifico Ribas	Gêneros de primeira qualidade	1919
Casa Claudovino de Carvalho	Armazém de sal, querosene, armas, farinha de trigo, arame farpado, fosforo, velas, cimento, bebidas, máquinas para lavoura, manilhas, cereais. Armarinho, calçados, casimiras, instrumentos musicais, munições, máquinas de costura	1920
Agência Ford de Curvelo	Automóveis de pronta entrega	1923
Casa Cesário Martins	Café, tecidos, roupas, armarinho, ferragens, perfumarias, fumo, calçados, chapéus, louças etc. Atacado e Varejo	1923
S. Mascarenhas & Cia. e depois Casa Emilio Machado/Casa Juquinha Soares	Armazém de molhados e gêneros do pais, artigos de eletricidade, material para instalações sanitárias, fazendas e modas, perfumarias, louças e ferragens, chapéus de sol e de cabeça, calçados "Aurora" e "Clarck"	1925
Casa Santos Dumont	Artigos para homens, senhoras e crianças, inclusive roupas feitas para homens. Alfaiataria	
Casa da Comissão do Cel. Antônio Amaral	Recebia cargas a consignação, mediante 5% sobre as guias da E.F.CB	
Randolpho & Cia	Atacado e Varejo de sal, querosene, farinhas de trigo, vinho, açúcar, feijão, toucinho, etc. compravam e vendiam arroz, algodão, milho e todos os cereais.	
Casa 2 Irmãos de Wilson Martins e Raimundo Martins dos Santos	Antiquário Móveis da Vovó	

Fonte: Livro "Dados para a História de Curvelo", DINIZ, 1975, pag. 103 a121 autoria própria

Como pode ser percebido, a própria realidade da cidade sinalizava uma demanda de formação para atender ao seu expansivo comércio, justificativa plausível para a instalação de uma escola que educa para o comércio. Para além dessa questão inicial importa ainda dar continuidade a pergunta da pesquisa que não se esgota na justificativa da instalação de uma escola de comércio na cidade de Curvelo, mas vai além, na tentativa de responder como se organizou a instituição e suas demandas institucionais.

2.2 Prédio Escolar, dimensão social e documental

Segundo Escolano, na Europa, “o lugar que a escola teve que ocupar na sociedade, foi um ponto de especial preocupação para os reformadores dos fins do século XIX e início do século XX” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 30). Da mesma forma, no Brasil, começou a surgir, na mesma época, uma preocupação com um lugar específico para a escola funcionar, ou seja, com a construção do prédio escolar. Souza corrobora com a afirmação que

em determinado momento, políticos e educadores passaram a considerar indispensável a existência de casas escolares para a educação de crianças, isto é, passaram a advogar a necessidade de espaços edificados expressamente para o serviço escolar. Esse momento coincide com as décadas finais do século XIX e com os projetos republicanos de difusão da educação popular (SOUZA, 1998, p. 122).

No que se refere ao ambiente e os projetos de construção predial ou de instalação espacial de uma dada escola. Justino Pereira de Magalhães destaca que a História das Instituições Educativas permite, dentre as principais facetas, “descrever, compreender e analisar as instituições educativas – os espaços e a estrutura arquitetônica”. Sobre o assunto, declara que

Quanto aos espaços e a estrutura arquitetônica dos edifícios, há instituições educativas que resultaram de projetos arquitetônicos de origem e instituições escolares e educativas instaladas em prédios adaptados. Numa e noutra dessas circunstâncias, não podem deixar de ser considerados aspectos como localização, projeção e plano arquitetônico [...]. A implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relações refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

Aplicando as observações traçadas por Magalhães, temos a situação da escolha do prédio para o funcionamento inicial da escola, objeto dessa dissertação. “O Lyceu Mineiro foi instalado numa das ruas principais de Curvelo, em 16 de outubro de 1927, em um casarão de dois pavimentos, localizado na Avenida Dom Pedro II, antiga residência do Dr. Pacífico Mascarenhas” e cedida pelo mesmo. Essa foi uma situação muito semelhante ao que ocorreu com a escolha do lugar de funcionamento dos grupos escolares, como relatou Faria Filho (2000, p. 42):

O fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os melhores prédios, mas também aqueles mais centrais, denota a importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deverá representar no interior da cidade[...].

Assim, pode ser afirmado que a localização da instituição educativa foi pensada, mesmo porque o prédio, além de destacar-se dos demais, oferecia as condições para receber alunos em sistema de internato, que demandava um espaço ampliado e adaptado. Nesse prédio, a escola funcionou durante 03 anos.

Com o passar do tempo, e com o crescimento da escola, mais espaços foram demandados. Fato esse que fora percebido na leitura das Atas das reuniões da Congregação Escolar. Ademais, as afirmações denotavam o anseio de todos pela construção de um novo prédio, visto como um assunto premente. Vimos também nas Atas, a constante preocupação com a instalação da escola em local apropriado, principalmente no que se refere à questão da higiene e do ensino.

Na revista “Nossa Terra”, de junho 1928, encontra-se a seguinte referência ao prédio: “instalado em prédio amplo e confortável, adaptado para estabelecimento de ensino, com todas as exigências da higiene e as mais rigorosas prescrições pedagógicas” (1928, pag. 3). O prédio referenciado é o que se encontra na Figura 4.

Figura 4 – Prédio onde funcionava o Lyceu Mineiro em 1926, a Avenida Dom Pedro II

Revista Nossa Terra / junho 1928

Lyceu Mineiro

Cursos: PRIMARIO e SECUNDARIO
 INTERNATO PARA O SEXO MASCULINO -- EXTERNATO PARA AMBOS OS SEXOS
 Corpo docente composto de professores de reconhecida idoneidade intellectual e moral
 DIRECTOR : = Prof. E. De Bacellar e Sousa

Modelado pelo Collegio Pedro II, do Rio de Janeiro, funcionando de accordo com o programma official do Estado, Dec. Federal n. 15782-A de Janeiro de 1925, com Banca e Juntas Examinadoras do Departamento Nacional do Ensino.



Curso especial de musica (Piano e Violino) -- Curso official de Dactylographia e Mecanographia
 Instrução militar para os alumnos maiores de 16 annos para a obtenção da caderneta de reservista, que os isentará do serviço militar.
 Prospectos e outras informações, serão enviados a quem os solicitar.
 RUA DE ROZARIO N. 48 - CURVELLO - E. DE MINAS

Fonte: Revista Nossa Terra, junho 1928

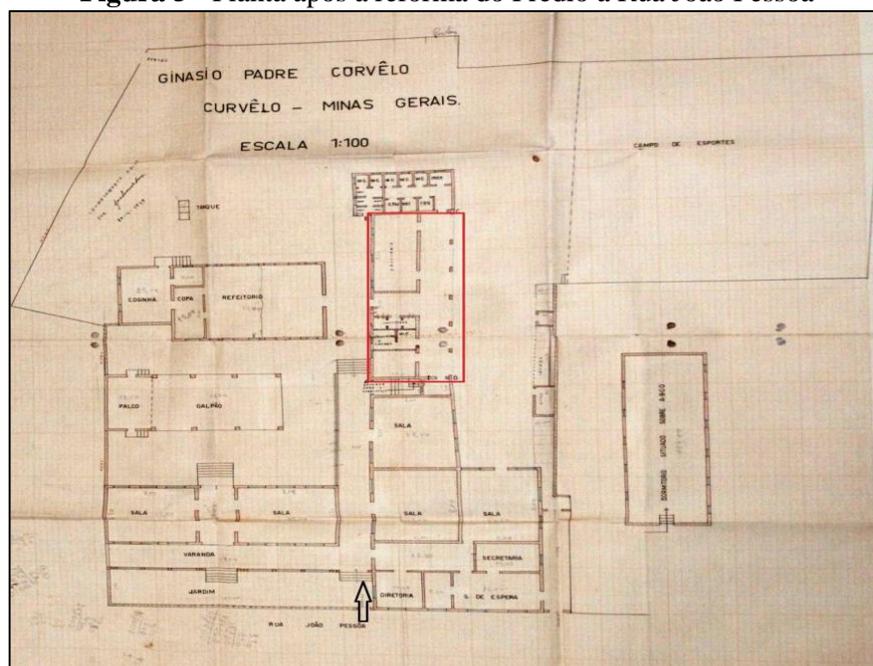
Quando ocorreu a mudança do primeiro gestor escolar, em 1931, a escola foi transferida para um novo prédio, conforme relatado pelo memorialista da cidade Juvenal Pereira Soares, citando o Livro de Atas do Conselho Gestor da Escola:

Em 1931, a escola foi transferida para novas dependências construídas à Rua João Pessoa. Isso se deveu a mudança do fundador/proprietário e diretor da escola Sr. Érico de Barcelar e Souza para São Paulo e a organização da Sociedade Lyceu Mineiro Sociedade Ltda., representada por cidadãos Curvelanos que “acreditavam na Educação como força propulsora do progresso[...] que compraram a instituição educativa, e através de empréstimos construíram o novo prédio (SOARES, 1988, p. 22).

É importante enfatizar que quando se faz referência à arquitetura ou da localização do espaço físico de uma dada escola, o seu arranjo interno também precisa ser apresentado. Nesse sentido, deve-se ressaltar a disposição da estrutura interna da arquitetura escolar, no que diz respeito à disposição das salas e áreas de alimentação, lugar da aula de educação física e pátio utilizado no recreio, das brincadeiras, das apresentações e das comemorações.

Ademais, constatou-se que os gestores da instituição, no momento da procura de um novo prédio, levaram em consideração que o espaço físico deveria ir ao encontro dos objetivos da instituição escolar. Essa constatação pode ser visualizada na Figura 5, que retrata a individualização das salas de aula, sala de espera, diretoria e secretaria, localizadas logo na entrada do prédio, demarcando o local dos gestores escolares como condutores do processo de escolarização e também limitando a entrada, já que para adentrar a instituição dever-se-ia passar em frente às salas da direção e da secretaria.

Figura 5 - Planta após a reforma do Prédio a Rua João Pessoa



Fonte: Acervo da FAC

Quanto ao acesso dos alunos à escola, eles entravam por outro portão, localizado entre o jardim e a diretoria, e que permanecia fechado na maior parte do tempo escolar, sendo aberto apenas nos momentos de recebimento dos alunos externos ou da saída dos mesmos, e acreditamos, sempre sobre a vigilância de porteiros ou disciplinários da escola, veja seta indicativa na Figura 5. Ao fundo havia um galpão onde se encontrava um pequeno palco, utilizado para atividades de apresentação, horas cívicas, e logo em frente a uma cantina e o local onde eram servidas as refeições. Já o espaço dos dormitórios para os alunos internos ficava no 2º pavimento ao fundo, no lado direito, no retângulo demarcado entre as letras A/B/C/D conforme indicado na própria planta, o que permitiria um maior controle sobre esse espaço e conseqüentemente dos alunos. Ao fundo encontra-se o Campo de Futebol que complementa a estrutura com local para recreação e participação nas aulas de Educação Física.

Faz-se oportuno informar que os registros fotográficos utilizados nessa dissertação estão sendo considerados, de acordo com Marcus Levy Bencostta (2011, p. 400), como “objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição”, visto que enquanto fontes, essas fotografias consistem em testemunho e representação da escola em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola. As fotografias trazem informações sobre a cultura material escolar, a partir dos arranjos espaciais (arquitetura) e também das memórias do que foi vivido nos espaços.

Observa-se que nas duas fotografias (Figura 4 e Figura 6) é possível identificar o letreiro com o nome da instituição escolar em letras garrafais, demarcando o local e o prédio. No prédio da figura 04, “Lyceu Mineiro”, e na figura 06, “Ginásio Padre Curvelo”, talvez porque queriam deixar evidente o nível de ensino fomentando maior procura por matrículas, ou simplesmente fazer menção à nova dimensão social, já que a escola, desde 1931, não pertencia mais a Erico de Bacellar e Souza, mas à Sociedade Lyceu Mineiro Ltda.

Essa ênfase dada ao nome da escola de Ginásio, pode também estar relacionada às dificuldades com a normatização do Curso Técnico de Comércio, tendo em vista a publicação do Decreto nº 20.158, de 30/06/1931, principalmente no que se refere ao Artigo 30, que trata dos gabinetes e laboratórios que deveria possuir o estabelecimento para serem reconhecidos oficialmente. Isto porque houve temporariamente a cassação do funcionamento escolar em 1932, por não atender aos requisitos do Decreto. Como se pode ver na notícia veiculada em 03 de julho de 1932, pelo Jornal Centro de Minas, na 1ª página:

Causou péssima impressão nesta Cidade o acto do Ministerio da Educação, que cassou a inspecção preliminar do Liceu Mineiro. Esse estabelecimento modelar quanto ao

ensino e methods pedagógicos, devia merecer do poder competente as atenções que se devem aos que com esforços hercúleos mourejam pelo engrandecimento e moralização do ensino. (JORNAL CENTRO DE MINAS, 1932, p.1).

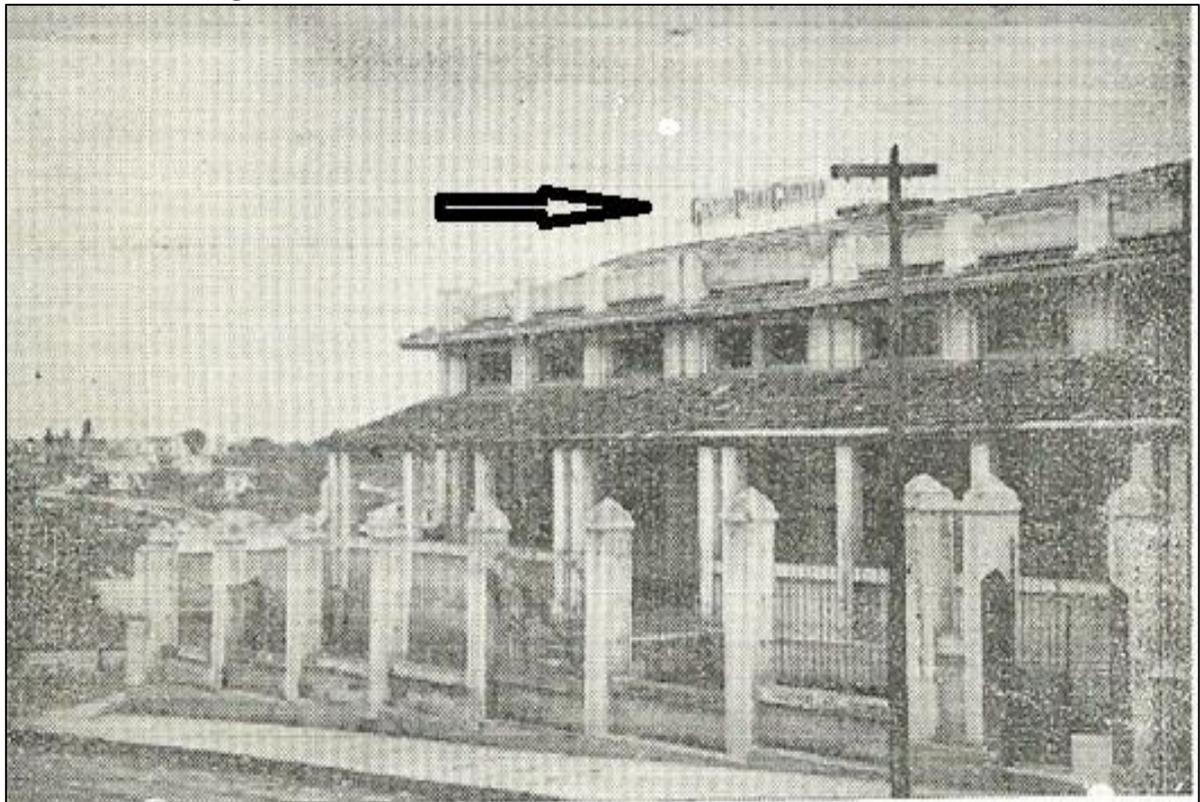
Após alguns dias, para alívio da comunidade escolar e da cidade, no dia 10/07/1932, o mesmo Jornal publicou com letras garrafais, na 1ª página o seguinte:

Temos a satisfação de anunciar que o caso do Lyceu Mineiro teve solução satisfatória para nós. Nesse sentido o Diretor do estabelecimento recebeu carta do tenente coronel José Vargas, ilustre curvellano que perante o Ministério da Educação defendeu os interesses do educandário que se sacrificava (JORNAL CENTRO DE MINAS, 1932, p.1).

E, ainda, não satisfeito o comunicado da superação do caso, volta novamente com um relato, no dia 24/07/1932, com uma chamada de atenção:

Felizmente, desta vez, na questão do nosso gimnasio, os dados correram ao nosso favor. [...]. Esse fato, porém, vem nos por de sobreaviso para o futuro: uma vez que fomos favorecidos com a prorrogação do decreto até dezembro, é tempo de se porem em acção os mais enérgicos esforços afim de que, no mais breve espaço de tempo, se satisfaçam todas as exigências do Regulamento de ensino. É do domínio de todos que o que falta está reduzido na construção de prédio apropriado para laboratório, gabinete e aulas.

Figura 06 – Fachada do novo Prédio à Rua João Pessoa, 1931



Fonte: Jornal “Centro de Minas”

Figura 07 – Vista panorâmica do Novo Prédio à Rua João Pessoa, 1931



Fonte: Jornal “Centro de Minas”

2.3 Alunos, Corpo Docente e as mantenedoras do Lyceu Mineiro

2.3.1 Origem dos alunos

Em 1927, na cidade de Curvelo, havia 04 escolas já institucionalizadas: Escola Normal Livre de Curvelo, inaugurada em 17/06/1913, com o Curso Normal, Grupo Escolar de Curvelo, fundado em 03/03/1917, que atendia o Ensino Primário, Orfanato de Santo Antônio, fundado em 1921 e que atendia o Curso Normal e Ensino Primário. Portanto, a notícia publicada no Jornal Voz do Povo, no dia 28 de outubro de 1928, a apenas 12 dias da inauguração da escola, confirma que a vinda de uma instituição escolar de Ensino Secundário foi uma grande conquista para a localidade, uma vez que ainda não possuía tal modalidade. Os noticiários trataram a novidade como um símbolo de progresso. Eis o que disse o jornal:

Seus alunos poderão fazer ali, o curso gymnasial em transição para os cursos superiores do paiz; quer dizer, sem grandes sacrifícios e sem separarem de junto de suas famílias, fazem todos os preparatórios antes de seguirem para qualquer curso superior ou universidade. Ahi está o motivo dessavictória que bem representa um marco do progresso para Curvelo. (JORNAL VOZ DO POVO, 1928, p. 1).

Na Figura 8, abaixo, observa-se a composição de alguns alunos de turmas que podem ser de 1931 ou 1932, época na qual foram localizados os nomes dos alunos nas listas da escola.

No universo dos alunos organizados para a fotografia vemos que existem jovens e crianças, público de várias idades. Encontramos alguns que são menores, que deveriam pertencer ao curso primário; outros com idade já adiantada que deveriam compor o curso secundário e o comercial. Além das meninas que em menor número compunham o grupo, em destaque ao meio. Ao centro, temos os professores da escola e, dentre eles, o Monsenhor Xavier Rolim²⁴.

Figura 8 - Fotografia dos alunos da Instituição Escolar



Fonte: Acervo da FAC

No estudo das fontes²⁵ verificou-se, em relação à procedência geográfica dos alunos, uma ampla diversificação de suas origens, o que denota a boa aceitação da instituição nas proximidades da cidade de Curvelo (1927 a 1931). Com a indicação de originários de Curvelo encontram-se 30 alunos. É a cidade sede da escola de onde se originaram a maioria dos alunos, conforme verificado que se repetia nas matrículas de anos posteriores. Entretanto, constata-se que a maioria das matrículas realizadas, pelo menos no início da instituição (1927 a 1929), e na

²⁴ROLIM, Francisco Xavier de Almeida, monsenhor, político, sacerdote, jornalista e historiador, nasceu em Datas, então Distrito de Diamantina, Província de Minas Gerais, a 3de dezembro de 1855, e faleceu em Curvelo, a 31 de janeiro de 1943. Formando-se no curso de Humanidades e os estudos eclesiásticos no Seminário de Diamantina. Foi Ordenado sacerdote em 1878, desempenhou a função de vigário de Datas até março de 1883. Ingressou então na política, como Vereador à Câmara Municipal de Diamantina (1883-1886). Passando a residir em Curvelo, ali exerceu o paróquiato por 57 anos além de fundar e dirigir o Colégio Boa Esperança e a Escola Normal, estabelecimentos em que lecionou várias disciplinas, além de Professor no Lyceu Mineiro. Como político foi Vereador (1892-1912). Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1895-1912). Deputado Estadual da 3ª à 6ª Legislaturas (1899-1914), ocupou a Vice-Presidência da Câmara e teve a iniciativa de leis que introduziram ampla reforma no ensino oficial. Em seguida, elegeu-se Senador Estadual da 7ª à 9ª Legislaturas (1915- 1926). Encerrou sua carreira política com atuante participação no movimento da Aliança Liberal.

²⁵ Como já dito na introdução, conseguiu-se acesso somente aos dados das pastas de 120 alunos.

década de 1930 de modo geral, eram de cidades mais distantes, como Manga, Ouro Preto, Santa Luzia, Itabirito, Entre Rios, Passa Quatro, Juiz de Fora, Tijucal.

Esses dados podem ser corroborados nos Quadros de fotografias de formandos de cada ano, que adornaram as paredes da escola e que se encontram no museu da FAC e que estão apostos a seguir, nas Figuras 09 e 10, dando visibilidade aos concluintes nas turmas de 1932 e 1934. Nota-se a diferença de apenas 02 anos no espaço temporal de uma turma para outra e as vestimentas (uniforme) se alteraram. No início da instituição escolar, os jornais chamavam a atenção para o “vanglorioso pelotão de meninos com o fardamento típico da época – quepe, botas, talabarte, polainas de cor esverdeada” (SOARES, 1928, p. 23) fazendo referência a esse suntuoso uniforme.

Figura 09 – Tablado com indicação de formandos do ano de 1932, do Curso Secundário: professores acima e 11 alunos abaixo.



Fonte: Museu da FAC

Figura 10 – Tablado com indicação de formandos do ano de 1934, do Curso Secundário: paraninfo e professores acima e alunos abaixo.



Fonte: Museu da FAC

Não foi encontrado o Tablado de 1933, mas há nota na imprensa da formatura de 13 “quinto anistas”, que foram titulados, segundo a legislação em “bacharéis em ciencias e letras”²⁶.

A cidade de Curvelo possuía os seguintes distritos: Traíras, Santo Antônio da Lagoa, Ipiranga, Piedade do Bagre, Morro da Garça, Cedro, Corinto, Ponte do Paraúna, Silva Jardim que, hoje, já foram emancipados e são as cidades de Inimutaba, na época Ipiranga; Presidente Juscelino, na época Paraúna; Felixlândia, que se chamava Piedade do Bagre; e Almas, dentre outras, compunham o universo de cidades e localidades próximas que possuíam alunos que frequentavam a escola (Resenceamento, 1920).

Destaque para os locais de origem dos alunos que formaram em 1934, conforme Tabela 1, abaixo, que mostra os alunos por naturalidade. Como se vê, a naturalidade era bem diversificada demonstrando a dimensão de atendimento e abrangência da instituição escolar. Esses dados não necessariamente comungarão com os dados da Figura 2, já que a mesma foi

²⁶ Pelo Decreto 16.782 A de 13 de janeiro de 1925, segundo o Art 54, parágrafo 2º : “ao estudante que fizer o curso do 6 anno e for aprovado em todas as matérias que o constituem será conferido o grau de bacharel em ciencias e letras” (BRASIL, 1925).

feita por amostragem apenas das pastas que foram pesquisadas no início dos trabalhos. Atrelado a isso, está o fato de que somente foram pesquisadas as pastas que representavam o Ensino Comercial, e não o Ensino Secundário.

Tabela 1 – Alunos por naturalidade (amostragem)

LOCALIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Abaeté	1
Almas	1
Araçai	2
Bagre	9
Baldim	1
Belo Horizonte	1
Bragança	1
Buenópolis	2
Cordisburgo	2
Corinto	2
Curvelo	30
Felixlândia	9
Gouveia	1
Ipiranga	1
Montes Claros	1
Morro da Garça	4
Paraopeba	1
Pequi	1
Tomaz Gonzaga	1
Pirapama	1
Rio Vermelho	1
Santa Rita do Cedro	2
Sete Lagoas	2
TOTAL ALUNOS	77

Fonte: Elaborada pela autora, a partir do acervo escolar

Outro aspecto importante a considerar sobre a origem social dos alunos é a origem das profissões de seus pais. Cabendo informar que nem todas as pastas consultadas continham o dado, por isso apresentamos tão somente uma amostragem. Das consultas exitosas elenca-se uma maioria de comerciantes, fazendeiros e industriais, respectivamente, nessa ordem em número de amostras. Acresce-se a esses outros profissionais, em menor número, profissões de bombeiros, pedreiros, pintor, chofer, carpinteiro, lavrador, guarda livros e funcionário da Central. Essa origem profissional majoritariamente de profissões prestigiosas socialmente

permite-se inferir que possivelmente a Escola atendia em maior número a uma população com condições de vida financeira privilegiadas (PATTO, M. 1999). Na leitura das Atas de Reuniões da Congregação a situação econômica dos alunos vem à tona e esses dados são corroborados com as discussões sobre a distribuição de bolsas de estudo para “alunos reconhecidamente pobres”, deixando em evidência que os alunos não bolsistas tratavam-se daqueles alunos com melhores situações financeiras. Confira na TABELA 2, abaixo:

Tabela 2 – Matrícula por profissão dos pais

PROFISSÃO	NÚMERO PAIS
Guarda Livros	1
Industrial	3
Comerciante	11
Fazendeiro	4
Bombeiro	2
Pintor	1
Chofer	1
Pedreiro	1
Negociante	1
Lavrados	2
Carpinteiro	1
Funcionário Público	1
Funcionário da Central	1
TOTAL DE PAIS	30

Fonte: Elaborada pela autora, a partir do acervo escolar

Além das dimensões de cunho social e profissional dos pais, o zoneamento da residência, demarcava um local de prestígio social; isso pode ser verificado por meio do endereço constante nas fichas de matrícula dos alunos. A localização, na maioria dos casos, era próxima à escola, em ruas que compõem o perímetro central da cidade, como a Praça do Mercado, a Rua Dr. Pacífico Mascarenhas, Rua General Carneiro, Rua Juvenal Borges, Rua Barão do Rio Branco, Rua Visconde de Ouro Preto, Rua Jose Bonifácio, Rua Padre Curvelo, e Rua Sete de Setembro. Como se tratava de uma instituição educativa de internato e semi-internato havia os casos de alunos que não residiam na cidade e, portanto, moravam na própria escola e lá faziam suas refeições e lazeres.

Como pôde ser visto, e é importante destacar, o Lyceu Mineiro não atendia apenas a alunos para o Curso Comercial. Havia também aqueles do curso Secundário. Ressalta-se que, mesmo não pertencentes ao curso técnico, os alunos participavam das aulas de datilografia.

Essa informação foi encontrada registrada no Livro de Termos de Visita do Inspetor Escolar, em 06/05/1929.

O inspetor Antônio Ribeiro de Paula relatou que havia 133 alunos, sendo 85 “gynasial” e 13 comercial, mais 1 aluno no Curso preparatório, 8 na Admissão e 19 no primário; além de citar 17 alunos de datilografia não pertencentes ao curso comercial. Ou seja, os alunos do Ensino Secundário ou de outras modalidades existentes na instituição experimentavam algumas rotinas de técnico de comércio, como aulas de datilografia. Outras vezes os que frequentavam apenas o período diurno, quando concluíam seus cursos, por não terem opções para o Curso Superior, retomavam os estudos para fazer o Curso Técnico. Exemplo muito comum eram alunos do curso Normal, já diplomados, optarem por fazer o Curso Técnico para complementar os estudos. Isso foi normatizado pela Circular nº 01 de 15/02/1947, que deu às normalistas direito de requerer matrícula nas escolas de Comércio, no Curso Comercial Básico, com adequação apenas no conteúdo de Língua Estrangeira.

Aqueles que não estudaram tal conteúdo fariam exame de admissão, apenas desse conteúdo, para verificar se havia conhecimento satisfatório. Isso já constava do parágrafo único, do Artigo 21, do Decreto 6.141, que a partir de 1947, torna-se verificação habitual, como se pode ver abaixo:

Art. 21. Além das condições referidas no artigo anterior, deverá o candidato satisfazer o seguinte:

I. Para o curso comercial básico:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos a serem feitos.

Parágrafo único. É facultado a cada estabelecimento de ensino comercial prescrever, no respectivo regimento, a exigência de exames de admissão para concessão da matrícula inicial em qualquer dos cursos de que trata o n. II do presente artigo.

2.3.2 Corpo Docente

Desde o início do funcionamento da instituição, as notícias publicadas no Jornal Revista Nossa Terra destacavam a formação de um grupo seletivo de profissionais que lá trabalhavam. Noticiavam, destacando os professores como portadores “de reconhecida idoneidade intelectual e moral”. Tais destaques ao corpo docente apareciam como um dos indicadores da dinâmica escolar e, com isso compunham as notícias nos jornais fazendo a propaganda para as matrículas

na escola. Abaixo, na Figura 11, uma fotografia publicada, com a identificação dos professores e professoras.

Figura 11 – Grupo de Professores



Fonte:

Revista Nossa Terra, 1928. A fotografia faz referência ao ano letivo de 1927.

Observou-se nos relatos documentais que os deveres do professorado para com a instituição, exigidos no regulamento e presentes em suas práticas, eram bastante incisivos. Eles desdobravam-se entre aulas, entrega de avaliações com prazo determinado, aferição de frequência, participação em bancas de provas orais de exames de admissão e regulares e, também, com a presença em eventos escolares como comemorações cívicas, reuniões quinzenais da congregação, reuniões literárias do “Grêmio Euclides da Cunha”, viagens, trabalhos de campo e formaturas. Além disso, consta do Regimento escolar, que o processo de seleção foi primoroso e exigente, levando-se em conta além da idoneidade moral e competência pedagógica dentre tantos outros tantos atributos, como consta do Capítulo IV do documento:

O apelo uníssono do educandário encontrou forte ressonância a quadros humanos que constituem a magistratura, a medicina, o aparelhamento do direito e outras magníficas manifestações da inteligência curvelana,

possibilitando-lhe destarte, uma composição honrosa do corpo docente. Da soma apreciável de semelhantes valores humanos, nasceram resultantes de culto da disciplina e da aptidão pedagógica. (Regimento Escolar, 1944²⁷)

Alguns professores estiveram presentes em todo o período da pesquisa, de 1927 a 1957, como é o caso do Professor de Matemática, Sr. José Raimundo de Moura, que além de professor exerceu as funções de secretário escolar, membro atuante da congregação, figurando como um dos exemplos da instituição escolar, sendo lembrado pelo zelo da rotina nas funções de professor de matemática da instituição. Além da função de professor da instituição, o professor Jose Raimundo de Moura também exercia a função de Oficial do Cartório de Protesto. Destaca-se que até os anos de 1933, ao fim de cada período letivo, eram publicados anúncios nos jornais com os professores que lecionariam no ano seguinte. Por exemplo, esse anúncio publicado no ano de 1928 no Jornal Voz do Povo (25/12/1928) na primeira página:

O diretor do Lyceu Mineiro, fez sciente aos snrs professores, ter recebido aviso de São Paulo, da chegada dos cathedraticos Rodolpho Wolf, lente de grego, latim, inglês, physica e chimica e Bento Ferreira de Carvalho, lente de escripturação mercantil e contabilidade comercial (JORNAL VOZ DO POVO, 1928).

Ao se pesquisar na imprensa local foi possível identificar quais profissionais estavam à frente dos trabalhos da escola, no tempo inicial já que não foram encontrados indícios ou fontes sobre os profissionais. Apesar disso, percebe-se que as informações veiculadas nos jornais não coadunavam com a publicação formal da escola sobre distribuição das aulas por professores. Dentre elas, cita-se a que se encontra no texto referenciado acima, que faz menção à chegada de dois novos professores, “lentes de escrituração mercantil e contabilidade comercial”, Srs. Rodolpho Wolf e Bento Ferreira de Carvalho, e cuja informação também se encontra no Quadro 3, de 20/01/1929, abaixo.

Em contrapartida, no Quadro 4, que já representa uma informação de abril de 1929, esses professores não mais compõem o quadro de docentes e, nem mesmo, há indicação do conteúdo de contabilidade que seria da regência do professor Bento Ferreira de Carvalho. Fica a indagação se as turmas que eles atuavam não obtiveram matrículas ou se no decorrer do processo não aconteceu conforme o combinado. Desse modo, a “oscilação dos processos para os produtos e dos produtos para os processos, de forma progressiva e regressiva”, chamado por Magalhães (2004, p. 135) como um percurso de “dupla entrada” deve compor o estudo do conhecimento historiográfico da relação educativa.

²⁷ Na busca nos arquivos no início dos trabalhos foram encontradas partes de um Regimento Escolar que acreditamos ser aquele entregue a Equipe de Inspeção Escolar juntamente com o Processo enviado em 1944 para Autorização dos Cursos Técnicos de Comércio.

Quadro 03 - Relação de Professores do Ano de 1929 (janeiro)

ANO DE 1929 PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	INGLÊS	FRANCÊS	LATIM	GEOGRAFIA GERAL, CHOROGRAFIA DO BRASIL,	HISTÓRIA UNIVERSAL	DESENHO	CONTABILIDADE	DATILOGRAFIA
Juvenal Gonzaga Antônio Gabriel Diniz Claudovino de Carvalho	João Lima Guimarães, João Gabriel Ribeiro, Jose Raymundo de Moura, Celso Gonzaga	Violeta Hargreaves Ribeiro, Rodolpho Wolf	Edith Ferreira, Rodolpho Wolf, José Raymundo de Moura	João Gabriel, Rodolpho Wolf	Erico Bacellar e Souza Antonio R. Guimarães, Jurandy Gonzaga	Monsenhor Xavier Rolim	Araceli de Bacellar e Souza Edith Ferreira	Erico de Bacellar e Souza Bento Ferreira de Carvalho e Jose Canabrava	Irene Aguilar, Antônio Meira

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Jornal Voz do Povo, 20/01/1929

Quadro 04 - Relação de Professores do Ano de 1929 (abril)

ANO DE 1929 PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	INGLÊS	FRANCÊS	LATIM	GEOGRAFIA GERAL, CHOROGRAFIA DO	HISTÓRIA UNIVERSAL	DESENHO	DATILOGRAFIA
Juvenal Gonzaga Antônio Gabriel Diniz Claudovino de Carvalho	João Lima Guimarães, João Gabriel Ribeiro, Jose Raymundo de Moura, Celso Gonzaga	Violeta Hargreaves Ribeiro,	José Raymundo de Moura Edith Ferreira Antonio Ribeiro Guimarães	João Gabriel	Erico Bacellar e Souza, Antônio Ribeiro Guimarães, Jurandy Gonzaga	Monsenhor Xavier Rolim	Araceli de Bacellar e Souza, Cecília Alves Gomes, Edith Ferreira,	Irene Aguilar, Antônio Meira

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Jornal Voz do Povo, 21/04/1929

No que se refere às funções públicas que os professores exerciam para além da docência na escola, a pesquisa indicou que pertenciam ou trabalhavam em entidades como a Associação Comercial, Associação Católica de Moços, cartórios e partidos políticos, além de outras funções como as de profissionais liberais, sendo proprietários de empresas, além do exercício das atividades de advogados, farmacêuticos e comerciantes.

A credibilidade dos professores transcendia os muros da escola, sinalizando e ratificando a própria imagem da instituição escolar. Com isso, eram exaltados tanto os nomes da escola, quanto dos próprios professores. O reconhecimento dos docentes junto à comunidade, para Magalhães (2003), está no fato de que a docência é “[...] uma profissão que se situa entre as mais exigentes pela sua especificidade, quanto ao desempenho funcional e ao grau de responsabilidade, bem como quanto às repercussões da ação docente nos destinos individuais e comunitários” (MAGALHÃES, 2003, p. 74).

Como visto, a presença da imprensa na vida da cidade é bastante intensa, demarcando inclusive, a produção identitária tanto da escola quanto dos docentes. Essa assertiva está

presente em Goodwin Junior (2006) quando “trata a atuação dos homens da imprensa”²⁸. A imprensa fica atenta a todos os fatos da cidade, não deixando de imprimir nas suas páginas as ideias e as várias notícias acerca do cotidiano da escola, do seu ensino e de sua funcionalidade, como segmento importante para a cidade. Ela também atuava fazendo as propagandas para as matrículas, divulgando várias informações, que iam desde as convocações para exames de 2º época ou de admissão, até as chamadas para as formaturas.

Para além dessa comunicação formal, sempre que era possível, a imprensa atentava-se para os registros da presença dos professores em eventos públicos, assim como para as participações dos alunos nos desfiles cívicos, nas datas comemorativas e formaturas, e em outras ações ocorridas no interior da escola, promovendo-a e recomendando para aqueles que não a conheciam ou frequentavam. Não é de se estranhar a vinculação da imprensa aos interesses de divulgação dos docentes e da escola. Isto porque, na constituição do corpo editorial dos jornais a Mocidade, A Voz do Povo, Revista Nossa Terra e O Curvellano, estavam presentes os professores do Lyceu, como redatores.

Além da presença destacada na imprensa, os professores participavam da liderança das agremiações de estudantes. É o caso da professora Araceli de Bacellar e Souza, esposa do proprietário do Lyceu, que foi a primeira presidente do Grêmio Juvenil, conforme noticiado pela imprensa no dia 18 de dezembro de 1927, dois meses após a inauguração da instituição escolar (Jornal Voz do Povo, número 26, 1ª página). Posteriormente, outros professores exerceram funções junto ao Grêmio, notadamente os professores Cristovam Breiner e Francisco Venâncio.

O que foi dito até agora permite aferir que, por meio das práticas escolares ou mesmo somente com sua vinculação ao Lyceu, os professores atuaram como agentes promotores da Escola corroborando com a sua identidade como instituição diferente das demais do mundo social. Entretanto, não foi sem sentido essa imersão no universo da imprensa, pois era por meio dos jornais que eles poderiam garantir a sobrevivência da Escola, conquistando a simpatia da população e, com isso, angariando alunos que pudessem pagar as mensalidades.

Dada a importância dos professores na formação identitária da Lyceu/Escola, o conhecimento desses sujeitos é preponderante para essa pesquisa. Por isso, na sequência iremos nos ater ao quadro biográfico, tentando trazer dados biográficos desses sujeitos. Esse procedimento ganha importância na História das Instituições Educativas, uma vez que para

²⁸ O termo “homens de imprensa” é utilizado por Goodwin Junior (2006) e trata não de jornalistas profissionais, mas de intelectuais que usavam a imprensa como um veículo de divulgação de ideias políticas as quais os mesmos se vinculavam. (GOODWIN, 2006, p. 193)

Magalhães, as histórias de vida figuram entre as categorias fundamentais que estruturam o quadro historiográfico.

Assim, a partir das fontes acessadas, relacionou-se abaixo alguns dos professores com suas histórias de vida, atendendo ao que Chervel (1990, p. 191) sugere: “é preciso que nos voltemos um instante em direção ao indivíduo”. Quem eram eles? Como conseguiam realizar a função de professor atrelada a tantas outras dinâmicas de vida? Como se deu o processo formativo?

1 – ANTÔNIO GABRIEL DINIZ, nascido em Curvelo em 1891 e falecendo em 1969, foi historiador e jornalista curvelano, além de professor, político, tabelião, escrivão e conferencista apreciado. Iniciou seus estudos em Sabará e fez o secundário em Ouro Preto, onde colou grau em Farmácia na Escola de Farmácia de Ouro Preto. Atuou como um dos fundadores da Escola Normal Livre de Curvelo, lecionando português e matemática, exercendo o magistério também no Lyceu Mineiro e no Orfanato Santo Antônio, a partir de 1929, lecionando francês. (DINIZ, 1975, p. 140)

Escreveu vários livros, dentre os quais “Dados para a História de Curvelo”, Volume I e Volume II, sendo que o terceiro volume foi publicado após sua morte pelo seu filho, Silvio Gabriel Diniz, que seguiu os passos do pai. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e pertenceu a Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Foi fundador presidente (1929) da União de Moços Católicos, liderando junto aos padres redentoristas. Como Jornalista dirigiu e foi proprietário de vários jornais de Curvelo, entre eles: Centro de Minas, A Mocidade, A Vanguarda e colaborou em jornais de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

2 – JOÃO GABRIEL RIBEIRO, professor catedrático do Curso Gynasial da Academia de Comércio de Juiz de Fora, exerceu a função durante 6 anos e mudou-se para Curvelo para dar aulas de Português, Francês, Inglês, Latim e Matemática, trabalhando inicialmente com aula particulares (Jornal O Curvelo, 6/2/1927, 1ª página). Nasceu em Gouveia, Minas Gerais, e fez seus estudos no Seminário de Diamantina e depois partiu para Juiz de Fora. Em seu retorno a Curvelo, lecionou no Orfanato de Santo Antônio, na Escola Normal Oficial e no Lyceu Mineiro. Casou-se com a Sr. Violeta Ribeiro (também professora do Lyceu).

Além de professor, foi Secretário da Prefeitura Municipal de Curvelo no governo do Cel. José Soares dos Santos. “Católico praticante, pertencia a todas as associações religiosas e beneficentes de Curvelo. (DINIZ, 1975, p. 142). Nas palavras de Diniz (1975) eis a definição do professor: “Dotado de grande inteligência, vasta cultura, captava a estima e admiração de

seus alunos”. “Exercia o magistério como um sacerdócio”. Faleceu em 13/03/1933, e foi homenageado pelo Grêmio “Euclides da Cunha”.

3 – JOSÉ RAYMUNDO DE MOURA nasceu em 18/02/1900 em Traíras, hoje Santana de Pirapama. Além de professor de matemática e desenho no Lyceu Mineiro, de 19/09/1927 até 27/12/1974, ou seja, desde os primórdios da instalação da escola, também trabalhou como Oficial do Cartório de Protesto. Foi um dos fundadores da antiga escola Técnica de Curvelo. Como desportista fundou o Revólver Clube de Curvelo, antigo Clube de Futebol. Além de futebol, foi treinador de basquete, mestre de Festas Juninas e incentivador de promoções em prol da escola. Foi um dos fundadores do Clube Recreativo Curvelano (Ata de Inauguração da Rua com o nome do Prof. José Raymundo de Moura, publicado no Jornal Curvelo Notícias no dia 13/09/1975).

4 – Dr. JUVENAL GONZAGA PEREIRA DA FONSECA, natural de Pitanguy, Minas Gerais, se considerava curvelano por adoção. Advogado de formação transferiu-se para Curvelo em 1904 para trabalhar como professor no Gynasio Curvelano, juntamente com seu irmão o Prof. Luiz Gonzaga Pereira. Depois atuou como advogado e como promotor de justiça do Termo de Curvelo, até o ano de 1908, quando foi nomeado Juiz Municipal, função que ocupou até 1912. Iniciou carreira política pelo distrito do Bagre, como vereador e exerceu a função e 1912 a 1918, exercendo a função “com obras úteis e necessárias ao progresso da cidade e do município”. Dentre elas a iluminação pública, serviço urbano e interurbano de telefonia, construção do primeiro grupo escolar e o abastecimento de água potável para Curvelo e distritos.

De facção mascarenhista²⁹, desinteressou-se da política reassumindo a função de advogado. Mas em 1929 retoma a política como partidário da Aliança Liberal e elegeu-se deputado à Constituinte Mineira em 1935 (DINIZ, 1975, p. 198). “O Dr. Juvenal Gonzaga sempre preocupou com a cultura da inteligência. Nunca descuidou da boa leitura. Sua biblioteca particular é uma das melhores e das mais selecionadas. Os seus artigos nos jornais agradam pela seriedade da matéria versada e clareza da exposição, ao par da correção e apuro da linguagem” (DINIZ, 1975, p. 200).

²⁹ Segundo o memorialista Padre Alberto Vieira de Araujo (1970) “Curvelo foi por quase um século um grande centro político e denominação comum na política da Província, polarizando a região Centro Norte de Minas”(ARAUJO, 1970, p.290). Complementa ele que “a batalha era travada entre Liberais e Conservadores, Republicanos e Monarquistas, Vianistas versus Mascarenhistas. Sendo que dentre os Mascarenhistas os que davam as cartas eram o Dr. Pacífico Mascarenhas e o Monsenhor Rolim” (p. 291), ambos já apresentados ao longo dessa dissertação.

5 - CRISTOVAM BREINER, Juiz Municipal de Curvelo, poeta e jornalista. Fundou e redigiu o “Jornal do Comércio”.

6 - CLAUDOVINO DE CARVALHO, idealista de fabulosa capacidade de trabalho, educador e jornalista. Esteve ligado a duas instituições de Curvelo: Associação Comercial, como presidente, e a Escola Normal de Curvelo, conseguindo após longos anos de luta o seu restabelecimento.

2.3.3 Mantenedoras do Lyceu Mineiro

Quando a manutenção econômica, inicialmente tratava-se de uma instituição escolar particular de caráter privado e de propriedade do Sr. Érico de Bacellar e Souza. Não há como precisar se se tratava de uma firma individual ou sociedade, pois a busca nos cartórios de registro mostrou-se infrutífera. Como após dois anos à frente da escola, o Sr. Bacellar resolveu deixar a cidade, transferindo-se para São Paulo, uma Sociedade Civil é organizada e recebe o nome de “Lyceu Mineiro Sociedade Ltda.”, passando a gestão da escola e manutenção das a partir de cotas integralizadas por seus sócios e da participação dos mesmos na gerência da sociedade.

Nos livros, que retratam a memória da cidade de Curvelo, aparecem como integrantes da sociedade os senhores: Dr. Juvenal Gonzaga, Professor Pedro Ad. Vindula Veado, Professor José Raimundo de Moura, e José de Almeida Júnior, além de outros “que acreditavam na Educação como força propulsora do progresso” (SOARES, 1988, p.22). Entretanto, nas fontes foi encontrado um universo de 87 cotas primitivas de integralização, feita por diversos sujeitos e segmentos da sociedade Curvelana conforme consta nos Apêndices.

A análise dos integrantes contempla desde profissionais do comércio, professores, ex-alunos, sacerdotes, entidades empresariais como a Casa Pereira Diniz e Cia Ltda - casa atacadista que possuía 02 cotas, e a Casa Bancária Dr. Alú Marques, pertencente ao médico Alú Marques, um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia, que possuía 1 (uma) cota. É peculiar na listagem a descrição da pessoa das “viúvas de fulano de tal”, cujos nomes não vinham explícitos, mas apenas o título de viúva com o nome do esposo falecido. A listagem utilizada foi confeccionada em uma busca realizada nos cartórios de registro, que a prepararam para que fossem feitas as certidões de transferência das cotas para a Mitra Arquidiocesana de Diamantina, em 1957.

Veja na Tabela 3, abaixo, a dimensão de profissionais que faziam parte do grupo inicial que compunha a sociedade, onde se destaca, mais uma vez, uma maior quantidade de representantes dentre os fazendeiros e comerciantes. Da mesma forma que foi observada na origem do alunado da instituição, o grupo seletivo de cotistas também está atrelado a cidadãos oriundos desse seletivo grupo. Dentre os cotistas, o número de fazendeiros e comerciantes se destacava, sendo inclusive superior ao número de professores.

Tabela 3 – Profissão dos cotistas da Sociedade Liceu Mineiro Sociedade Ltda.

PROFISSÕES DE COTISTAS	
Advogado	2
Tabelião	2
Fazendeiro	14
Comerciante	14
Industrial	1
Funcionário Público Federal	1
Professor	6
Negociante	1
Agrimensor	1
Secretário	1
Cirurgião dentista	3
Farmacêutico	
Capitalista	2
TOTAL	48

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de registro da Sociedade Liceu Mineiro Sociedade Ltda

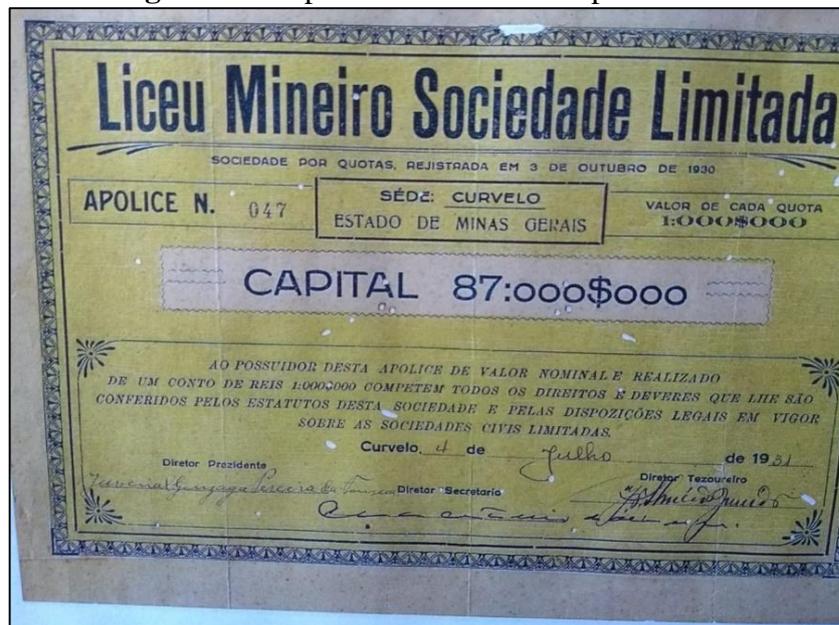
A Congregação, órgão gestor da sociedade, reunia-se quinzenalmente e a convocação era publicada em jornais da cidade. No livro de Atas das Reuniões da Congregação, um dos poucos disponíveis no acervo da escola, consta como comum, apesar da convocação, a não realização da reunião devido à falta de quórum. Os assuntos discutidos na reunião perpassavam desde a prestação de contas e sua aprovação até na comunicação de renúncias de integrantes da direção por motivos diversos e, ainda, por diversas vezes, a referência a adequações do prédio escolar, tendo em vista o reconhecimento dos cursos e sugestões para contratação de professores e indicação de diretores, que na maioria das vezes era direcionada a padres.

Há duas atas da Congregação em que se cogita a indicação de alunos para obtenção de bolsas, onde os nomes eram apresentados e a assembleia deliberava pelo acatamento da

proposta. Na assembleia de 17/02/1932 o diretor secretário, Sr. Antônio Lisboa de Abreu Filho, propôs que o Lyceu Mineiro recebesse 03 alunos gratuitos, filhos de município, “reconhecidamente pobres” e com “provas de aplicação, aproveitamento e bom proceder”, o que foi aprovado por unanimidade. (Livro de Atas 2ª Assembleia em 17/02/1932). A expressão do reconhecidamente pobre vem de encontro à dimensão já apresentada de que o nível social dos alunos da escola não estava entre os pobres da cidade.

Além de cotistas da sociedade, vários membros exerciam a função de professores e/ou exerciam cargos de direção, secretários, tesoureiros e conselheiros. Não se pode afirmar que os professores eram impelidos à filiação voluntária ou obrigatória, mas a grande maioria assim o fazia. Pode-se citar os senhores Antônio Teixeira Guimarães, Celso Gonzaga Pereira da Fonseca, João Mourthé Sampaio, Cônego João Tavares de Souza, Aroldo de Oliveira, Prof. Joao Gabriel Ribeiro, Prof. Claudovino de Carvalho, Sr. João Lima Guimaraes e Prof. José Raimundo de Moura. Abaixo, na Figura 12, uma apólice referenciando o valor da cota de um determinado associado.

Figura 12 – Apólice referente a compra de cotas



Fonte: Acervo da FAC

Realizamos aqui a caracterização da materialidade da instituição escolar, desde a sua localização espacial e geográfica, e particularmente, da sua instalação em prédio que trata-se de uma das principais facetas para descrever, compreender e analisar as instituições educativas. Com relação aos sujeitos trouxemos à tona pontos que ilustraram os dados levantados na pesquisa como a origem geográfica e social dos estudantes e a caracterização por amostragem de alguns professores que atuaram na escola, além dos mantenedores. Pretendemos trazer à tona

o que trabalha Magalhães, (2004), de que o instituído tenta “corresponder às necessidades e interesses do público a que se destina, evoluindo e transformando-se” (MAGALHÃES, 2004, p.139). A essa construção o autor chama de institucionalização. A partir da institucionalização tem-se as memórias, bibliografias, os agentes, os arquivos, os currículos, estatutos (representação), que será a discussão do Capítulo 3, juntamente com a apropriação, onde tem lugar às aprendizagens, modelo pedagógico, a identidade dos sujeitos e da instituição. (MAGALHÃES, 2004, p. 139).

CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÃO/APROPRIAÇÃO – DE LYCEU MIINEIRO A COLÉGIO PADRE CURVELO

Para fazer ver, a escola devia dar a ver. Daí os edifícios escolares majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividade discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava.

Carvalho (1989, p.25)

Neste capítulo trazemos à luz as questões da internalidade da instituição, concebendo que o seu processo de produção “ocorre dentro de si mesma, mas que também geram reflexos que extrapolam as suas fronteiras” (GONÇALVES, 2004, p. 182). Pela dinâmica da pesquisa já foi possível denotar que conhecer a maneira como a escola se produziu nas relações cotidianas, voltando-se para o seu funcionamento interno: “o lugar onde a escola se faz, se realiza como escola”, proporciona a sua institucionalização.

Assim a história do sistema educativo não é um somatório de instituições escolares justapostas nem, por outro lado, a história de uma dessas instituições se torna possível fora de um todo coerente (MAGALHÃES, 2004, p. 114). É nos domínios da representação e da apropriação que uma autonomização se revela. E aí na apropriação que se se alargam os aspectos informais e subjetivos, denotando-se as interpretações particulares (em consonância com as suas necessidades, objetivos e conveniências).

A evolução histórica de uma instituição educativa projeta-se a partir das biografias e dos destinos de vida dos sujeitos, fazendo com que a instituição evolua e transforme-se (MAGALHÃES, 2004, p. 139). Essa construção (institucionalização) manifesta-se nas aprendizagens, na subjetivação/autonomização e nos destinos de vida dos sujeitos a partir da apropriação, bem como no relacionamento (territorialização) com a realidade sociocultural e geográfica existente. Portanto, é preciso sair do instituído em direção à institucionalização para adentrarmos na identidade da instituição num determinado momento histórico e com suas práticas e modelos, que por vezes é específico de uma única instituição e permanece a partir do repasse aos seus alunos, professores e colaboradores.

Neste capítulo utilizando-se da dinâmica de estruturação do Curso de Comércio e das orientações para organização e funcionamento da instituição e da sua própria interpretação do que a ela era imposto demonstraremos a institucionalização da Instituição Escolar e finalmente,

com o propósito de apresentar os articuladores dessa dinâmica seguimos o caminho de Magalhães que sugere que “sejam analisados os percursos de vida dos alunos e ex alunos que direta ou indiretamente representam e permitem aprofundar o conhecimento historiográfico sobre a instituição” (2004, p. 163).

3.1 Estrutura didático-pedagógica do Curso de Comércio

Em contraposição às notícias veiculadas nos jornais e de uma Ata do Inspetor datada de 1928, citada a página 73, que faz referências ao Curso de Comércio, com o andamento da pesquisa percebe-se que a 1ª turma devidamente autorizada somente ocorreu em 1945 para o nível básico, e 1949 para o nível Técnico de 2º grau. Entretanto, isso não impediu a escola de realizar propagandas e intitular-se como possuidora de turmas de ensino comercial, apesar de acreditarmos que os cursos funcionavam de forma prática e por vezes havia apenas o curso de datilografia.

Após a formalização legal percebe-se que o Curso Comercial Básico tinha duração de 04 anos e correspondia a um curso de formação, estando vinculado ao ensino primário, conforme o Decreto 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial. As escolas que oferecessem apenas o Curso Básico receberiam o nome de “Escolas Comerciais”. Devido a isso é que em 1944 a instituição escolar passou a ser chamada de Escola “Comercial Padre Curvelo” de 1945 até 1949, e em 1949, quando começou a oferecer o Curso Técnico de Comércio a nível de 2º grau a denominação passou a ser: Escola “Técnica de Comercio Padre Curvelo.”

No Quadro 5, abaixo, tentamos traçar essas mudanças na manutenção, denominação e fontes ou responsáveis por cada uma delas.

Quadro 5 – De Lyceu Mineiro a Colégio Padre Curvelo

ANO	SITUAÇÃO/DENOMINAÇÃO	CURSOS	FONTE/NORMA
1927	Inauguração em 16/10/1927 do Lyceu Mineiro	Curso Primário e Secundário/ Curso Oficial de Datilografia e Mecanografia/ Curso Especial de Música Piano e Violino/Preparatório para Exames de Admissão	Revista Nossa Terra de 28/06/1928
1931	Mudança de Mantenedora de Erico Bacellar e Souza para Lyceu Mineiro Sociedade Ltda. Mudança de Endereço para a Rua João Pessoa	Curso Primário e Secundário/ Curso Oficial de Datilografia e Mecanografia/ Preparatório para Exames de Admissão	Livro de Atas da Mantenedora
1942	Mudança do nome para Ginásio Padre Curvelo	Curso Primário e Secundário/ Curso Oficial de Datilografia e Mecanografia/ Preparatório para Exames de Admissão	Decreto Lei 4244 de 09/04/1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), isso porque os estabelecimentos de Ensino Secundário não poderiam mais chamar Lyceu
1945	Mudança do nome para "Escola Comercial Padre Curvelo"	Autorização do Curso Comercial Básico	Decreto Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943- Lei Orgânica do Ensino Comercial.
1949	Ginásio Padre Curvelo e "Escola Técnica de Comércio Padre Curvelo"	Inicia-se o Curso Técnico em Contabilidade	Decreto Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, porque os estabelecimentos com Curso Técnico trocam de nome para Escola Técnica

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da legislação e dos documentos da escola

3.1.1 Admissão e critérios de matrícula

Desde o início do funcionamento do Lyceu Mineiro, em 1927, como já anunciado, as chamadas na imprensa indicavam a existência de uma nova instituição educacional na cidade de Curvelo. Foram as notícias de tais jornais que tornaram possível o levantamento de como se dava o processo do acesso à escola. Assim, foi possível compreender os procedimentos de ingresso do estudante na instituição e quais os documentos legais deveriam fazer parte para efetuação da matrícula. Desta forma para entrada nas turmas da 1ª série ginásial ou comercial, o candidato deveria passar pelo exame de admissão, considerado, à época, como “o requisito mais importante de comprovação do conhecimento e maturidade do estudante para o ingresso no curso secundário” (SOUZA, 2008, p. 91 e 108).

O requerimento para o exame de admissão deveria ser feito pelo candidato no mês de dezembro ou na 2ª quinzena de fevereiro. Se o candidato fosse maior de idade, ele mesmo se inscrevia, ou caso contrário, se menor de idade a inscrição era feita pelo seu responsável. A idade exigida para o ingresso era 11 anos completos ou acima disso. Além do requerimento, deveria apresentar prova de sanidade comprovada por meio de atestado médico e certificado de

vacinação contra varíola. O requerimento para o exame só poderia acontecer uma vez no ano, pois não haveria dentro do mesmo ano uma nova oportunidade de reavaliação, caso não fosse logrado o êxito no exame.

Para lograr êxito no exame de admissão a nota deveria ser igual ou superior a 5, no conjunto das disciplinas de português, matemática, geografia e história do Brasil. Essa avaliação seria aplicada por uma banca constituída por 03 professores. No manuseio das fontes foi percebido como era seriamente tratado o exame de admissão, tanto no que se refere à exigência da documentação, quanto no relato que se fazia nas atas de promoção e, ainda, na comprovação da conclusão do exame.

Os resultados dos exames de admissão circulavam nos jornais, veja Figura 14, explicitando o bom êxito. Inferimos sobre um sentimento de angústia que deveria acompanhar o percurso de espera pelos resultados para o candidato e seus familiares. Os candidatos que não lograssem resultado positivo não tinham seus nomes elencados, no entanto, apesar de não haver destaque havia a indicação de quantos eram os candidatos que não conseguiram a nota suficiente para aprovação.

Em contrapartida aqueles que lograssem resultado com média acima de 5 pontos eram certificados da sua aprovação, constando, inclusive, a nota por conteúdo e a média global do exame de admissão na publicações dos jornais. Na Figura 13, vemos o resultado de um exame de admissão para o Curso Comercial. Observa-se que o nome da escola já é Escola Comercial, em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto Lei 6.141 de 1943, que assim determinava, e também porque nessa época encontrava-se em funcionamento o Curso Básico de Comércio:

Figura 13 – Certificado de aprovação no Exame de Admissão

Ministério da Educação e Saúde Pública
 ESCOLA COMERCIAL PADRE CURVELO
 CURVELO - - - - - MINAS GERAIS

Certificada de exames de ADMISSÃO N. 48
 Certifica que LÚCIA DINIZ VALE
 filh^a de Antônio Mariano do Vale
 natural de Curvelo
 nascido em 14 de Março de 19 51, foi
 considerado aprovado nos exames de ADMISSÃO
 no ano letivo de 19 45, com os seguintes resultados:

<u>PORTUGUÊS</u>	<u>MÉDIA - 8,0</u>
<u>MATEMÁTICA</u>	<u>MÉDIA - 4,0</u>
<u>HISTÓRIA DO BRASIL</u>	<u>MÉDIA - 5,0</u>
<u>GEOGRAFIA GERAL</u>	<u>MÉDIA - 6,5</u>
<u>Média Geral</u>	<u>CINCO E OITO (5,8</u>

Curvelo, 15 de Setembro de 19
 O Diretor-efetivo Sebastião de Azevedo
 Visto [Assinatura]
 (Fiscal)
 Firma do Tabelião [Assinatura]

Fonte: Arquivo da FAC

No tocante à realização da matrícula é importante esclarecer que ela deveria ser feita mediante a comprovação e certificação da aprovação no exame de admissão, entregue junto aos demais documentos. O certificado da Figura 13 refere-se a um dos documentos encontrados na pasta da aluna Lúcia Diniz Vale por ocasião da sua matrícula na escola. Esse documento também poderia ser utilizado para matrícula em outra escola, independentemente de ter sido feito o exame de Admissão na Escola Comercial Padre Curvelo. Para o Curso Técnico, o aluno deveria possuir o diploma ou o certificado de conclusão do curso comercial básico; de conclusão do curso propedêutico, conforme Decreto 20.158, de 1931, de licença ginásial acompanhado de aprovação na 4^a ou 5^a série do Curso Secundário fundamental; diploma de normalista, sendo que para esses, era exigido o exame de admissão apenas em língua inglesa.

Nas publicações era apostado o nome do conteúdo e o grau obtido pelo aluno do maior grau para o menor, seguido da palavra plenamente (notas 10 a 6) e simplesmente (nota 5). Na publicação que se observa na Figura 14 do Jornal Voz do Povo de 1929 refere-se a notas do primeiro exame admissão da instituição.

Figura 14 – Resultado do Exame de Admissão de 1928



Fonte: Jornal Voz do Povo, 18/03/1928, p.1

Além dos critérios legais para admissão dos alunos, era observada e exigida a sujeição dos mesmos a um regime de completa disciplina, que para a escola, funcionava como “natural complemento de sua formação moral e intelectual” (Capítulo V do Regimento Escolar). Alertando que as correções seriam feitas com o “intuito de não atentar contra a dignidade e o caráter do adolescente, mas restabelecendo o prestígio da autoridade, estimulando o brio natural do educando, sem jamais coibir-lhe as tendências inatas”, o regimento descreve o porquê da utilização de critérios tão duros e a quem seriam impostos:

A ordem é a base do progresso e da cultura humana. O aluno adquire no educandário os hábitos que seguirá em todas as fases da sua vida de cidadão. Por isso constitui matéria de relevante importância a disciplina imposta aos educandos. Penas disciplinares são impostas aqueles que transgredindo à ordem dos trabalhos, atentam contra as verdadeiras finalidades de uma perfeita e sadia formação de inteligência e de caráter (REGIMENTO ESCOLAR, capítulo V, 1944).

Os cursos de Auxiliar de Comércio e Técnico em Contabilidade funcionavam a noite no horário de 18h40 as 21h50 com aulas de 40 minutos de duração e 10 minutos de intervalo. As aulas de práticas esportivas funcionavam pela manhã com turmas separadas por aptidão e por sexo, onde os professores também eram independentes separados por sexo. Veja abaixo a distribuição dos horários e conteúdos da 1ª turma do Curso Técnico em Contabilidade:

Quadro 6 – Horário de Aulas do Curso Técnico em Contabilidade

**ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO PADRE CURVELO
CURSO TÉCNICO DE CONTABILIDADE 1945**

HORAS	SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA	SÁBADO
18:40	MATEMÁTICA	E. DE ECONOMIA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	CONTABILIDADE	MECANOGRAFIA
19:30	PORTUGUÊS	MECANOGRAFIA	PORTUGUÊS	CONTABILIDADE	MATEMATICA	INGLÊS
20:20	FISICA E QUIMICA	CONTABILIDADE	FÍSICA E QUÍMICA	MECANOGRAFIA	PORTUGUES	_____
21:10	_____	INGLÊS	FRANCÊS	E. DE ECONOMIA	FRANCÊS	_____
PRÁTICAS ESPORTIVAS						
07:00	_____	Sexo Feminino	_____	_____	_____	_____
07:00	Sexo Masculino	_____	_____	_____	_____	_____

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do acervo escolar

3.1.2 Conteúdo e objetivo das disciplinas

Pelo Quadro 6, observa-se que além das disciplinas de Cultura Geral: matemática, português, inglês, francês, física e química e aquelas da Cultura Técnica: contabilidade, elementos de economia e mecanografia, ainda havia as práticas educativas: educação física para alunos até 21 anos e canto orfeônico para aqueles até 16 anos, ou seja, do Curso Comercial Básico e instrução pré-militar para alunos do sexo masculino, sendo extinta a partir de 1947, pelo Decreto Lei nº 9.331/46.

Quadro 7 – Disciplinas do Curso Comercial Básico, em 1944

SÉRIE	I	II	III	IV
Disciplinas de Cultura Geral				
1 - Português	3	3	3	3
2 - Francês	3	2	2	2
3 - Inglês	-	3	3	2
4 -Matemática	3	3	3	3
5 -Ciências naturais	-	-	-	3
6 - Geografia Geral	2	2	-	-
7 - Geografia do Brasil	-	-	2	-
8 -História Geral	2	2	-	-
9 -História do Brasil	-	-	2	-
Disciplinas de cultura Técnica				
10 - Caligrafia	-	3	-	-
11 - Desenho	5	-	-	-
12 - Dactilografia	-	-	3	-
13 - Estenografia	-	-	-	3
14 - Prática de escritório – escrituração mercantil	-	-	-	4
Total	18	18	18	20

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do acervo escolar

Com relação às disciplinas do Curso Técnico elas variavam de acordo com os cursos. O Lyceu Mineiro ou “Escola Técnica de Comércio Padre Curvelo” oferecia o Curso Técnico em Contabilidade a partir de 1949 e as disciplinas eram as seguintes:

Quadro 8 – Disciplinas do Curso Técnico em Contabilidade, em 1949

SÉRIE	I	II	III
Disciplinas de Cultura Geral			
1 - Português	3	2	2
2 – Francês ou Inglês	2	2	-
3 -Matemática	3	2	-
4 -Física e Química	2	-	-
5 – Biologia	-	2	-
6 – Geografia Humana do Brasil	-	-	2
7 -História Administrativa e econômica do Brasil	-	-	-
Disciplinas de Cultura Técnica			
8 – Contabilidade Geral	3	-	-
9 – Elementos de Economia	2	-	-
10 – Mecanografia	3	-	-
11 – Organização e técnica Comercial	-	3	-
12- Contabilidade comercial	-	3	-
13 – Mecanografia		2	
14 – Prática Jurídica Geral e Comercial	-	3	3
15 -Elementos de estatística	-	-	2
16 – Contabilidade industrial	-	-	2
17 – Contabilidade Bancária	-	-	3
18 – Contabilidade Pública	-	-	2
Total	18	19	16

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do acervo escolar.

Na organização curricular, expressa nos Quadros 07 e 08, percebe-se a relevância dos conteúdos de linguagens, tanto na diversidade, onde se vê: português, francês e inglês, quanto no número de aulas. Tomando-se o Curso Comercial Básico, por exemplo, verifica-se que o número de aulas semanais de linguagem corresponde a 50% no 1º ano, 40% no 2º ano e apenas no 3º ano apresenta um montante menor, talvez devido às matérias específicas do curso.

No Curso Técnico em Contabilidade, dentro da mesma perspectiva, há um declínio do número de aulas, mas permanecessem os mesmos conteúdos, com a mudança entre inglês ou francês, que apresentam-se de forma alternada. Os conteúdos de linguagem representam 50% do universo das disciplinas de Cultura Geral.

Ao analisar os dados da primeira turma do Curso Técnico em Contabilidade, em 1949, percebe-se que foi composta por um universo bem diferenciado de alunos e nos relatórios encontrados junto ao Censo Escolar daquele ano, havia a discriminação do percurso escolar dentro do seguinte contexto: Concluintes do 1º grau do Curso Normal – 08; Concluintes do Curso Comercial Básico – 07; sendo que 6 deles haviam concluído o Comercial Básico no ano

de 1948; Concluintes de Licença Ginásial Curso Secundário – 18; Concluintes de Licença Ginásial da 5ª série – 04; Concluintes do Curso Científico – 01 - Totalizando 38 alunos. Pode-se inferir desse levantamento a credibilidade e entusiasmo que a organização da turma de Técnico em Contabilidade proporcionou para a instituição e para a comunidade Curvelana, além do tempo que a comunidade esperou por essa autorização.

3.2 – Estrutura do processo avaliativo – provas escritas e provas orais.

O processo avaliativo consta no Capítulo III – Regime Escolar, do Regimento Escolar. De acordo com esse documento e nos indícios encontrados nas pastas de alunos, o processo avaliativo compunha-se de notas e frequência de caráter obrigatório, apurados de 1º de março a 30 de novembro de cada ano, no conjunto das aulas dadas e práticas educativas, de acordo com a Lei 8.196 de 20 de novembro de 1945³⁰. Tomando-se a frequência por referência percebe-se que para prestar provas de 1ª época o aluno não poderia ter faltado a 25% da totalidade das aulas dadas no conjunto das disciplinas ou 30% da totalidade das aulas da prática educativa.

Diante das práticas educativas, há uma exceção para as alunas do sexo feminino, que estavam sujeitas à disciplina de “Economia Doméstica” na 4ª série do curso comercial básico, cujo aproveitamento e frequência também eram apurados. A frequência seria somada às demais disciplinas da série para apuração das frequências na totalidade das aulas dadas. Se a estudante não alcançasse em “Economia Doméstica” a média 4 (quatro), exigida por lei, prestaria exames da disciplina em 2ª época, servindo a média aritmética das provas escritas e orais desse exame como nota final.

No que concerne aos tipos de exame, o Lyceu Mineiro aplicava exames de admissão e suficiência. O exame de admissão era para ingresso e os de suficiência para promoção para a série seguinte. Os exames de suficiência compreendiam 02 provas parciais e 01 prova final, além de exercícios que teriam as notas computadas nos meses de março, abril, maio, agosto, setembro e outubro, e cuja nota anual seria apurada a partir da média ponderada de cada disciplina, atribuindo-se o peso 2 (dois). As provas parciais eram realizadas na segunda quinzena de junho e na segunda quinzena de novembro.

³⁰ Esta Lei publicada em 20 de novembro de 1945 alterou algumas disposições da Lei 6.141 de 1943, principalmente no que se refere a práticas educativas, ensino de religião, critérios para admissão e apuração de frequência e pontuação nos exames de admissão, e revisão de carga horária e exames para o Curso de Comércio.

Quanto à organização do conteúdo, a matéria da primeira prova seria a lecionada até uma semana antes da realização da mesma. O valor da primeira prova parcial era de 10 pontos distribuídos em três assuntos diferentes em no mínimo 03 questões, sendo que na prova de português eram obrigatórios os exercícios de redação em pelo menos uma questão. A segunda prova parcial tinha o valor de 20 pontos. O tempo era de 60 minutos para cada prova. A segunda chamada da primeira prova parcial deveria ser realizada até 60 dias após a prova e na segunda antes do término das provas finais.

Dando continuidade às avaliações no período de 1 a 15 de dezembro realizavam-se as provas finais com valor de 20 pontos e composta por 03 assuntos diferentes, além das provas práticas de caligrafia, desenho, datilografia e prática de escritório (escrituração mercantil). Atuavam na aplicação uma banca examinadora composta por 03 professores regularmente investidos no estabelecimento de ensino, juntamente a um professor externo de estabelecimento equiparado ou reconhecido. Nessas ocasiões acontecia a arguição de cada examinador, prova oral, não excedendo a 15 minutos.

Na Figura 16, abaixo registrada, tem-se uma ideia de como eram selecionados os pontos para a arguição dos examinadores. O professor do conteúdo elencava pontos de seu plano de aula durante o período previsto para avaliação, que deveriam ser do conhecimento do aluno. Para tanto os numerava e distribuía em um livro ou pastas com série e a especificação da atividade. Seriam sorteados os pontos e cobrados do aluno a resposta de forma oral.

Na Figura 16, pode-se observar a Avaliação de Canto Orfeônico, para a 4ª série, e nota-se que se tratava de cantos que demarcavam a origem brasileira, valorizando conceitos de cidadania e heroísmo dos que lutam pela pátria. Após ouvir todas as músicas e retomar as letras que trazem à tona o estudo de Areal e Bernardo (2013, p. 116), ao destacarem os objetivos conformativos da escola republicana, percebeu-se que “os discentes seriam orientados, por meio do programa e de atividades empíricas, a nutrir pela pátria o sentimento de amor e responsabilidade por seu progresso”.

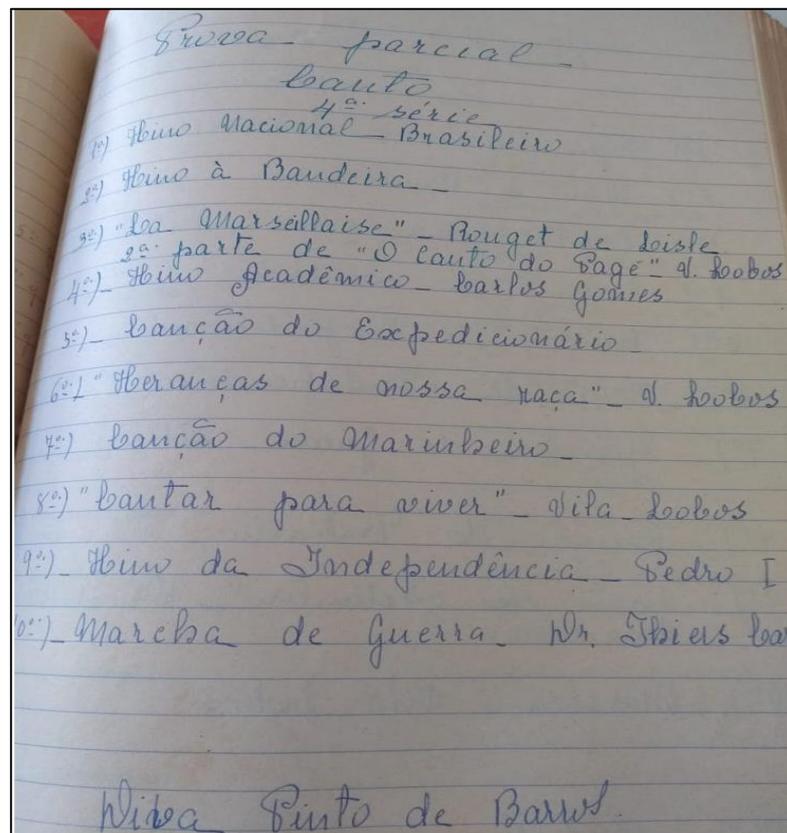
Assim, após a aplicação dos exercícios e provas, atribuía-se uma nota final utilizando-se a escala decimal de 0 a 10 com média ponderada dos seguintes elementos:

- a) nota anual de exercícios, atribuído peso 2
- b) nota da primeira prova parcial, atribuído peso 2
- c) nota da segunda prova parcial, atribuído peso 3
- d) nota da prova final, atribuído peso 3

Como critério de aprovação, a nota final deveria ser superior a 04 em cada disciplina da série e a média global igual ou superior a 5 em cada grupo de disciplinas de cultura geral e cultura técnica, separadamente. Se para participar da prova final não havia requerimento, quando não houvesse aproveitamento dever-se-ia requerer a 2ª chamada ou nos casos em que houvesse justificativa para não ter realizado a 1ª chamada. Ela acontecia em fevereiro do ano seguinte, na 2ª quinzena.

Assim, tomando por referência esse apanhado do processo avaliativo, pode-se concluir que o nível de exigência ao alunado era elevado. Os alunos tinham que lidar com uma banca de examinadores, muitas vezes composta pelo inspetor escolar ou uma pessoa externa à rotina da instituição, a quantidade de conteúdos que ele deveria estudar era expressiva e os critérios para sorteio de pontos e valorização das notas era significativa. Abaixo, na Figura 15, observamos os pontos de uma Prova Parcial de Canto Orfeônico para 4ª série.

Figura 15 – Pontos da prova parcial de Canto Orfeônico para 4ª série



Fonte: Livro de Registro de Pontos para Avaliação

3.3 Números referentes à matrícula, evasão e promoção no Curso Comercial da Escola Técnica de Comércio Padre Curvelo

A história de instituição escolar também é contemplada através do movimento dos seus alunos. O histórico de vida desses alunos torna-se representativo para a construção da narrativa histórica da instituição. Assim, Magalhães (2004) descreve que:

Tomando o movimento dos alunos como representativo da problemática da relação entre a Instituição e a comunidade envolvente, a política de acesso e de sucesso educativos e de seguimento dos egressos, a relação entre a oferta e a procura, origem geográfica, econômica e sociocultural, recrutamento são indicadores fundamentais (MAGALHÃES, 2004, p. 159)

Buscando-se entender o sucesso educativo e partindo das considerações sobre a forma de avaliar buscou-se elaborar um relato de como se dava a dinâmica escolar de acesso e repetência. Foram utilizados os Livros de matrículas e de conclusão, tentando-se delimitar o número de abandonos a cada ano. O objetivo foi utilizar os dados para uma análise das dificuldades enfrentadas pelos alunos na conclusão dos cursos de Comercial Básico, 1ª turma – 1945/1948 e Curso Técnico, 1ª turma – 1949/1951.

Para isso foram construímos o Quadro 9 que traz o número de turmas a partir de 1945, referente ao curso Comercial Básico, fonte de pesquisa inicial nos livros de matrículas da escola. Os dados relativos ao número de alunos por turma compõem-se até 1950 devido à proibição de acesso ao arquivo. Paralelamente a ele, no Quadro 10, onde se encontram os concluintes por ano, que foram retirados de listagem nominal no processo de verificação prévia da instituição escolar. Considerando-se que os concluintes correspondem às 4ª séries, porque já temos a informação que se demanda 04 anos para se formarem observa-se que:

Tomando-se a turma de 1945, como exemplo, percebe-se que a mesma concluiria seu percurso em 1948, já turma de 1946, concluiria em 1949 e assim por diante. Continuando nessa linha de raciocínio como a 1ª turma do Curso Comercial Básico que tem início em 1945, apresenta 29 alunos no total, deveríamos ter ao final de 1948 o número de 29 formandos. Entretanto, em 1948 há apenas 09 alunos concluintes do curso denotando, então, uma grande quantidade de alunos que não dá andamento ao curso, entrando no critério de abandono ou desistência, ou mesmo não obtém sucesso em seu percurso escolar, ou seja reprovados. Da listagem de alunos, no livro de concluintes, 05 abandonam até a 3ª série, sobrando 24 para cursar a 4ª série. Destes apenas, 37% destes concluem a 4ª série, ou seja, os 09 alunos.

Diante desse raciocínio e sem a posição dos dados de abandono individualizados, para afirmarmos se foram desistentes ou transferidos, percebe-se que em 1946, do total de 61 alunos

matriculados, 37 são do 1º ano e no ano de sua formatura em 1949, perfazem apenas 15 alunos, ou seja, 40% dos alunos terminam o ano em 1949. Já em 1947, a matrícula inicial é de 41 alunos no 1º ano e em 1950 apenas 13 se formam, compondo o universo de 31% dos alunos que deram entrada em 1947. Em 1948, com formatura em 1951, esse percentual aumenta um pouco chegando a 50% de formandos, compondo 19 alunos e finalmente, a partir dos dados, dos 36 ingressantes em 1949, 33% dos alunos se formam em 1952, ou seja, apenas 12 alunos.

Sob a mesma perspectiva de análise, considerando que o curso é de 03 anos, a turma de Curso Técnico em Contabilidade começa o ano letivo de 1949 com 39 alunos. Ao final em 1951, segundo publicação do Jornal Tribuna apenas 21 alunos concluem, num percentual de 53% dos alunos.

Quadro 9 – Número de turmas a partir de 1945/Evolução de matrículas

ANO	nº turmas	total alunos
1945	1	29
1946	2	61
1947	3	86
1948	4	110
1949	4	109
1950	5	147

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do acervo escolar.

Quadro10 – Comparativo entre matrículas e concluintes do Curso Comercial Básico por ano a partir de 1945

ANO	ENTRADA 1º ano	FORMANDOS 4º ano
1945	29	
1946	37	
1947	41	
1948	38	9
1949	36	15
1950		13
1951		19
1952		12
1953		4
1954		10
1955		15
1956		12
TOTAL		109

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do acervo escolar.

Da análise dos dados pode-se entender que a dinâmica escolar de acesso e repetência eram marcadas por raras aprovações com um número bem elevado de reprovações, além do também alto número de evasão de alunos. Entretanto mesmo assim, com um grande número de evasão e reprovações as matrículas continuavam acontecendo e tiveram crescimento no período analisado. Faltaram dados para uma avaliação mais profunda desses números, mas o parâmetro vem de encontro a nossa fala de que houve a institucionalização da instituição escolar, permitindo que a dinâmica escolar se perpetuasse, infelizmente até mesmo na reprovação.

3.4 Síntese de Vida: alunos, professores, contadores um pouco da escola em cada um e a apropriação da cultura da escola

Os percursos de vida dos alunos e ex-alunos que direta ou indiretamente representam e permitem aprofundar o conhecimento historiográfico sobre a instituição, nos planos global, relacional e integrativo são citados por Magalhães (2004, p. 163), como uma meso abordagem com bases em dimensões e fatores socioculturais e biográficos, que ressaltam o conceito de território educativo.

Com o objetivo de destacar o processo formativo para além da aprendizagem convencional que fornece, principalmente a partir da educação profissional, meios de subsistência e trabalho, pretende-se alinhar papéis onde a cultura da escola e dos seus agentes acabam por atuar intencionalmente ou a partir de apropriações dos discursos, ideias e conhecimento para além do processo formativo meramente intelectual, transformando em ações concretas de formação para a vida social.

Segundo Moita (2000, p. 134), os “percursos de vida” também são “percursos formadores”, isto é, as histórias de vida dos sujeitos são histórias sobre o seu processo formativo; sobre o processo que os levou a ser o que são as escolhas feitas, as contingências, as tensões, os conflitos, as relações pessoais, familiares e sociais, enfim, todo o contexto de vida, seja macro (universal) ou micro (particular), em que o sujeito está inserido e em constante interação contribui de forma direta ou indireta para a sua formação.

A compreensão de processo formativo nesse viés aponta para o fato de que o processo formativo pessoal e/ou profissional não é algo localizado e limitado a uma dada parcela de tempo e espaço, mas um processo contínuo de formação de si mesmo, no qual estão interligados vários fatores. Assinala Moita:

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e sobretudo o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação. (MOITA, 2000, p. 115)

3.4.1 Síntese de Vida: o aluno, professor e contador municipal José Gregório Sousa Filho

No percurso de conhecimento da instituição foram vários os sujeitos que merecem respeito e admiração pelo seu fazer escolar. Retomando as listas de alunos encontrados nas fontes e os dados de formaturas e dispostos nos livros que contam a história dos profissionais curvelanos construímos as histórias de vida de alguns sujeitos. O primeiro que será citado é o Prof. José Gregório de Sousa Filho, que nascido em Curvelo aos 30/06/1916 cursou por 03 anos o seminário em Diamantina e retornando a Curvelo, fez o Curso Ginásial no Lyceu Mineiro.

No ano de 1934 cursou a 1ª série, com 18 anos. Formando-se em 1938, retoma os estudos no educandário em 1949 no Curso Técnico em Contabilidade, da qual em 1951 é o orador na Formatura e para a qual muito contribuiu como professor auxiliar, apesar de aluno, já que sua atuação na área junto a municipalidade fez com que se destacasse junto aos seus colegas. (Jornal Centro de Minas, ano 1951, pag.01)

Na Prefeitura Municipal atuou por 41 anos junto à contabilidade, saindo apenas quando da sua aposentadoria. Além dessa função atuou como jornalista emprestando seus trabalhos aos jornais “Pão de Santo Antônio”, fundado por Monsenhor João Tavares de Souza e “Centro de Minas”, do jornalista Altino Argemiro. Dentro da mesma vertente juntamente com o radialista e empresário Januário Carneiro e outros idealistas foi o introdutor do rádio em Curvelo. Casou-se com Dona Lourdinha e teve 04 filhos, que juntamente com ele abraçaram a Congregação Redentorista como missionários, principalmente por ocasião dos Festejos de São Geraldo, que arrasta romeiros de grande parte do estado e do país (SOUSA, 1993, p. 38-40).

Como professor do Curso Comercial Básico e do Curso Técnico em Contabilidade por 32 anos, atuou com zelo e eficiência as matérias: contabilidade pública, contabilidade industrial, organização e técnicas comerciais, prática de escritório, merceologia e mecanografia. Deixou sua marca registrada como um Homem que teve o “Ideal de Servir” (Título conferido pelo Livro: Imagem Histórica de Curvelo, do Acadêmico Geraldo de Sousa, 1993, p.38).

3.4.2 Síntese de Vida: o aluno e o escritor, André de Carvalho

O Escritor, Jornalista e Editor, André Ferreira de Carvalho, nasceu em Curvelo, aos 11/10/1937, e fez a 1ª série ginasial em 1950 no Ginásio Padre Curvelo e quando complementou o Ginásio em 1954, com apenas 17 anos, fundou e dirigiu o *Jornal Curvelo Notícias* e, posteriormente, a *Revista Anuário de Curvelo*.

Em 1966, mudou-se para Belo Horizonte e cursou Letras, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da UFMG e Didática pela Faculdade de Educação, além de Comunicação pelo *International Exchange Program* nos EUA. Posteriormente graduou-se em psicologia pela FUMEC. Em 1955, publicou seu primeiro livro: “Conte-me uma estória, mamãe!”, para o público infantil. Trabalhou como repórter e colunista em diferentes jornais e revistas como *Alterosa* e *Correio de Minas*. Foi editor do Programa “Alta Tensão” e produtor de fotonovelas para revistas *Isabela* e *Carinho*. Foi diretor de reportagem da *Radio Itatiaia* e *Radio Cultura*, além de redator e cronista de TV e rádio do *Diário de Minas* e *disk-jockey* da rádio *Inconfidência*. Entre 1968 a 1980 foi editor e apresentador do Programa TV *Mulher*.

Também trabalhou como professor de português e literatura infantil e editou suplementos para esse público em vários jornais. É editor da coleção *Pergunte ao José* da Editora *Armazém de Ideias*, que tem título como: *Dourado e Feminismos*. O seu romance *Cuba-Livre* tem tradução para o Espanhol e foi distribuído em 13 países hispânicos. DINIZ, 1975, p. 253, assim o retrata: “é uma das belas expressões da intelectualidade jovem de Curvelo”.

3.4.3 Síntese de Vida: a aluna bolsista, a professora e diretora Cleide Mourthé

Cleide Mourthé, sempre foi protagonista em seus feitos. A professora nasceu em 05/11/1937, em Curvelo, e se encontra hoje com 81 anos. Nas fotos da figura 17, percebe-se a professora em várias ocasiões onde exerceu seu processo formativo e desempenhou a profissão de Professora. A primeira foto foi de sua formatura no Curso Intensivo de Geografia Geral e do Brasil no Instituto de Educação, onde foi a oradora da turma e logrou a autorização para Professora de Geografia no 1º Ciclo.

Figura 16 – Síntese de Vida Profa. Cleide Mourthé

Fonte: Arquivo FACIC

Formou-se no Lyceu Mineiro no Ginásial, em 1954, com outras duas colegas e, logo após, no Curso Técnico em Contabilidade, em 1958, onde foi a única mulher da turma. Em 1963 realizou os exames de suficiência para Professor de Geografia do 1º Ciclo no Instituto de Educação e logrou nota 8,1 recebendo com louvor a autorização para lecionar.

Dando continuidade aos estudos licenciou-se em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, e passou a atuar como professora na E. E. Bolivar de Freitas, por volta de 1963, logrando êxito no concurso para Professor do Estado em 1969, dando continuidade à carreira como professor efetivo. Além da rede pública atuava no Instituto Santo Antônio, Colégio Padre Curvelo e também a partir de 01/06/1977, na Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo- FACIC, como professora (Documentos de nomeação na Pasta Funcional da Servidora).

A FACIC foi inaugurada no ano de 1968, como extensão à Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, permanecendo como extensão da PUC até 1985. Após essa data, a Fundação Educacional de Curvelo – FEC, passa a ser mantenedora da faculdade o que perdurou até 2009, com a Profa. Cleide Mourthé à frente como diretora da instituição no ano seguinte 1986 (Atas da Congregação da Faculdade, Livro 1, p. 40).

A faculdade ainda contava com uma área de influência significativa, abrangendo a Microrregião do Rio das Velhas, com 16 municípios e suas respectivas comunidades. Essa microrregião aporta cerca de 1800 mil pessoas, o que lhe impôs a obrigação de formar docentes qualificados para atender às necessidades educacionais regionais. No campo das atividades Educacionais, desenvolveu programas de melhoria de vida da comunidade e, em alguns aspectos, procurando criar consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

Dentre os programas para melhoria da educação e qualidade de vida, com o crescimento da FACIC e empenho da diretora Cleide Mourthé, houve a criação em 2000 do CPEC – Centro de Pesquisa e Extensão à Comunidade, com objetivo de coordenar, orientar os trabalhos de extensão e a iniciação à pesquisa científica, apoiadas pelo corpo discente e docente, buscando a integração com as comunidades locais e regionais.

Dando continuidade às inovações, a faculdade trouxe a complementação com a plenificação dos Cursos, ou seja, a formação de professores para atuar no Ensino Médio, e a construção da sede própria da instituição com adequações arquitetônicas para acessibilidades, laboratórios para pesquisa e espaço físico para a criação do Centro de Referência e Museu.

A partir da criação do CPEC e da estruturação do novo prédio foi possível a dinamização Centro de Referência “Antônia Cleuza Guimarães” pertencente ao Museu de História Viva da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo - FACIC, e que passou a organizar as fontes históricas sobre a cidade de Curvelo, arrecadando material histórico e um amplo acervo doados pela imprensa e famílias curvelanas, que foram entregues pelo Sr. Maurício Gabriel Diniz, que é a quarta geração do professor e historiador Prof. Antônio Gabriel Diniz e do historiador, Sílvio Gabriel Diniz.

3.4.4 Síntese de Vida: o aluno, o escritor, o historiador Sílvio Gabriel Diniz

Sílvio Gabriel Diniz nasceu em Curvelo no dia 25 de março de 1917 e faleceu, aos setenta anos de idade, na capital do Estado, no dia 04/06/1987. Filho do historiador curvelano Antônio Gabriel Diniz e Babita Moreira Diniz (presente na Figura 13, como professora do Lyceu Mineiro). Estudou as primeiras letras no Grupo Escolar de Curvelo, e em seguida no Ginásio Padre Curvelo. Para continuar os estudos ingressou no Colégio do Caraça, e após foi aluno da Escola Superior de Agronomia de Viçosa, onde se diplomou, em 1940, no curso de Agronomia, profissão que levou a ocupar altos cargos: diretor da Escola Média de Agricultura de Florestal, Secretaria de Agricultura do Governo de Minas Gerais e Companhia Agrícola de Minas Gerais, onde se aposentou no cargo de Chefe de Gabinete da Presidência do órgão.

Segundo Geraldo de Souza (1993, p. 78), “pelo espaço de quatro anos emprestou seus trabalhos à Fundação Nacional dos Índios, na reserva dos índios Maxacalis. Recebeu em 1979 a medalha de Honra da Inconfidência pelo Governo Mineiro. Tornou-se cidadão honorário da Cidade de Pitangui no ano de 1965. Em 1983 recebeu a comenda da Ordem dos Bandeirantes, por Decreto nº 151/83 e em 1982, recebeu a medalha de Mérito Agrônomo, da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos”.

Entretanto, os méritos acadêmicos são os mais marcantes. Como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais ocupou por mais de um mandato (1971-1982) a vice-presidência do órgão. Em seus ideais de vida sempre tentou a elevação cultural da sua terra natal, Curvelo. Sonhava com a instalação de uma academia Curvelana de Letras, que só foi possível após a sua morte, com instalação datada de 23 de setembro de 1988. As finalidades postuladas pelo Silvio:

a) reunião dos valores culturais e literários; b) difusão de obras literárias e monumentos artísticos; c) cultura do vernáculo e da literatura nacional; d) publicação em revista literária; e) incentivo à mocidade estudiosa ao culto da História Local e Geral; f) incentivo e apoio a todo movimento tendente a melhorar a estado cultural e social da região (DINIZ, 1975, 80).

Como jornalista colaborou com a “Gazeta de Paraopeba”, “Curvelo Notícias”, no órgão oficial de Minas Gerais, “Diário de São Paulo” e nas “Revistas UPC”, “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais”, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, “Revista Kriterion”, na “Revista de História da Arte”, “Revista Brasileira de Estudos Políticos”. Dentre as obras impressas cita-se: Pesquisando a História de Pitangui (1965), Capítulos da História de Pitangui (1966), O Gonçalvismo em Pitangui (1969), Anotações ao Curvelo do Padre Corvelo (1970), Curvelo, Meu Curvelo (1975), Dados para a História de Curvelo (1975).

Sobre o trabalho escrito e de pesquisas destacava ele no prefácio de sua obra: “na verdade o nosso trabalho pessoal pouco representa, em respeito ao levantamento da documentação que fundamenta esta obra póstuma”. Só a partir de 1955, começou a atuar mais efetivamente nas pesquisas junto ao Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte e no Museu do Ouro em (Sabará). As pesquisas eram divulgadas nos jornais locais e em revistas, e deixou boa parcela rascunhada, não chegando a sistematizar no formato de livros. (SOUZA, 1993, p. 82).

3.4.5 Síntese de Vida: o aluno, o desportista, o prefeito Paulo Dayrell de Oliveira

Paulo Dayrell de Oliveira, filho de João Evangelista de Oliveira e Ana Benedita Dayrell de Oliveira, nasceu em 22 de agosto de 1936, em Curvelo, e faleceu dia 16/12/2018. Formou-se Contabilista pelo Colégio Padre Curvelo, presidiu o Clube Recreativo Curvelano em duas

gestões. Marcou época com o apito e o cartão vermelho com os quais repreendia os casais mais fogosos na piscina do clube.

Na área da educação, presidiu o MOBREAL e a Fundação Educacional de Curvelo, entidade mantenedora da FACIC. De espírito filantrópico, presidiu também o Rotary Club de Curvelo. Ainda adolescente, entrou para a Sociedade de São Vicente de Paulo, na Conferência São Tarcísio, ao mesmo tempo em que acompanhava o saudoso padre Alberto Vieira de Araújo na associação dos Congregados Marianos.

Na imprensa, militou como colunista, articulista e editorialista de vários jornais e, quando jovem, dirigiu “A Voz Estudantil. Amante da literatura, e ainda ajudou a fundar a Academia Curvelana de Letras e nela ocupou a cadeira cujo patrono é o historiador Sílvio Gabriel Diniz.”. Desportista, fundou e presidiu o hoje extinto Vasquinho Futebol Clube e pertenceu ao Conselho Deliberativo do Curvelo Esporte Clube. Foi prefeito de 01/02/1983 a 31/12/1988 e, depois, de 01/01/1993 a 31/12/1996.

Tomando as histórias de vida acima percebe-se a influência que a formação no Lyceu Mineiro exerceu sobre os alunos que pela instituição passaram. Dos 04 profissionais citados todos desempenharam funções ligadas à formação de outras pessoas tanto do ponto de vista prático, como professores, ou mesmo de forma indireta como escritos sobre a cidade ou pessoas da cidade ou na literatura. Já foi destacado na pesquisa e nos dados apresentados que o público alvo da instituição era de filhos de pais com origem profissional prestigiosas socialmente, indicando que a Escola atendia em maior número uma população com condições de vida financeira privilegiadas.

Haja vista que a grande preocupação da instituição era com publicações nos jornais para angariar novos alunos, então subentende-se que a população que tinha acesso à cultura escrita, a leitura e participação social no município tinha o direcionamento dos olhares dos proprietários ou responsáveis pela instituição. Comparativamente observa-se que as outras 04 escolas existentes na cidade, não detinham espaço nos jornais com publicações mais restritas a ocasiões como formaturas ou datas comemorativas. Também havia o fato de que ser professor era ter uma profissão de prestígio socialmente, destacando-se como presença nos eventos sociais e, no caso do processo formativo, se o mesmo havia estudado na instituição educativa transformava-se em um continuador da educação praticada. Talvez por isso o universo de professores sempre esteve coadunado a ex-alunos.

A cultura da escola se perpetuava com o exemplo daqueles que pela instituição passavam e nas atuações dos sujeitos historiados percebe-se os elogios como “bom cidadão, pioneirismo, capacidade intelectual”, destaque naquilo que faziam ou simplesmente com

valores como, por exemplo, o fato de “serem católicos” etc. Além do mais, com o processo formativo e a própria atuação profissional, como o caso do Sr. Jose Gregório, que exercia o cargo de Contador Municipal junto à prefeitura, não mais a escola demandava profissionais externos, oriundos de outras localidades e também de outras realidades formativas e sociais, permanecendo a cultura já disseminada e incorporada ao habitus da cultura da escola.

É percebido isso também na atuação dos órgãos estudantis e das esferas de ação com propostas que semeariam a realidade da cultura escolar e da preparação para atuação em uma sociedade letrada, organizada, com participação dos cidadãos e que se destacava por ocupar as funções que demandariam para o comércio, política e ou funções públicas. Como próprio dos estudantes vê-se na atuação do Grêmio “Euclides da Cunha”, certo pioneirismo até mesmo no nome escolhido para a agremiação, que traz à tona, um nacionalista, mas também um temperamental. Talvez, o nome esteja atrelado ao fato de que Euclides da Cunha e tornou internacionalmente famoso com a publicação desta obra-prima que lhe valeu vagas para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

3.5 O Grêmio “Euclides da Cunha”

Um dos importantes vínculos que os estudantes do Lyceu Mineiro mantinham era a agremiação que funcionava como uma forma de autonomia e socialização das ideias e dos assuntos que, por vezes, permeavam o ambiente escolar. Tomando-se conhecimento deste “sujeito”, que na verdade tinha uma representação de professores, alunos e da sociedade em geral, tentou-se localizar o livro de atas ou um Livro presença nas reuniões, sem êxito.

Fato é que os representantes que primavam por esse zelo, eram os alunos e discípulos dos historiadores - Antônio Gabriel e Silvio Gabriel, o Sr. Newton Gabriel que já foi destacado no texto devido a sua doação, a partir dos filhos, do material de pesquisa da família para o Museu da FACIC. Como tais livros não constaram das doações percebe-se que provavelmente se perderam ou encontram-se fora de Curvelo. Entretanto, foi possível encontrar junto a documentação doada para o Museu dois jornais: um produzido pelos alunos do quinto ano, de nome “Estudante” e outros dos participantes do grêmio, por nome “A Folha” (JORNAL “A FOLHA”, n. 01, 07/06/1931).

O inspetor de Ensino do Estado de Minas Gerais, Guerino Casasanta publicou em 1939 o livro “Jornais Escolares”, fruto de um inquérito sobre jornais escolares, realizado em Minas Gerais no ano de 1933, quando ocupava o cargo de inspetor de ensino do Estado. Nesse

trabalho, o aluno, sob a supervisão de seus professores, exerceria uma atividade que o prepararia para o futuro, vivenciando situações que levassem a: “preparar o indivíduo a viver numa democracia; tornar o indivíduo guia de si mesmo; ensinar o valor da cooperação; despertar o interesse do educando pela escola; despertar no educando os sentimentos de ordem e de legalidade, etc.” (CASASANTA, 1939, p. 39 e 40).

Assim, no presente estudo, constata-se que os jornais estudantis podem levantar novas questões sobre a cultura escolar não só de uma instituição, mas também podem auxiliar no entendimento das culturas escolares em todo o país. São saberes e fazeres que ocuparam um dado momento histórico, mas que evidenciam que o espaço escolar não é um espaço que está fora de embates (políticos, econômicos, sociais, educacionais e culturais).

Com relação à dinâmica implantada no jornal “A Folha” organizado pelo Grêmio Euclides da Cunha de nº 1, produzido em 07 de junho de 1931, tendo como redatores, o Prof. Francisco Venâncio de Mello, Pedro Veado Filho e a aluna Myrtha Galuppo, destaca-se em seu corpo de notícias: a agenda das reuniões do mês de maio e as comemorações em que estiveram presentes os representantes do Grêmio e as atividades que foram realizadas. As comemorações foram: dia 15 – Comemoração da data de libertação dos escravos com discurso, poesia Navio Negreiro e a Cruz da Estrada apresentadas na forma de declamação. Dia 24 – Discurso sobre a batalha de Tuiuty e declamação da poesia Ingratidão de Raul de Leoni, e a leitura de um trabalho de geografia sobre a Formação das Nações Americanas. Destaca-se que todos os trabalhos são antes apresentados aos alunos no começo da aula de História Universal e amplamente debatidos.

Também foi destacado que os gremistas receberam novas doações de livros, sendo que foi apresentada uma crítica literária de Katucha, a última produção de Benjamin Costallat, salientando-se a facilidade de leitura, os trechos de comoção, a apresentação de figuras de linguagem metáfora no livro e uma definição do enredo e da moralidade que se encontra, delimitando-se que nesse aspecto não é indicado para todos os leitores indistintamente.

Continuando a explanação os gremistas trouxeram uma notícia sobre a narração de um Gol, os ex-diretores do Grêmio e a chegada de um novo professor de física par a Instituição Escolar, além da inauguração do novo pavilhão, destacando-o como moderno. Além disso, reportaram os acontecimentos das outras escolas, como festival em benefício da Caixa escolar pela Escola Normal, a entrega do diploma de curso primário, detalhando quais foram os alunos que participaram com falas no evento e das apresentações com o sarau como término, do Grupo Escolar. Com relação ao Grupo Escolar foi destacado também o aniversário da Diretora, chamada pelos gremistas de competente, e do aplauso que o Monsenhor Rolim ofereceu a todos as participantes durante a missa pela homenagem prestada à professora.

Na primeira página, das 03 existentes no jornal, há um soneto com o subtítulo: “Para o álbum dos colecionadores”; seguida de uma homenagem a Maria, declarada como Padroeira do Brasil, e um preâmbulo com explicação do porquê um novo jornal na cidade, apesar de tantos já existentes, alertando que o cunho é “instruir, ilustrar e formar principalmente a mocidade que é a preciosa reserva do futuro em nossa terra”. E, finalmente, uma pequena notícia reportando que para “A Folha” exclui de suas colunas o tema “política” e justifica “porque nossos ideais são outros e o fim que desejamos alcançar está fora dessas lides perigosas”. Nos assuntos que diretamente afetam o funcionamento do jornal apresentam os gremistas o valor da assinatura, a convocação para uma reunião, e um pequeno recado: “quem não devolver o exemplar será considerado assinante”.

Com relação ao outro jornal dos “quinto anistas” do Lyceu Mineiro, também com o nº 1, datado de 20/08/1933, não contém nenhum dado de responsáveis pela redação das notícias, nem para a impressão do jornal. De início traz um texto explicando o aparecimento do jornal, com frases bem entusiasmadas: “com brado forte de alegria e entusiasmo, soltado no peito de todos os que labutam no quinto ano do Lyceu Mineiro [...] sem o temor das críticas e patuscadas”. E, continuando, exaltam a união da turma, o entusiasmo por fazer o jornal, terminando com os dizeres: “vamos marchando para a frente sempre”. Logo após uma explanação da origem dos hospitais, uma paródia, versos e tirinhas sobre os integrantes da turma e suas demandas urgentes de “corte de cabelo, boca fechada e meias mal cheirosas” .

Com relação ao artigo que recebeu o nome de “Rigor” denota-se um episódio causado por um atraso para a Aula de História do Brasil, do Prof. Cristovão Breiner e relata com ironia questões sobre a aula:

O atraso foi causado por um piscar de olhos. Mas não importa! Muito amolado fiquei porque tive de assistir parte da aula de pé, meio acocorado, olhando pelo buraco da fechadura. A aula versava sobre a descoberta do Brasil. Assim começou: Caros alunos, no ano de 1500, faltando 500 prá dois mil reis (coisa lógica!) o almirante português Pedro Alvares Cabral descobriu o Brasil. Os navios navegavam nas (mas! Que lógico!). Em alto mar só se viam céu e água (logicissimo!...). Todos trajados com vestimentas próprias da época...(É claro: com vestimentas do século XX não podia ser). Não agüentei mais ficar de pé pois estava cansadíssimo. Como a ordem para entrar após a chamada é pagar \$500 ao porteiro, \$500 ao Gremio Euclides da Cunha e \$500 à caixa de estudantes Pobres fundação do benigno Dr. C. Breiner, não pude ir me assentar na carteira...Estava quebrado

Tecendo-se uma comparação entre os dois jornais percebe-se que o Jornal do Grêmio Estudantil traz uma dinâmica mais madura e de escrita menos pejorativa. Ele lembra os jornais da imprensa curvelana com suas notícias e prestação de serviço com anúncios e diálogos entre

alunos e comunidade externa, possivelmente porque há dois professores redatores e que monitoravam os trabalhos. Não obstante, o Jornal “Estudante” do quinto ano do Lyceu Mineiro traz a ironia como experiência de escrita e apesar de citar um artigo de utilidade pública, quando trata da origem dos hospitais, ele carrega o tom de menosprezo pelas características pessoais dos alunos e seus possíveis romances, e dialoga de forma unilateral com o professor, que aparentemente era rigoroso e “havia demonstrado seu rigor para o 5º ano”.

Levando-se em conta que não havia indicações de autores e utilizava-se de nomes fictícios, os envolvidos possivelmente acreditavam que sairiam ilesos. É extraído do texto que todas as regras e o processo de vigília para com a civilidade, têm no anonimato seu esconderijo. Isso porque apesar de conhecerem bem as regras da escola e suas aplicações, apresentaram um comportamento que não seria acolhido como tão correto e que se descoberto poderia impor punições. Prova disso é que, na pesquisa, encontram-se nos assentamentos das pastas dos alunos, documentos como o apontado pela Figura 21, da página seguinte, com o intuito de trabalhar a disciplina que vem destacada em letras garrafais, já no título do documento: “A disciplina é a base do Progresso e da grandeza”. (*sic*).

Notadamente percebe-se no documento a atribuição de notas para o procedimento, aplicação, assiduidade, asseio e estado da saúde. Então, o indicativo de rebeldia dos alunos do 5º ano não comungava com os propósitos formativos e conformativos da instituição escolar. Infere-se que talvez os alunos não estariam tão temerosos das represálias tendo em vista que como eram do 5º ano e estavam no fim da vida escolar junto ao Lyceu e o Jornal datado de agosto de 1933, já no segundo semestre de aulas. Isso se justifica até mesmo com a publicação “Orgulho e Convencimento”(sic) que faz uma referência aos alunos do Liceu que desejam ver pelas costas o atual quinto ano. E chama os assim desejosos de “orgulhosos”.

Por outra vertente, mas considerando as normas, o atraso escolar também tem destaque no episódio com o nome de “Rigor”. Isso porque o relator anônimo deixa claro nas primeiras linhas o motivo pelo qual acompanhou pelo buraco da fechadura: o atraso de poucos minutos. O tratamento do tempo na escola constituía-se conforme Faria Filho e Vidal (2000) quando se referem à pontualidade como delimitação do tempo, já que esse era um requisito importante para a sociedade industrial que se pretendia construir. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Figura 17 – Normas de Proceder

Lyceu Mineiro
- DE -
CURVELO
1933

«A disciplina é a base do
Progresso e da grandiosidade»
LICEU DE MINAS - CURVELO

NORMA DE PROCEDER

Aluno Bruno Lyngaga
da 5ª Série Letras Procedimento 40
Aplicação 40 Assiduidade 100 Assedio 100
Estado de Saúde _____

Observações: _____

LICEU, 30 DE setembro DE 1933

Francisco Melo
CHEFE DE DISCIPLINA

Fonte: Arquivo Lyceu Mineiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho de pesquisa e construção da dissertação tratamos da tecitura de um relatório sobre o ensino comercial, cujo foco é a história de uma instituição educativa denominada, em 1927, de Lyceu Mineiro, tendo seu nome modificado em 1957 para Colégio Padre Curvelo. A instituição educativa atuava nos cursos Secundário, Comercial e Primário, além de realizar cursos preparatórios para o exame de admissão e cursos de datilografia e de mecanografia. Chegamos à conclusão de que a produção da escola se configurou numa época histórica determinada a partir da ação conjunta de sujeitos diversos que atuaram na produção da mesma, na sua institucionalização o que implicou na apropriação não somente da dimensão estrutural, mas nos conceitos de cultura da escola, determinando-a e individualizando-a.

A pesquisa traz à tona, que nas primeiras décadas do regime republicano houve crescimento considerável no Brasil, não somente de uma política educacional para a população agrícola, como aparecem na maioria dos trabalhos de pesquisa, mas também a formação da população urbana ligada ao ensino secundário, ensino industrial e, particularmente na cidade de Curvelo e na escola pesquisada, do ensino comercial. A formatação dessa política educacional se deu em meio a Reformas educacionais e permearam divergências, acertos e manobras políticas, que mesmo sutilmente, já que não compunham o escopo do nosso estudo, tornaram-se perceptíveis no percurso do Lyceu Mineiro a partir das fontes e na imprensa curvelana. Ficou evidenciado a partir do estudo realizado que as políticas educacionais para as Escolas de Comércio se configuram com mais dinamismo a partir do governo Vargas, representando um conjunto de normas cujo objetivo era o de organizar, acompanhar, fiscalizar, advertir ou orientar, caso necessário, a organização escolar, profissional ou secundária, passando não somente pelas Leis Orgânicas do Ensino Comercial, mas com relação também Agrícola, e Industrial, definindo papéis e responsabilidades ao próprio Governo e as instituições e suas demandas.

Esse tempo histórico que se instalava e no qual estavam em descortinamento as mudanças do governo Vargas e, posteriormente, do Estado Novo, trazia convergências civilizatórias e mantenedoras do ordenamento social, passando pelo ideal do catolicismo e da política, que ficaram evidentes não somente na legislação mas também na cultura da escola estudada, em seus documentos e procedimentos. Transformar o povo em cidadão; superar as condições precárias na qual a educação pública se encontrava e, com isso, colocar o Estado em pé de igualdade com outros estados e países ditos civilizados tornava-se meta nos discursos

reformadores e nas intenções e propostas de governabilidade, e foram incorporadas também pelo Lyceu Mineiro, apesar de se tratar de uma instituição particular. Prova disso é que o Regimento Escolar do Lyceu Mineiro, em 1944, colocava a educação como “natural complemento de sua formação moral e intelectual” (Capítulo V do Regimento Escolar).

Assim a escolha da Cidade de Curvelo para a implantação da instituição escolar e a formação para o Comércio, que vem ao encontro a situação demandante, conforme comprovado pela apresentação do município e de suas casas de comércio, o que vem culminar com os anseios dos pais e alunos em ter uma formação próxima de suas casas, numa escola organizada ali para atendê-los, com o nível secundário. Fica claro esse entendimento quando ocorre a mudança do Prof. Erico de Bacellar e Souza, proprietário da instituição escolar, em 1931 e a organiza-se uma Sociedade Lyceu Mineiro Ltda. para dar continuidade à instituição escolar o que resultou na mudança de prédio, mudança de denominação, e investimentos em reformas do prédio e adaptação de espaços e material culminando com o processo de regularização formal do Curso em 1944. Assim a organização da instituição escolar se deu com as iniciativas de um professor externo a trama social e política da cidade em consonância com os mesmos e apoio de professores já atuantes na Educação da cidade e com lugares demarcados em diversas frentes ligadas ou não ao comércio e, segundo eles, atuavam ou buscavam “o progresso”.

O ato autorizativo, inicialmente, não aparecia como condição preliminar para a oferta do Curso, já que havia a possibilidade de trabalhar o ensino comercial em instituições ligadas a Colégio já autorizados, como o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, entretanto ao longo da pesquisa percebe-se que organização legal de diplomas e registros para as funções de guardas livros, técnicos em contabilidade e auxiliares de escritório dependiam dele. Em decorrência da falta de autorização não acontecem formaturas para o Curso Comercial antes do processo legal ser referendado. Isso se deu a partir das novas regulamentações, conforme disposições da Lei 6.144 – Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 28 de dezembro de 1943. Se levarmos em conta que a escola já possuía, desde o início, o Curso de datilografia e mecanografia, e considerarmos o entendimento pela própria Lei Orgânica que haveria uma formação de práticos para atuação na área, concluímos que eram promovidos pela escola de 1927 a 1943 apenas uma formação prática.

Para além da necessidade da formação para o comércio, apresentada pela pesquisa e nos indícios encontrados nas fontes, fica a indagação de que outros processos formativos eram demandados pelo agrupamento de jovens em uma instituição com alta rotatividade de alunos e professores e com uma gestão ligada a comerciários, professores e cidadãos ilustres da sociedade civil curvelana. Infelizmente nem todas as indagações e descobertas originadas a

partir desta pesquisa concluíram-se devido à indisponibilização dos arquivos já com a pesquisa em andamento, mas partimos para as inferências e contextos discursivos que colocaram-nos frente às demandas existentes. Acreditamos, que o grande desejo que permeava a educação no Lyceu Mineiro e que sustentou todas as expectativas para o ato autorizativo e captação de novos alunos e públicos, como por exemplo, a rotatividade de professores é a formação de lideranças para ocupação de cargos públicos, políticos e de disseminação da cultura da escola.

Nessa direção toda a rede de legislações e mudanças implementadas com programas específicos para as instituições escolares comerciais e a legitimação do Curso de Comércio, e suas contradições, ambiguidades e tensões, foram fundamentais para a construção da identidade da escola e das diversas campanhas que promoveram sua reinstitucionalização. Esses fatores levaram um grande número de pessoas a interessar-se pela participação na sociedade, a acompanhar os fatos ou mesmo a realizar-se politicamente a partir das demandas do Ensino Secundário e Comercial que atendia à região e não somente a cidade.

Para além do processo educativo a instituição escolar funcionava como um reduto de discussões políticas republicanas e nos diálogos com os professores e ideais do partido republicano e governo local, modelavam-se novas lideranças. Isso fica evidente nas sínteses de vida de alguns alunos da escola produzidas pelos memorialistas da cidade e segundo as vertentes e olhares daqueles ligados diretamente à instituição, mas que denotam esse lugar que ocupavam.

Ao iniciar este trabalho destacamos algumas questões que são consideradas desafios encontrados pela instituição Escolar e o ensino comercial, dentre elas as permanências e mudanças que deveriam ser destacadas. Com certeza a reinstitucionalização do Lyceu Mineiro, que por diversas vezes muda de nome, espaço físico e manutenção são critérios de mudanças e, bastante significativos, também para permanências. Isso porque se a escola mudava e se reorganizava devia-se aos impactos das novas exigências para autorização dos cursos, manutenção e segurança da instituição e do interesse de gestores e professores, além das cobranças da sociedade civil e da necessidade imposta pelo crescimento no número de alunos. A Sociedade Lyceu Mineiro Ltda. que geriu a escola até 1957, demandava a cada dois anos a captação de novos membros para as diretorias e gestão da sociedade e no começo contava apenas com 06 membros, chegando a possuir 85 cotistas. Isso tem explicação porque talvez a atuação na sociedade fornecia prestígio social e acontecia não somente porque a instituição se consolidava, mas também devido a necessidade da integralização de capital social e cada novo membro, aumentando o dinheiro envolvido na gestão da escola através do pagamento de cotas.

E, lembrando, a cassação da autorização preliminar, em 1932, porque faltavam adequações de materiais de laboratórios, que teve na atuação política a solução do fato inferimos que, apesar do alto nível de exigência e das vigilâncias que ocorriam com a visitas mensais ou até por duas vezes no mês dos inspetores escolares, a escola sobreviveu sem autorização por 17 anos. Mesmo com todas as Atas da Sociedade Lyceu Mineiro Ltda. reportando as dificuldades financeiras, pagamentos atrasados e formas de financiamento, como por exemplo, por empréstimos, a instituição continuava bancando as visitas que seriam feitas mediante depósitos para os Departamentos de Ensino e continuava sua existência, apesar desses atropelos.

Ademais, percebemos que foi expressivo o número de alunos que formavam no curso Normal e de Auxiliar de Comércio que se interessavam no retorno ao seus estudos no Curso de Técnico em Contabilidade, que foi autorizado somente em 1949. Essa ocorrência evidencia o valor que a formação para o comércio representava para a sociedade e como era socialmente positiva a formação nessa instituição escolar. Também é pertinente destacar o número de estudantes que pela instituição passaram e exerceram ou exercem funções de contadores públicos, donos de escritórios e responsáveis pela dinâmica de escrituração e assistência contábil as empresas localizadas na cidade e região.

Além do percurso formativo foi percebida que a dinâmica escolar fazia frente a uma consolidação de valores e referenciais que formavam os cidadãos que exerceriam o poder na localidade. Como por exemplo, cita-se a atuação de ex-alunos que estiveram à frente da política: o conhecido Sr. José Marcos Soares de Souza, primeiro prefeito de Inimutaba que, ao explicar sobre si próprio em um livro publicado, assim especifica “filho de tradicional família mineira, que prima pelo respeito à pátria, à honestidade e à liberdade, criado de acordo com esses princípios”; entre outros que exerceram cargos de prefeitos, vice-prefeitos e deputados: Olavo de Matos, Paulo Dayell, Vice Prefeito Maurício Gabriel Diniz, Deputado Federal Dalton Canabrava, dentre outros.

Também foi intenção desta dissertação: contribuir com as reflexões e produções no campo da história da educação em Minas Gerais, incluindo o tema do Ensino Comercial para a Educação Profissional, levando uma dinâmica de uma instituição escolar como precursora de uma cultura que se perpetua nas cidades e nas pessoas. A Instituição escolar, mesmo diante da vigília e da imposição legal tem particularidades que a levam a criar seu próprio *habitus*, demarcando seus próprios destinos de vida. Portanto, não é por acaso, que ao escolher novos profissionais a instituição escolar optou várias vezes por contar com ex-alunos, que trariam

consigo todo um aprendizado, que longe de ser somente pedagógico, acabava por reproduzir e incorporar aos novatos toda uma articulação para ser ela mesma novamente.

Por tudo isso, consideramos a dissertação não como um trabalho conclusivo, que encerra uma discussão, mas sim como uma porta que se abre ao diálogo, a outras interpretações e, acreditamos, descortina um amplo leque para novas investigações. Dentre algumas das possibilidades, apontamos a temática relativa aos sujeitos diretores e os alunos, que apareceram em números ou por citação, mas ainda não foi possível um aprofundamento significativo. Muito há para se conhecer sobre os sujeitos. Enfim, os leitores perceberão que a dissertação está aberta a novos olhares, novas leituras e a novos e muitos questionamentos, principalmente no que diz respeito à acessibilidade de fontes e heurística de documentos, o que infelizmente fomos impedidos de fazer.

Alia-se a isso, a escassez de informações históricas sobre a produção escrita e oral de alunos e dos próprios professores, que se associam e são decorrentes de uma política que não atua em esclarecer sobre a conservação, preservação e organização documental, ficando os documentos/fontes sobre o livre arbítrio dos agentes responsáveis que não dispõem nem de conhecimento, e por vezes, demandam pormenores como, por exemplo, espaço físico para acomodação e disposição de arquivos.

A despeito de todas as dificuldades, foi possível produzir a história do Lyceu Mineiro (1927) e do Colégio Padre Curvelo (1957), com as poucas fontes que foram acessadas. Em síntese, a constatação de que a instituição pesquisada tinha uma proposta de ensino que atrelava a formação do profissional do comércio com a formação ou conformação do sujeito social morador da cidade de Curvelo, culminou com a ideia de Magalhães sobre as instituições educativas e sua apropriação pelos sujeitos. Foi um ponto importante de se observar, o interesse da escola em manter práticas que demarcavam seu lugar social, com a divulgação dos rituais de ingresso, de avaliação dos alunos, formaturas, dentre outros. Também como forma de perpetuação da instituição exibiam em tablados com fotos, os ex-alunos e professores, que marcaram suas passagens por aquele lugar formativo. Não ficamos sabendo ao certo se todos os alunos eram incluídos no tablados mas foram significativos para algumas de nossas indagações sobre as demandas de concluintes, por exemplo.

Concluindo analisamos a importância desse estudo para a História da educação e a historiografia das instituições escolares e atentamos para o quanto o conhecimento histórico da instituição educativa revelou que a associação do ato de educar está “profundamente marcado pela sua inscrição na conjuntura histórica local”, atrelando-se ao desenvolvimento da cidade e

da formação dos sujeitos que permeiam a atividade educativa, e constroem a memória e a unicidade da cultura escolar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Padre Alberto Vieira de. *Curvelo do padre Curvelo: Notas Históricas*. Belo Horizonte, Editado pela Imprensa Nacional, 1970. P. 290

BRASIL. *Decreto-Lei 141*, de 28 de dezembro de 1943. Lei orgânica do ensino comercial. Diário Oficial do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 31 dez. 1943.

BRASIL. *Relatório apresentado ao Exmo. Chefe do Governo Provisório*, Sr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Washington Pereira Pires, em 1932. Rio de Janeiro/RJ (Capital Federal): Imprensa Nacional, 1932. 111p. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/presidential>. Acesso em: 15 out 2017.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 397-411, 2011.

BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação profissional no século XIX - curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. *Boletim Técnico do Senac*. Volume 26 - Número 3 - Setembro/Dezembro 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/33221826/Educa%C3%A7%C3%A3o_profissional_no_s%C3%A9culo_XIX_-_curso_Comercial_do_Liceu_de_Artes_e_Of%C3%ADcios_um_estudo_de_caso?auto=download

CARVALHO, Manuel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília/DF, v.44, n.99, p. 72-98, jul/set. 1965.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos da lei orgânica do ensino secundário. Fonte: Exposição de Motivos nº 19, de 1 de abril de 1942. *FGV/CPDOC*, Arquivo Gustavo Capanema, GgC 36.03.24 (IX), acessado em 27/8/2018

CASASANTA, Guerino. *Jornais escolares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 32, 1939.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes – mercadores das minas setecentistas*, São Paulo: Editora Annablume, 1999.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, 2, 191. 1990

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Política da Gleba: As classes conservadoras mineiras; discurso e prática na primeira república*. (Tese de Doutorado, História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERREIRA, Solange Carneiro Molinaro. *Texto e contexto das leis orgânicas dos ensinos industrial, comercial e agrícola. 1942-1946*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1980. Dissertação de Mestrado, FGV/RJ.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes. 1972.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25ª Ed. São Paulo: Nacional, 1995.

FURTADO, Junia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GARCEZ, Benedito Novaes. *Mackenzie*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002. p. 3-24

GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz, FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 100.

GOODWIN Jr., James William. Postes fincados, bichos soltos: representações do espaço urbano na imprensa local. Diamantina e Juiz de Fora, 1880-1914. IN: XV Encontro Regional de História. *Anais Eletrônicos. ANPUH-MG / UFSJ*, São João Del-Rei, 10 a 15 de julho de 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005,

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Território Plural – A pesquisa em história da educação*. São Paulo: Atica, 2010.

LUDICIBUS, Sérgio de; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil, Lei nº 1083 de 22 de agosto de 1860, in: *Revista Contabilidade & Finanças*, FIECAFI-FEA/USP, ano XII, nº 29, maio-agosto/2002, p. 7-25.

MAGALHÃES, Justino. Educação e república. In.: *Educação e República*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do C. 2010, p. 68.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Braga: Editora universitária São Francisco, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873 a 1934)*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da FFCLH-USP. São Paulo, 1992.

MOTOYAMA, Shozo. *Escola politécnica: 110 anos construindo o futuro*. São Paulo: EPUSP, 2004.

NOSELLA, Paolo/Ester Buffa. *ScholaMater: a antiga escola normal de São Carlos*. EDUFSCAR, 1996.

NÓVOA, Antônio. *As organizações escolares em análise*. Lisboa. Publicações D. Quixote, 1992.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagem*. São Paulo. Editora Autêntica. 2002.

Patto, M. Estado, ciência e política na primeira república: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, v.13, n.35, 167-198. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9468>. Acesso em: 15 out 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; SILVA, Glauco Peres da; CHIROTTO, Amanda Russo. *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*. Revista de Contabilidade e Finanças, Edição 30 anos de Doutorado. São Paulo: junho de 2007.

PEREIRA, Fábio Vasconcelos Lima. *Escola complementar do comércio de Sete Lagoas (1926 a 1943): a invenção de uma cultura escolar para a formação do trabalhador*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: CEFET/MG, Brasil, 2014.

PEREIRA, Fábio Vasconcelos Lima. *A criação da escola complementar do comércio de Sete Lagoas: uma instituição educativa criada para a formação do trabalhador do comércio*. Belo Horizonte. CEFET-MG, 2014.

RICARDINO, Álvaro. *A metafísica da contabilidade comercial e a história das aulas de comércio*. Trabalho apresentado no 1º Seminário USP de Contabilidade, realizado nos dias 01 e 02 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.fucape.br/_admin/upload/centro_pesquisa/2001-45metafisica.pdf. Acesso em: jan. 2018.

SÁ, Antônio Lopes de. *História geral da contabilidade no Brasil*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SAES, Flávio A. M. de; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. *Revista Álvares Penteado*, v. 3, nº 6. São Paulo: junho de 2001.

SOARES, Juvenal Pereira. *Síntese histórica de Curvelo*. Editado pela Prefeitura Municipal de Curvelo, 1988.

SOUZA, Geraldo de. *Imagem histórica de Curvelo*. Editado pela Prefeitura Municipal de Curvelo, 1993.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: CEFET/MG, Brasil, 2010.

FONTES DOCUMENTAIS

IBGE, Séries estatísticas retrospectivas – Fundação brasileira de geografia e estatística – Rio de Janeiro, 1986, 3v. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em nov. 2018.

JORNAL A TRIBUNA. Notícia da formatura do curso técnico em contabilidade. Curvelo, 16/12/1951.

JORNAL CENTRO DE MINAS. Notícia da formatura dos 5º anistas do Lyceu Mineiro dia 08/12/1933. Curvelo, 03/12/1933.

JORNAL CENTRO DE MINAS. Notícia da cassação da inspeção preliminar do Lyceu Mineiro. Curvelo, 29/05/1932.

JORNAL CENTRO DE MINAS. Notícia da retomada do funcionamento do Lyceu Mineiro. Curvelo, 24/07/1932.

JORNAL O CURVELLO. Notícia da visita de Erico de Bacellar em Curvelo. Curvelo, 02/10/1927.

JORNAL VOZ DO POVO. Notícia do contrato de locação do prédio onde funcionaria o Lyceu Mineiro. Curvelo, 18/12/1927.

JORNAL VOZ DO POVO. Notícia sobre a adaptação do prédio para receber matrículas de alunas do sexo feminino no Lyceu Mineiro. Curvelo, 06/05/1928.

Jornal do Comércio. Desempenho de Curvelo em números. Curvelo, 04/04/1937, pag. 1.

LYCEU MINEIRO. Livro de matrículas. 1938-1948. Curvelo: Acervo Colégio Padre Curvelo.

LYCEU MINEIRO. Mapas semestrais de frequência. 1933-1934. Curvelo: Acervo do Colégio Padre Curvelo.

LYCEU MINEIRO. Termos de inspeção administrativa e técnica. 1927-1944. (Acervo do Colégio Padre Curvelo)

LYCEU MINEIRO. Atas da congregação da Sociedade Lyceu Mineiro Ltda. 1927-1957. (Acervo do Colégio Padre Curvelo)

REVISTA NOSSA TERRA. Propaganda com a foto do Prédio onde se instalara o Lyceu Mineiro. Curvelo, 18/12/1927.

ANEXOS

A FOLHA

PELAS LETRAS E PELAS ARTES

Gerente—CELSO GONZAGA

REDACTORES—Francisco Venancio de Mello—Pedro Veado Filho—Myrtila Galuppo

Organ do GREMIO EUCLYDES DA CUNHA do Lyceu Mineiro

ANNO I
CURVELLO (Minas Geraes)—DOMINGO, 7 DE JUNHO DE 1931
NUM. 1

"A FOLHA"

III

Um novo jornal a surgir n'uma terra, como a nossa, onde os jornaes nasceram as dezenas por anno, talvez não seja novidade que chame a curiosidade de muitos.

Vemol-o apparecer com a mesma indifferença, com que lhes assistimos a morte.

Muitos nem alcançam si quer deixar rasto de sua passagem pelo terra, semem-se como si não tivessem um destino a cumprir.

E' que em sua maioria, não conseguem elles tornarse verdadeiramente os organs do povo, os porta-vozes de suas aspirações e tendencias, conquistando deste modo o indifferentismo, quando não a hostilidade, do publico que têm. Não pretendemos nós ter a ousadia de affirmar que preencheremos, as condições de um periodico a altura de satisfazer todos os desejos da multidão.

Mas o que podemos desde agora, declarar bem alto é a grande vontade que alimentamos de acertar o mais e errar o menos possivel na carreira que encetamos.

Bem sabemos que não é ella feita só de rosas.

O mar, por onde nos arro-

jamos nem sempre será bonança.

Depois a mocidade tem seus sonhos arrojados que precisam sor de vez em quando, moderados pela prudencia reflectida.

Esta confissão constitue no entanto, prova evidente de que levamos no nosso frontame a melhor das intenções.

O programma, que nos traçamos abrange em suas linhas geraes, tudo quanto possa instruir, illustrar e formar, principalmente a mocidade que é a reserva do futuro de nossa terra.

Para isso a prudencia será nossa guia e viajaremos sem paixões: não atacar, nem bacular.

Nem iconoclastas, nem incusadores; apenas obreiros do nosso ideal.

O caminho a trilhar esta traçado, só nos resta iniciar a marcha com a alma cheia de coragem, entusiasmo e boa vontade.

Oxalá não falte Deus com as suas luzes, nem o publico com o applauso e benevolencia que serão as duas condições essenciaes do nosso triumpho.

progresso da nossa terra. Todos ellas serão recebidas com o nosso mais franco applauso, de qualquer parte que procedam.

Seremos apoiadores incondicionaes de tudo aquillo que vier em proveito do povo e em favor do engrandecimento do Municipio. *Partido* porém, é que «Folha» não tem, nem deseja ter.

Para o album dos Collecconadores

SONETOS CELEBRES

O Pintasilgo

Alegre pintasilgo, flor vivente
 Não eutes, lisonjeia um desgraçado
 Suave fonte-zinha, alma do prado,
 Não corras, acompaña um descontente.

Se ahí nesse raminho, docemente
 Cantando, zombas do meu triste fado
 Se aqui, entre essas penhas sem cuidado
 Murmuras rindo do que choro auzente;

Tem lastima de mim e em breve espaço —
 Voa, corre a saber de um bem que adoro,
 Sem que os louges te sirvam d'embaraço.

Para o que, doce Orpheo, cristal sono,
 Voa tu com as penas que aqui passo.
 Corre tu com as lagrimas que choro.

Maria - Madrinha dos Brasileiros

Por um decreto especial o Papa Pio XI, desde 16 de julho de 1930, declarára a santissima Virgem a Padroeira especial da Nação Brasileira, sob o titulo de Nossa Senhora da Aparecida. A transladação da gloriosa Imagem de S. Paulo para a capital da Republica, centro e foco do pensamento nacional. Esta tocante prova de fidelidade dos brasileiros para com a Mãe de Deus tem significação mui particular, quando se procura introduzir nas leis que regerão nossos destinos o nome d'Aquelle que é o Senhor das Nações e o Deus dos Exercitos.

Nascido e criado á sombra da Cruz, sempre que uma idéa sobre o agitar, terá o Brasil que voltar seus olhos para o symbolo augusto que lhe dou o nome.

Maria, constituida Patrona da nossa Patria pela voz anetorizada de Pio XI, o Pontifice da Paz, representa para nós a doce esperança de dias melhores para a Nação, que tanto necessita de tranquillidade para constuir seu futuro, que só será forte si tiver suas bases apoiadas nos baluartes invenciveis da Religião.

Rejubilemo-nos portanto, com esse auspicio acontecimento.

"A FOLHA" E A POLITICA

Nos estatos que regem a vida do nosso jornal ha um artigo que exclue de suas columnas a politica porque nossos ideaes são outros e o fim que desejamos alcançar está fóra dessas lides perigosas.

Isso não significa, no entanto, que ficaremos indifferentes ás manifestações de

GREMIO EUCLYDES DA CUNHA

(ANNEXO AO LYCEU MINEIRO)

ESTA SESSÃO É CONSAGRADA EXCLUSIVAMENTE À VIDA E AO DESENVOLVIMENTO DO GREMIO

REUNIÕES DO MÊS DE MAIO

Dia 15 — Cammemorando a data da Libertação dos Escravos. Falaram: Leolino de Mattos (4.º anno) discurso sobre a festa do dia.

Myrtha Galuppo (2.º anno commercial) declamou um trecho do «Navio Negreiro» de C. Alves.

Brenno Gonzaga—recitou a poesia «A Cruz da Estrada» do mesmo auctor.

Foi apresentado o projecto da criação do jornal do Gremio. Tomaram a palavra para opinar: Dr. Juvenal Gonzaga e o alumno Luiz Vianna. Os Professores Celso Gonzaga e José Raymundo apresentam emenda. Foi votado o projecto primitivo por unanimidade, ficando assim creada a «A Folha do Sertão».

Dia 24—Batalha de Tuiuty. Discursou sobre a data o alumno Pedro Veado Filho. Elza Vianna Diniz declamou «Ingratidão» de Raul de Leoni.

Felicissimo Vianna — leu um trabalho de Geographia: «Formação das Nações Americanas».

Todos os trabalhos feitos em sessão são submettidos á apreciação dos alumnos, no começo da aula de Historia Universal de 2.ª feira, durante 10 minutos.

Os alumnos tem completa

liberdade de expor sua opinião e defendel-a, tendo, desse modo, sempre desperto seu interesse pelas materias e questões ventiladas.

NOVOS LIVROS

Têm o bibliothecario recebido numerosos livros de presente para a Bibliotheca do Gremio. Nas duas ultimas semanas, foram as seguintes as offertas:

Srs.

João Pereira Diniz, "Poemas" de Bilac.—José da Cruz Fernandes, "Inverno em Flor" de C. Netto—Francisco M. Ferreira, "O Paraiso Moscovita"—Newton G. Diniz, "A mentirosa dos olhos verdes" Juquita Dunga, "O Conflito dos Seculos"—José Bonifacio, "Depois..."—Alcides R. Leite o Octavio, "No fim do caminho"—Edmundo Boaventura, "A Patria Brasileira"—Francisco V. de Mello, "A Cidade Encantada e Introdução do Estudo da Escola Nova"—Arnaldo Machado, "Borrões de verde e amarello e Anuario Demographico de Minas"

Nossa colleção de livros cresce dia a dia, levando-nos a confiar que, não muito tarde, disporemos de aprazivel sessão de leituras.

Aos generosos doadores aqui deixamos nossos profundos agradecimentos.

querda. Os adversarios correm furiosos a rebatel-a. Á porta da barra, diversos jogadores quasi amontoados, esperandó com ansiedade uma escapada.

O guardião, quasi agachado, balancia o corpo, conforme os movimento da pelota, olha magneticamente para ella, que cada vez mais se approxima. O extremo dá um bello passo ao centro. Suspiros, exclamações protestos são ouvidos das

archibancadas. Ha um verdadeiro combate na porta do rectangulo.

De pé em pé, a bola vac e vem... os jogadores cegam-se. Ha uma vaga, e com ganancia um tiro aninha nas redes a pelota. Rapidamente a arqueiro descahe... mas descahe em vão... GOALL...

O juiz seguidas vezes apita denunciando o ponto. E' indescriptivel a agitação dos torcedores. Atiram ao archapés, jornaes, bengalas e tudo o que estiver em suas mãos, até os mesmos braços si estes pudessem ser deslocados.

De novo, retomam os jogadores garbosos os seus logares, pensando em outro tento...

"KATUCHA"

— Critica Litteraria —

Katucha, a ultima producção de Benjamin Costallat, é livro que se lê de uma assentada, sem haver necessidade de interrompel-o si quer para um cigarro, porque o assumpto prende irresistivel e escravizadora-mente. Seu enredo é a vida commum, nos seus aspectos mais simples uma historia que acontece todos os dias. O que o torna admiravel e original é o modo fascinador porque o autor conseguiu enfaixar nas suas 200 paginas, a chronica leve de uma alma feminina ainda mais leve.

A vida de uma mulher que tinha a alma de palmeira.

O livro porém pertence ao numero d'aquelles que se lêem uma só vez.

Aliás é esse hoje, o genero mais explorado da litteratura. O portuguez é corrente sem artificios pesados de grammatica, embora entremeado de alguns francezimos.

Perpassa por todo o volume uma ligeira philosophia pessimista-o que se justifica

plenamente pelo assumpto.

Ha bellos trechos. Por exemplo a commoção de Katucha ao presenciar uma criança que se amamenta (pagina 129). A alegria da boneca de porcellana que possuia lagrimas femininas, etc... A descripção do carnaval é original e suggestiva. A passagem das palmeiras (pagina 140) tambem merece destaque.

A metaphora mais linda do livro é aquella do começo do capitulo 25:

«Um dia de sol entrou pelo quarto a dentro» Os capitulos mais tristes são o vigesimo oitavo e trigesimo primeiro.

No ponto de moralidade, o enredo mesmo da historia não se recommenda para todos os leitores indistinctamente. E' preciso, porém, fazer justiça ao autor e confessar que elle soube tratar a materia com a maior delicadeza que se podia imaginar. E' um lindo romance.

D. O. R.

Durante sua vida de trabalho já teve nosso Gremio duas directorias—cada uma dellas se esforcando o mais possivel pela sua pujança e vigor.

A primeira directoria, tendo á sua frente o enthusiasmo moço do prof. João Gabriel Ribeiro—formou o periodo de construcção—foi o inicio—.

Estamos na segunda etapa; a nova directoria—chefiada pelo prof. Antonio Gabriel Diniz, empossada ha poucas semanas, —forma o periodo do progresso.—E' uma esperança que desabrocha... uma promessa azul que se realisa...

Sob a sua batuta, temos a confiança firme de que haveremos de conseguir o maximo possivel.

IMPRESSOS?

na TYP. FRUCTUOSO

COLLABORAÇÃO DOS GREMISTAS

Goal!...

(De Bento de Mello-Pirapora-ex - alumno do 2.º anno. Aula de Portuguez do Prof. F.V.M.)

Sensação geral. Ovações intensas. Gritos quasi loucos... Momentos agitados se desenrolam na hora em que a bola se approxima da meta, aos pés do extrema es-

" A FOLHA "

Expediente

ASSIGNATURA

Anno 6\$000
Semestre 4\$000
Numero avulso \$100

Pagamento adiantado
Todos os negocios deste jornal, devem ser tratados com o gerente—Prof. Colso Gonzaga—no Lyceu Mineiro rua João Pessoa. A correspondencia é á caixa postal n. 38—Curvello.

«A Folha» encontra-se á venda na Agencia de Jornaes e Revistas.

Dr. José Pereira Ribeiro

Acha-se o corpo docente do Lyceu Mineiro enriquecido com mais um elemento de valor na pessoa do Dr. Pereira Ribeiro, que desde sexta feira ultima, occupa a cadeira de Physica do nosso Gymnasio. É um ganho de causa para o nosso quadro de professores, porquanto o Dr. Ribeiro se revelou logo ao primeiro contacto com os alumnos, um espirito de escol, servido por vasta e udição epatica do professorado sendo além de mais, um perfeito cavalheiro nas maneiras.

Está de parabens o Lyceu. Ao Dr. Pereira Ribeiro nossos cumprimentos, desejando que tenha de nós a mesma impressão que de S. S. temos.

Mais um pavilhão que se inaugura no Lyceu

Na noite de 30 de maio houve a inauguração do novo pavilhão do Gymnasio, recentemente construido e que se destina a dormitório e satisfaz todas as exigencias da Methodologia Moderna.

Alli acorreram os mais destacados elementos da sociedade curvellana, correndo a festa na mais animada e cordial alegria, havendo o

Dr. João Lima Guimarães e o alumno Luiz França Viana saudado a assistencia.

O baile prolongou-se até ás primeiras horas da manhã, sahindo todos optimamente impressionados. O novo compartimento tem sido visitado por numerosas pessoas.

Pelas Escolas...

ESCOLA NORMAL

Realizou-se a 13 de maio p. lido festival em beneficio da caixa escolar do estabelecimento, havendo a grande concorrência que esperava, dado o fim a que era destinado.

Iniciando a sessão, o director, Dr. Gastão Coimbra

Convocação

Fiquem todos os alumnos do Lyceu Mineiro convocados para uma reunião, na sala de aulas do 3.º anno, segunda-feira proxima, oito de junho, ás 3 e meia horas da tarde, afim de tratarem de assumpto de grande interesse.

entregou o diploma do curso primario a animador grupo de meninos. Falou o pequeno Edgar Machado com simplicidade infantil. A menor Maria Vicente leu o interessante jornal «Manuscrito». Sobre a data discorreu com grande intelligencia e propriedade de termos a Senhorinha Maria Auxiliadora Mascarenhas. Depois, um espectáculo de gymnastica. A noite, animado sarão fdansante chamou e attrahiu aos salões da Escola o escol da nossa sociedade. Merecerem francos elogios as organizadoras dos festejos.

GRUPO ESCOLAR

Com o o fim de commemorar o natalicio de sua digna e competente Directora, D. Zoé Pimenta, as Professoras e os alumnos do Grupo da cidade levaram a effeito uma tocante cerimonia, no

dia 21 do mês findo. Consta-tou ella de Missa solemne, celebrada por Monsenhor Xavier Rolim, após a qual foi a annivrsariante saudada pela talentosa professora Maria José Diniz Rezende e a intelligente alumna Lourdes da Fonseca, recebendo por essa occasião varios e preciosos mimos.

Monsenhor Xavier Rolim, com sua palavra applaudiu as homenagens que a D. Zoé prestavam suas auxiliares e alumnos.

As dependencias do edificio estavam repletas de convidados. Nada deixaram a desejar a ordem e a disciplina dos meninos.

A parte musical foi magnifica de arte e execução.

—A's Professoras do Grupo os nossos rasgados applausos.

lialio Diniz, socia do nosso Gremio e talentosa Professora no Lyceu Mineiro, onde sabe desenvolver em favor das crianças sua grande intelligencia aliada a uma dedicação e zelo admiraveis.

Parabens.

Corre, a 9 do vigente, o natalicio da Senhorinha Eitelvina de S. Bruno, esforçada e competente professora da Escola Normal do Orphanato.

A' prendada jovem os nossos *emboras*.

Passa, a 9 deste, o natalicio do Sr. Joaquim Goulart Machado, socio de destaque da afamada firma Goulart Machado & Cia. do Rio, fabricante do conhecidissimo Elixir de Inhamé e inventor da Escarradeira Hygá.

Ao distincto moço que é uma das glorias da Pharmacopéa brasileira, nossos cumprimentos.

GENTE NOVA

Acha-se enriquecido com mais um lindo e vivo pimpolho, o lar do Dr. Everaldo Fairbanks, acatado clinico de nossa cidade e um dos elementos do destaque do meio social. O pequeno receberá o nome de seu illustre avô; chamar-se-á Sergio Antonio.

Ao Dr. Everaldo e a sua digna consorte nossos parabens.

Rectificação

Depois de impressa a quarta pagina, notou-se um «cochilo» cuja emenda vai aqui: Noticia da sessão de 25 de maio no Gremio—diz-se que ficou criada a «Folha do Sertão» — quando deveria estar simplesmente criada «A FOLHA».

SERÁ considerado assignante todo aquelle que não devolver á Redacção este primeiro numero.

Imps. só na Typ. Fructuoso

«Folha» Social

ANNIVERSARIOS

Mons. Messias de Senna Sete Lagoas estará de festas, no dia 11 deste, para celebrar a passagem do anniversario natalicio de seu vigario — Monsenhor Messias de Senna Baptista, fundador e director do Gymnasio D. Silverio Monsenhor Messias é um dos benemeritos do ensino em Minas Geraes. Alma de apostolo, sabe levar a Cruz numa das mãos e o livro na outra. Nós, que temos a felicidade de manter com elle estreitas relações de amizade e admiração, desde já lhe enviamos nosso respeitoso abraço de cumprimentos.

Dia 2 deste fechou-se mais um anno de existencia da Senhorinha Esmeralda Eu-

ESTUDANTES

Ingrata e Amada Nota

PARODIA POR O. G.

Nota minha, gentil que te partisse
Tão cedo do bolso não contente,
Raposa do outro bolso (ô bom patente!)
E viru eu cá na "brise" sempre triste.

Si há nesse outro bolso onde estabas,
Mentoria de um bolso se consente,
Nô se esqueças daquele bolso quente,
Que quando nele estavas "furo e vietas".

E ai vira que pôde merecer-te
O convite deste miú te amon,
E que a dor tanto chora te perderte,
Hoque-te a Deus que a sua pena te fizeu.

Que far cêdo de lá forra a trazer-te,
Quê cêdo ele, e seu bolso, te troubo.



Nota que vai acêci tua
Fazer lá que ver tá,
Fica sempre no teu vira,
Lembra-se só esta.

Ficou sem ela e sem beta,
Mas que fôlo, um si casar
Dizem sempre em fangite
E na cada celebrat.

Môça que guarda a seu lado
Nô carria uma cadêta
Pôde, ficado eu bandida,
Per maldade ou bondade.

—Como consentisse que
o professor de inglês
to brei asse?
—Manda, por Deus!
—Quera que com tras R-
cos-seu sobressa háda
baitonlomonu para o
reppendi?

Entre Catis...

—Falo arca que tu sira-
to parca-me que trou-
xio um bom quito.
—Vô, está comprin-
do bordo, amigo, pois
nô posso de uma das
metas do Jerônimo Fe-
rreira.

—A bondade atrai, a
maldade atrasta, equiva-
lência extrema, está, pte,
risando, alguma.

—Antigamente, a bô-
fava para o Jorge hoje
em dia, hoje, sem tro-
vejar.

—Quem ri por último
ri melhor. Serê que a
risada seja mais gosto-
sosa?

—Oio que ladra não
morde nem espanta.

—José Viana vai ao bar-
beiro. Chega a sua vez,
seita... O Sargio lhe per-
gunta: "Como quer que
lhe lambi si não tem
barba?" "Educo", res-
ponde o Juguinha, "con-
tecoêdo enquanto la-
so a barba cresceo."

Estudante

Journal do quinto ano do
"Liceu Mineiro"

ANO 7 | Curitiba, 20 de Agosto de 1933 | NÚMERO 1

Nosso Apareci-
mento

Com um brado forte
de alegria e entusiasmo,
mo, solido do peito de
todos os que labtam
no quinto ano do Li-
ceu Mineiro, sem o
tomar das críticas e
patiscadas, lançamos
hoje de porta ar porta
o primeiro numero do
"Estudante". Sonho
acalentado desde os
os dias primeiros do
colégio, esperança e
diversão de um grupo
jovem e entusiasmado,
vros da tão comum
presença de "jorna-
listas", mas integrados
na realidade de "es-
ta", radicadores de li-
tos, radicadores de li-
mos, desde já, certe-
za da victoria final. Co-
meçamos a ouvir hoje
o loquo de clarini. As
troubadas fertram o ar,
corramdo-o em todos
os sentidos e existi-
ando a todos os ouvi-
dos: é a unção que nos
chama: é o trabalho
que nos une; é o entu-
siasmo, que nos fuzil-
Siguamos, pois! Que ne-
numa se desfleza ago-
ra que o esforço e a
coragem se impõem
como fator do triunfo
Que todos os travos se
levantem apressados e
prestativos para imp-
dir a demolição do edi-
fício principia!o! E
fidei principia!o!
com essa esperança,
com a coragem de
hom establi-mento e ar-
xilio, vamos marchan-
do para a frente, para
a frente sempre!

Origem dos Hos-
pitais

A palavra hospital,
segundo alguns histo-
riadores nasceu nos
primeiros tempos do
cristianismo, empe-
gando-se para desi-
gnar os sítios em que
se cuidavam dos visjan-
tes estrangeiros. Os
gregos e romanos, os
antigos egípcios, tinham
medicos elarados, que
zelavam os doentes
nos templos consagra-
dos aos deuses da Me-
ditelna. Os romanos
possuam dispensarios
especialmente habilita-
dos para cuidar dos
escravos e soldados
enfrentes, que rece-
biam o nome de "Va-
lentinianas". No se-
culo quinto, depois de
Orelto, foi aberto em
Roma o primeiro hos-
pital no verdadeiro
sentido da palavra,
por uma xira de do-
me Fabiola. Mais tar-
de instituiu-se em Da-
masco o primeiro hospi-
tal árabe. No tempo
dos Absalid, não se
contaram menos de
dezesseis no território
árabe. O primeiro hos-
pital francês foi o Xe-
nodochium, que significa
"casu para estrangei-
ros". O mais antigo
dos existentes é o
"Hotel Dieu"; segundo
a tradição a sua fun-
dação deve attribuir-se
a St. Landri, bispo de
Paris. As peregrina-
ções favoreciam muito
o desenvolvimento
dos hospitais. O primei-
ro do Brasil foi a San-
ta Casa de Misericor-
dia do Rio de Janeiro
Cout. na 2ª pagina

ESTUDANTE

ORIGEM DOS HOS-PIYTAES

Continuação da lista fundada por D. João VI, e teve como primeiro medico o Visconde de Itabarat.

Jaké

Conselhos

Aconselho ao 'Edmundo a não mostrar a realidade (seu porro, quando houver demonstrações sujas: ao Enos deixar de fazer questões, porque se arisca a ir para o quadro; ao Branco, deixar de ser rabão nas aulas; ao Paulo, não andar remando o Orfanato em horas mortas; ao Gabriel, não pertubar as aulas do segundo anno com namoros; ao Valadarez, não dar muitas nas pistras; ao Pedro, não fazer o Ministério; ao Cristiano da turma; ao Monte, não ir abri-lhe a exageradamente a quem, porque tive de saber, além de não saber, não mandar euipar as grutas do Morro para o Agnelo, não quebrar novamente a clarificadora; ao Epitânio, comparecer com carga de selo para amansar seu bravo chamado numero um; ao Fonso, não querendo dizer as coisas da 'meu Velho'; ao Pedro, meter-me em assuntos que não são da minha casa com o fofa-

Perfilando

Honesto e trabalhador, é o que era descrevero Homem da religião e da vingança, pois ha pouco demonstrou e com os quilimanistas Graude apredador da arte lifica e inevitavel leitor do ano com namoros; ao Valadarez, não dar muitas nas pistras; ao Pedro, não fazer o Ministério; ao Cristiano da turma; ao Monte, não ir abri-lhe a exageradamente a quem, porque tive de saber, além de não saber, não mandar euipar as grutas do Morro para o Agnelo, não quebrar novamente a clarificadora; ao Epitânio, comparecer com carga de selo para amansar seu bravo chamado numero um; ao Fonso, não querendo dizer as coisas da 'meu Velho'; ao Pedro, meter-me em assuntos que não são da minha casa com o fofa-

ESTUDANTE

O RIGOR AGIMA DE TUDO...

Um segundo atrezo do e perdi uma importante aula de Historia do Brasil, dada pelo professor da cafeteria Dr. Cristiano Breiner. O atrezo foi causado por um 'piscar de olhos'. Me... não importei muito. Muito amolado fiquei sobre a descoberta do Brasil. Assim como ele: 'Caros alunos! No ano de 1500, faltando 500 prá dois mil reis (coisa logica) o almirante portuguez Pedro Alvares Cabral descobriu o Brasil. Os

COISAS QUE FAZEM RAIVA...

Tenho muita raiva, monumental, mesmo da preguiça do Branco. Da coisa de matar o Edmundo. Da boca aberta do Fonso. Do porco que o Zé Fonseca tem de seus professores. De haia do nariz do Newton Gabriel. Dos olhos que, melosamente, Robem sabe deltar nas garotas. Da paixão que Silvio tem por N. [Contado] não é aia que ele anda pensando. Só agora descobri o segredo desta trizena toda. A sua ir N. anda um pouco indifferente. Temia para do rapaz, senheria. Do contrario morrerá de paixão. Do corpo raquítico, torcido do Gabriel. Da moleza do Valadarez. Da fatigaria do

O ORGULHO E CONVENIENCIA

navios navegavam mas (nael que jogou!) Em alto mar só se viam os n'agua (fogosissimo!) Todos trajados com vestimentas proprias da época... (E' claro: com vestimentas do do século XX não podia ser!) 'Não aguentei mais ficar de pé, pois estava cansadissimo. Como a ordem para entrar após a chamada é pagar \$500 no portefeito, \$500 ao Gremio Estudantes de Coimbra e \$200 á Caixa de Estudantes. Pelos fundação do benigno Dr. C. Breiner, não pude ir me assentar na carteira... Estava que- desto.

INTERROGADO POR

gentil, ornamenta se o quito-onista Gabriel era de Gen-Quer, não dei pronta resposta no momento, toldado pela inerteza. Aproveitei o ensejo para informá-la que sua residência é em Jequitai, mas á seu desejo desde muito mudara-se para quem Aparecer. Ministerio.

Tip. Piantini

Minhas

INTERROGADO POR

gentil, ornamenta se o quito-onista Gabriel era de Gen-Quer, não dei pronta resposta no momento, toldado pela inerteza. Aproveitei o ensejo para informá-la que sua residência é em Jequitai, mas á seu desejo desde muito mudara-se para quem Aparecer. Ministerio.